



Revista da Academia Mineira de Letras

ANO 93º – VOLUME LXXI – 2015

ISSN 1982-6680

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Fundada em 25 de dezembro de 1909
Rua da Bahia, 1466 – Telefax (31) 3222-5764
CEP 30160-011 – Belo Horizonte-MG
www.academiamineiradeletras.org.br
atendimento@academiamineiradeletras.org.br

DIRETORIA AML

Presidente: Olavo Romano	1ª secretária: Elizabeth Rennó, no
1º Vice-presidente: Amílcar Vianna	exercício da Secretaria Geral
Martins Filho	2º secretário: Patrus Ananias
2º Vice-presidente: Yeda Prates Bernis	Tesoureiro: Márcio Garcia Vilela
Secretário Honorário: Oílham José	1º Tesoureiro: Manoel Hygino dos
Secretária-geral: Carmen Schneider	Santos
Guimarães, licenciada	2º Tesoureiro: Patrus Ananias

REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Publicação trimestral

Diretor: Olavo Romano
Editor: Manoel Hygino dos Santos
Revisão: Pedro Sérgio Lozar
Digitação: Marília Moura Guilherme
Diagramação: Raquel de Moraes Mariani
Impressão: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais

Ficha Catalográfica

Revista da Academia Mineira de Letras – Ano 94º
Academia Mineira de Letras / LXXII
Revista da Academia Mineira de Letras / Academia Mineira de Letras / LXXI
2015
Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 2015.
Fundada em 1922
1. Literatura – Periódico. 2. Obras Literárias, 1. Academia Mineira de Letras

ÍNDICE

O FASCÍNIO DA PALAVRA ESCRITA	
<i>Márcio Sampaio</i>	9
UM POETA DA IMAGEM E DA PALAVRA	
<i>Angelo Oswaldo de Araújo Santos</i>	27
SAUDAÇÃO A MÁRCIO SAMPAIO	
<i>Olavo Romano</i>	29
A ÚLTIMA MENSAGEM: I WISH I WAS TOGETHER	
<i>Fábio Doyle</i>	31
SOB O SIGNO DA CRUZ	
<i>Pe. José Carlos Brandi Aleixo</i>	35
DO MEU FABULÁRIO AMAZÔNICO	
<i>Pedro Rogério Moreira</i>	39
PITANGUI: 300 ANOS (HISTÓRIA E MEMÓRIA)	
<i>Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza</i>	43
O SERTÃO VIROU MAR	
<i>Elizabeth Rennó</i>	47
O VALOR COMUNICATIVO DA PALAVRA	
<i>Côn. José Geraldo Vidigal de Carvalho</i>	51
PRÊMIO CAMÕES PARA HÉLIA CORREIA, INÉDITA NO BRASIL	
<i>Danilo Gomes</i>	57
MARIA LÚCIA SIMÕES, NOS SEUS <i>CONTOS DE PASSAGEM</i>	
<i>Carmen Schneider Guimarães</i>	59
HORA DE RENOVAR E REVERENCIAR	
<i>Eugênio Ferraz</i>	63

ROMA PELO OLHAR ENTERNECIDO DE PEDRO ROGÉRIO <i>Gabriel Kwak</i>	67
PADRE PASCHOAL <i>Anderson Braga Horta</i>	69
UM ESPETÁCULO CHAMADO ROMA Módulo Segundo <i>José Maria Couto Moreira</i>	71
SUBMISSÃO DETURPADA <i>Rogério Medeiros Garcia de Lima</i>	75
EDUCAÇÃO FEMININA EM MACAÚBAS <i>Adair José dos Santos Rocha</i>	83
AMOR ENTRE DOIS JOAQUINS <i>Maria Lúcia Faria de Azevedo C. Soares</i>	89
CONEXÕES HISTÓRICAS ENTRE MINAS GERAIS E ANGOLA: UM SONHO INCONFIDENTE REALIZADO NA ÁFRICA <i>Marcos Paulo de Souza Miranda</i>	93
A ESQUINA DOS TRÊS POETAS <i>Haroldo Lívio de Oliveira</i>	103
DA VIDA E DAS LEIS <i>Haroldo Lívio de Oliveira</i>	107
SOBRE AS SINFONIAS DE BEETHOVEN <i>Paulo Sérgio Malheiros dos Santos</i>	109
FLAVIO DE CARVALHO <i>Carlos Perktold</i>	117
VALE DE LÁGRIMAS: MULHERES RECOLHIDAS NO SERTÃO DE MINAS GERAIS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII <i>Ana Cristina Pereira Lage</i>	121
CAIXA DE SONHOS <i>Petrônio Souza Gonçalves</i>	135

EPÍGRAFES	
<i>José Raimundo Gomes da Cruz</i>	137
VIAGEM	
<i>Emanuel Medeiros Vieira</i>	141
AO ACASO	
<i>Yeda Prates Bernis</i>	143
SAUDADE	
<i>Milton Reis</i>	145
HOJE EM DIA	
<i>Gérson Cunha</i>	147
CANÇÕES FLUVIAIS	
<i>Zanoni Neves</i>	149
ANDARILHO	
<i>João Gimenez</i>	151
TERNURA INFINDA	
<i>Ubirajara Franco</i>	153
PROFETA EM DECOMPOSIÇÃO	
<i>Bruno Terra Dias</i>	155
OBRAS RECEBIDAS	159

APRESENTAÇÃO

O presente número da *Revista* traz um registro triste pelo falecimento de Almir de Oliveira, em 2 de junho, ocupante da Cadeira 32 da Academia. Nascido em 8 de julho de 1916, em Espera Feliz, na Mata Mineira, ali viveu a maior parte de sua profícua existência. Advogado, historiador, professor universitário, diretor da Faculdade de Direito da UFJF, é autor de dezenas de livros nos campos a que se devotou e em que mereceu pleno reconhecimento por suas qualidades de cidadão e mestre. Com a tarja de luto, a *Revista da Academia* lhe presta reverência, certa de que os confrades se manifestarão, em próximas edições, sobre sua vida e sua extensa e notável obra.

É de dever registrar, também em 2015, o centenário de nascimento dos acadêmicos João Camillo de Oliveira Torres e Wilson Lima Bastos, que participaram ativamente de nossa entidade e deixaram expressiva contribuição intelectual e literária a Minas Gerais. A ambos se prestará homenagem em reuniões na Casa de Alphonsus, Vivaldi e Murilo.

IMPRENSA OFICIAL: Cabe, finalmente, informar que nossa *Revista*, a partir deste número, passa a ser editada na Imprensa Oficial de Minas Gerais, conforme acordo firmado com a Academia. É uma grata notícia, celebrando com alegria uma parceria histórica exatamente ao ensejo do centenário da transferência da sede de nossa entidade para a capital mineira. Com essa decisão, duas forças vivas no processo comunicatório do estado mais estreitam laços a serviço da cultura e da inteligência.

O FASCÍNIO DA PALAVRA ESCRITA *

*Márcio Sampaio***

INTRODUÇÃO

Presidente, Acadêmicos, Senhoras e Senhores!

Chego à Academia Mineira de Letras trazido, inicialmente, pela generosidade da minha querida Yeda Prates Bernis, do presidente Olavo Romano e de outros acadêmicos amigos e companheiros de ofício, que me estimularam a me candidatar ao preenchimento da vaga da Cadeira 28. Depois, movido pela admiração ao estimado amigo e extraordinário ser humano e intelectual, José Bento Teixeira de Salles; suceder-lhe seria para mim tão grande honra, que não poderia declinar da oportunidade que se me apresentava. Agradeço aos membros da Academia que acolheram minha candidatura e afirmo que será um privilégio conviver com escritores e intelectuais tão expressivos em nossa cultura, nesta Casa de Alphonsus, hoje presidida com competência e extraordinária energia pelo querido escritor Olavo Romano.

É grande a emoção de estar aqui neste momento em que, referendado pelo voto dos senhores acadêmicos, me torno oficialmente membro da Academia Mineira de Letras. Trago comigo a grave, mas prazerosa missão de reunir-me aos senhores para manter a força cultural desta Casa. Espero, assim, com meus poucos recursos intelectuais, mas com a experiência e o entusiasmo de um velho operário da cultura mineira, corresponder com trabalho e empenho à generosidade com que a Academia me acolhe. Tenho consciência de minhas responsabilidades como membro desta instituição e as assumo com alegria e com a determinação de bem cumpri-las.

* Discurso de posse, na cadeira nº 28 pronunciado no dia 19 de março de 2015.

** Artista plástico, professor aposentado, 3º ocupante na cadeira nº 28, sucedendo ao jornalista José Bento Teixeira de Salles.

sampaio marcio@yahoo.com.br

2. A ACADEMIA – EVOCAÇÃO DE JOSÉ BENTO

Senhor Presidente Olavo Romano, meus caros Confrades!

Sigo o exemplo de José Bento Teixeira de Salles, meu predecessor nesta cadeira 28, que, ao proferir seu discurso de posse, pediu licença para quebrar o protocolo e dar uma feição mais informal às suas palavras, trocando o solene *Vós*, para dar voz ao ameno coloquialismo, que nos fraternaliza, pelo amistoso *senhor e você*.

Bem sei que este momento exigiria uma expressão mais solene e formal. Teria sido essa a maneira que meu saudoso Pai, Alberto Sampaio, notável orador e educador, julgaria apropriada e recomendaria ao filho, alegando que ingressar na Academia Mineira de Letras era – e realmente é – uma honra para poucos, e que, ao me sentar à mesa com tão ilustres confrades, na sucessão de figuras de escritores da mais alta linhagem intelectual, eu deveria impor-me comportamento mais condizente com a importância do momento.

Contudo, nesta noite de tão grata emoção, solicito aos senhores o privilégio de usufruir do precedente aberto pelo nosso querido José Bento, certo de que, convocando seu espírito iluminado pelo humor, que tanto cultivou, e pela leveza com que tratava, indistintamente, grandes e pequenos eventos, eu possa aqui honrar seu espaço que, a partir de agora, passo a ocupar.

3. EVOCAÇÃO DE MEUS PAIS, IRMÃOS E DA INFÂNCIA

Senhoras e Senhores!

Ao evocar a figura de meu Pai – e, junto, a de minha Mãe – me vejo sob a segura proteção que aliviava as pressões de nossa pequena aventura existencial, na pacata cidade de Santa Maria de Itabira. Nosso modesto universo, constricto pelas montanhas tão próximas, pouco espaço deixava para projetos de vida mais ambiciosos. O enfado dos dias sem perspectivas era quebrado apenas por pequenos acontecimentos que determinavam mudança na rotina: a morte de alguém, a passagem da jardineira chegando de Itabira, a visita de um parente, as festas religiosas, a longa estiagem de outubro, a enchente de São José, em longínquos 19 de março, um doido que cantava bonito madrugada adentro, um malfeitor que aterrorizava a cidade.

Mas havia mais coisas – essas, sim, extraordinárias, para mim – as quais, ao longo de minha infância, foram conformando minha alma de artista: a chegada de um circo mambembe ou dos ciganos, que excitavam nossa imaginação infantil. Os espetáculos que meu Pai escrevia e dirigia, encenados pelos talentosos atores da cidade, ou por artistas, mágicos, músicos amigos, convocados por ele para fazer um espetáculo de variedades, sempre com o propósito de angariar fundos para manter a caixa do Grupo Escolar que dirigia.

O melhor, porém, era a presença sazonal do velho *griot*, conhecido por Capilé, um homenzinho misterioso, andarilho, contador de histórias, que todo ano chegava à cidade com uma carroça, vendendo umas beberagens açucaradas e que, à noite, reunia a meninada no adro da igreja, junto à fogueira, para contar histórias. Ficávamos extasiados com a poesia de seus contos, narrados em meio a canções – que hoje vejo como projeções dos contos dos rapsodos e das encenações medievais.

No fim do ano chegavam pelos Correios os Almanques Capivarol, com palavras cruzadas, charadas, anedotas e cartas enigmáticas. Comecei aí meu aprendizado de escrita e leitura, auxiliado por meus pais e minhas irmãs. Havia um mundo secreto, de meias palavras, figuradas, cortadas ao meio, as quais, adicionando-lhes outra figura, queriam dizer uma coisa muito diferente. Eu estava constituindo um repertório de escrita imagística, não verbal, que me levaria a outras situações criativas.

Mas o fascínio da palavra escrita me empurrava para muito além. Os jogos de adivinhação, os trocadilhos, a fragmentação das palavras para tirar-lhes muitas outras incorporaram-se à minha composição mental que, muitos anos depois, iriam projetar-se em uma extensa produção na linha da poesia concreta, neoconcreta e da arte/processo.

4. LER, ESCREVER – A LÍNGUA E A PALAVRA

Com isso, aprender a ler e a escrever foi um processo lento, feito obliquamente, mas sua conquista constituiu um triunfo sem medidas. A epifania. A alforria.

D. Laura Guimarães, minha primeira professora, a quem agora homenageio, era sobrinha de Alphonsus de Guimaraens e desde cedo abriu-me as portas do universo literário – foi dela que ouvi, pela primeira vez, os poemas de Alphonsus, impregnados de desventura e melancolia, que comoviam o menino sensível até as lágrimas.

A sucessão de coisas miúdas, iluminadas pela vivência da arte, as singelas modinhas e canções francesas que minha mãe e nós, filhos, cantávamos à tarde, acompanhados por meu Pai com sua clarineta – tudo me levava a outras esferas, de emoção e de sentimentos que, então, eu não podia compreender.

A música religiosa também era motor de emoções na pequena igreja. O velho padre Estevam Viparelli, com seu harmônio, ensinava-nos a cantar em italiano, amenizando, de certa forma, o temor do inferno, a culpa e a dúvida de salvação, apreendidos nas lições do catecismo.

Um contraponto para a placidez da vida era o tumulto das eleições, quando nossa família e algumas outras recebiam o insulto daqueles que defendiam a Ditadura Vargas, contra a qual meu Pai invectivava em acalorados discursos para uns poucos correligionários atentos e o apuro dos adversários.

Mas nós, meninos, sem partido e alheios aos embates políticos, erráticos em nossas traquinagens, íamos nadar no rio Girau, descer morros com o carrinho de rolimã, jogar futebol com bola de meia e soltar nossos papagaios, numa disputa colorida e saudável.

Em momentos de trégua nas brincadeiras, eu ia fazer meu secreto aprendizado da vida e do mundo, diferente dos companheiros. Mergulhado nos livros, em casa ou na biblioteca do Grupo Escolar, devorando histórias e lições científicas do Tesouro da Juventude, embarcando nos livros de Godofredo Rangel, de Lobato, da Condessa de Ségur e de Júlio Verne, eu me via de repente ensaiando viagens por terra, mar e ar, sem nenhuma sanção da realidade provinciana. Havia também as escapadas pelo rádio: a música caipira, a grande música clássica, a ópera, na Rádio MEC, e os capítulos sempre esperados de Jerônimo, o herói do sertão, cujas aventuras me estimulariam a escrever minhas primeiras histórias.

Entendo hoje que esse aprendizado se fazia pela experiência da língua, a língua pátria que me oferecia uma condição de voos muito altos, para além das montanhas. Aprendizado da consistência existencial que a palavra propiciava. A língua que oferecia surpresas. A linguagem da poesia com que eu iria compor a minha tradução da vida. Em secreta vigília de leitura, sob a luz trêmula da lâmparina de querosene, estendia minha imaginação para outros mundos. Assim, fui vivendo essas aventuras proporcionadas pelos livros e passei a entender que, por meio deles, eu poderia detonar os limites da aldeia e alcançar outras latitudes do universo. Teria sido neste momento longínquo do meu passado que se preparou a urdidura do fio que me conduziu ao momento presente?

5. ITABIRA: DESCOBRIMENTO DA POESIA

Deixar a pequena cidade natal foi uma experiência dolorosa e, ao mesmo tempo, carregada de maravilhamento. Adolescente, mal deslizara de minha particular utopia, no espaço encantado da infância em Santa Maria, e já me descarregava com o peso dos meus 13 anos sobre este outro terreno, a encardir-me com o pó do minério e o peso de outros mistérios. O desvelamento de Itabira trazia numerosos apelos à vida e produzia uma colcha de indagações que não sossegava o frio e despertava o sonho angular de fantasmas atávicos.

Foi nesse momento de mudanças tão bruscas e intensas que encontrei o longo poema *Os Bens e o Sangue*, de Carlos Drummond de Andrade, batido à máquina e corrigido com sua letra miúda; o poeta o havia enviado a seu sobrinho Virgílio Andrade, que foi para mim uma espécie de mentor, a alimentar-me de boa literatura. Via-me diante de uma composição densa, estranha, carregada de sentimento, palpitante projeção de uma Itabira rural e do peso da família Andrade. Uma dolorosa confissão do irremediável destino de ser poeta e fazendeiro do ar.

Enquanto vivi em Itabira, fui penetrando no universo poético de Drummond, daí alcançando com igual encanto a obra de Guimarães Rosa. E toda uma lista de grandes autores encontrados na biblioteca pública ou na casa do primo Virgílio.

Eu voltaria a Itabira, 40 anos depois, para dirigir a Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade, numa experiência rica, intensa e prazerosa, revigorando minha relação com a cidade e com a obra drummondiana.

Transferindo-me para Belo Horizonte, para fazer o curso científico, e acolhido na casa de minha irmã Lúcia, iniciei nova etapa de minha vida, movido por intensa expectativa e curiosidade. A Capital era um mundo inteiramente novo e a síntese de todos os meus sonhos e ambições. Fui logo procurar galerias, museus, livrarias e bibliotecas, andar de bonde, imergir na massa de gente apressada, sair de um cinema e entrar noutro, ir ao teatro, assistir a concertos, conhecer artistas e escritores, visitar redações de jornais e tentar publicar as minhas tímidas criações literárias. A cidade era generosa e oferecia-me o pão da arte e da literatura, suficiente para saciar-me com o novo.

6. UMA DETERMINAÇÃO: SER ARTISTA E ESCRITOR

Meu tempo era completamente preenchido com os estudos, o trabalho de meio expediente e o encontro com escritores, artistas plásticos, jornalistas, filósofos e gente de teatro.

Foi na Gruta Metrópole que encontrei o pintor Mário Silésio e fui apresentado por ele a Murilo Rubião, a José Bento e a outros artistas e escritores, no melhor momento de descontração, pilhérias, risos e cerveja. Em tão boa companhia, ia absorvendo o gosto pela atividade etilicocultural da boemia.

Ao final de meu terceiro ano em Belo Horizonte, já me achava perfeitamente integrado àquele ambiente. Começava a publicar poemas e crônicas em jornais e a me inscrever em concursos de literatura e em salões de arte, obtendo algumas premiações.

Sem um projeto claro para a vida e para o futuro, fiz o vestibular da Escola de Belas-Artes. Eu não alimentava maiores ambições e nem me preocupava em traçar um caminho, apenas me deixava levar pelo prazer de estar no ambiente de arte e literatura. Fui criando laços e compromissos. Comecei a atuar como curador de eventos, a escrever apresentações para jornais, revistas e catálogos de exposições e a entrevistar artistas plásticos e escritores.

Sofríamos com os primeiros tempos do regime militar e eu não tinha muito nítida a dimensão dos acontecimentos. Íamos vivendo com uma inocência perigosa, nos limites do possível, no horizonte de uma utopia e, sem muita consciência, à beira do precipício. Pensávamos mudar o mundo com nossas canetas Oxford, nossas Remingtons portáteis, lápis, pincéis e tintas, mas não tínhamos projetos definidos.

Nessa época, lancei meu primeiro livro de poesia, *Rubro Apocalíptico*, e conheci João Paulo Gonçalves, Madu, Dirceu Xavier, Myriam e Misabel de Abreu Machado e Paulo Junqueira, nascendo dessa amizade um grupo de estudos e discussão sobre literatura e arte; denominamos essa pequena confraria de Grupo Ptyx. E na trilha de grupos similares anteriores, tivemos o atrevimento de editar uma revista com o nome do grupo, que obteve ótima repercussão. Nossos poemas integraram a *Antologia da Poesia Brasileira*, fase moderna, organizada por Manuel Bandeira e Waldir Ayala, a antologia organizada por Afonso Ávila, para a revista *Parva*, do México, e a Primeira Semana de Poesia de Vanguarda, evento histórico que se realizou na Reitoria da UFMG. De início, fizemos planos para novas edições da revista, mas a situação política e econômica do país e os compromissos pessoais de todos nós, já nos bancos da Universidade, foram-nos desviando para outras instâncias de atividades. O grupo, como tal, dissolveu-se, permanecendo, contudo, a amizade para a vida inteira. E nossa literatura, ao final, acabaria por encontrar outro espaço de divulgação: o *Suplemento Literário do Minas Gerais*, criado por Murilo Rubião, em 1966, que abriu suas páginas às nossas produções.

Em 1967, transferi-me para Ouro Preto. Buscava uma nova experiência de vida, um cenário estimulante e a convivência com artistas que lá já residiam, como Nello Nuno e Ana Amélia Rangel.

Comecei a desenvolver uma linha de desenhos e objetos-poemas seriados, os quais eu vendia em uma saleta com uma única portinha, que eu conseguira emprestada, na Rua Direita. Uma placa indicava a especificidade do “negócio”: Loja de Poesia, que atraía a curiosidade dos turistas e alguns eventuais compradores. Era a continuidade de um longo trabalho na linha da poesia de vanguarda, que me levaria a participar, em fins de 1967, do Movimento de Arte/Poema Processo e das exposições do movimento em vários Museus e Galerias do Rio, de São Paulo e do exterior.

Mais tarde, agregaria à minha carreira outras atividades, trabalhando como crítico de arte, curador de museus, professor da Escola de Belas-Artes da UFMG e jornalista. Seguiu-se, anos afora, a publicação de livros de poesia, história infantil e ensaios sobre artes e artistas plásticos.

Fui trabalhar na redação do *Diário de Minas*, como crítico e repórter cultural. Foi nesse momento que conheci um jovem recém-chegado à redação. Pouco mais que adolescente, já demonstrava vivacidade, talento jornalístico e literário, conhecimento das matérias de cultura e uma disposição extraordinária para o trabalho. Ofereci-lhe alguns subsídios para uma matéria sobre artistas mineiras, que saiu no dia seguinte, bem escrita e bem fundamentada. O nome desse jovem: Angelo Oswaldo de Araújo Santos. Desde logo estabelecemos uma boa camaradagem, ele seguindo brilhante carreira de jornalista, escritor, crítico de arte e de homem público. Em muitas ocasiões, estivemos juntos em comissões de arte e

em projetos artísticos. Sob sua direção, o *Suplemento Literário* abriu-se a experimentações e se tornou o difusor mais eficaz das novas linguagens artísticas e literárias. Havia, sobretudo, liberdade, a efervescência da juventude irradiando energia e bom humor, uma disponibilidade constante para o debate, certa irreverência saudável, que jogava farpas sobre o academicismo, mas que mantinha o respeito a escritores como Emílio Moura, Bueno de Rivera, Aires da Mata Machado Filho, os quais se mostravam tão jovens quanto os que naquele momento surgiam e se afirmavam.

Angelo Oswaldo brindou-me com numerosas análises de meus trabalhos, e sua acuidade crítica e disposição para olhar o novo permitem que eu o considere o melhor intérprete da minha obra de artista plástico. A sua escolha para saudar-me, hoje, tem o sentido de coroar esses 50 anos de convivência. Com sua voz amiga e calorosa, derramando a generosidade e a compreensão dos grandes embates com que nós, homens da arte e da cultura, continuamente nos lançamos, Angelo Oswaldo aponta a oportunidade de trabalharmos juntos, ao lado de nossos caros confrades, nas grandes realizações que a Academia tem em projeto. Obrigado, Angelo Oswaldo, pelo apoio e estímulo com que me tem fortalecido em todas as instâncias de meu trabalho.

7. GENEALOGIA DA CADEIRA 28

Estimados Confrades, Senhoras e Senhores:

Esta longa narrativa constituiu-se numa necessária viagem, em que desla-vrei cenários, personagens, sentimentos, em busca do fio condutor da minha chegada à Academia Mineira de Letras. Agora sei que, em algum momento de minha história pessoal, de meu aprendizado da vida e do mundo, de minha formação, ou conformação de escritor, foi preparada a urdidura de pontos, entrelaçados nos tremores do afeto, dos acontecimentos e das vivências, até entretecer-se o fio que me trouxe ao presente, no instante em que me vejo assumindo a Cadeira 28 da Casa de Alphonsus, em sucessão a José Bento Teixeira de Salles.

Assumo-a com incontida emoção e espero poder honrar com trabalho, participação e respeito a confiança deste respeitável sodalício.

A Cadeira 28 foi fundada por José Rangel. Nascido em 1868, na cidade mineira de Pitangui, faleceu no Rio de Janeiro, em 1940.

Formado no curso de Farmácia, em Ouro Preto, não exerceu a profissão. Radicou-se em Juiz de Fora, onde atuou como jornalista e educador.

Nessa cidade, José Rangel teve importante atuação na implantação de um arrojado projeto educacional, norteado pelos princípios da Reforma de Ensino promovida em Minas Gerais, em 1906, que preconizava a escola pública, centrada no ensino básico e na formação do professor, como o principal veículo para

preparar o cidadão e torná-lo apto a participar do mundo novo que se abria no limiar do novo século.

Assim, em 1907, seria instalado em Juiz de Fora o primeiro Grupo Escolar mineiro e, no ano seguinte, o segundo, ambos sob a direção de José Rangel. O primeiro recebeu a denominação de Grupo Escolar José Rangel, inscrevendo seu nome na história da educação em Minas.

Ratificando sua vocação de educador, José Rangel publicou obras didáticas, como *Lições de História Natural, Educação Moral, Cívica e Social*, e *Breviário de Higiene*, amplamente adotadas pelas escolas do país. Publicou o livro *Como o Tempo Passa*, no qual retrata figuras de seu convívio, e teve seus contos estampados em jornais e revistas.

Integrante do grupo pioneiro dos Doze, José Rangel participou da fundação da Academia Mineira de Letras, escolhendo para patrono de sua cadeira o poeta e jurista Américo Lobo Leite Pereira.

Nascido em Campanha, MG, em 1841, Américo Lobo formou-se em ciências jurídicas e sociais. Com expressiva atuação política, foi deputado e senador, defendendo as ideias liberais e abraçando a causa republicana e abolicionista. Suas qualidades de jurista e brilhante orador levaram-no ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Sonetista refinado, publicou seus poemas esparsamente na imprensa. Com o domínio de vários idiomas, destacou-se como tradutor. Dentre suas traduções, citam-se *Evangelina*, *Canto de Hiawatha*, de Longfellow; *Tartufo*, de Molière; *O Corvo*, de Poe; bucólicas de Virgílio e poemas de autores franceses, ingleses e americanos.

O patrono da Cadeira 28 faleceu no Rio de Janeiro, em 1903.

José Rangel foi sucedido por Guilhermino César da Silva. Nascido em Eugenópolis, MG, em 1908, faleceu em 1993.

Poeta, romancista, crítico, ensaísta, historiador, professor e homem público, sua verve fazia jus à notoriedade que angariou desde seus tempos de juventude, em todos os lugares por que passou e atuou.

Em Cataguases, no início da década de 1920, participou daquele momento mágico de deflagração de uma revolução literária e artística, integrando o grupo fundador da revista *Verde*.

Publicou, junto com Francisco Inácio Peixoto, o livro *Meia Pataca*, que já espelha o espírito revolucionário que animou a cidade de Cataguases, no início da década. O livro constitui-se numa surpresa para os leitores: prenunciava um autor moderno e original, inovando na poética e na visualidade.

Transferindo-se para Belo Horizonte, Guilhermino ingressou na Faculdade de Direito da UFMG. Destacou-se na Capital, como jornalista, colaborando com o *Estado de Minas*, a *Folha de Minas* e o *Diário da Tarde*, tendo sido diretor de redação de *O Diário*. Junto com outros escritores, criou o tabloide Leite Criôlo, em que eram divulgadas as ideias modernistas. Foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia da UFMG, da qual foi brilhante professor e diretor.

No Rio Grande do Sul, Guilhermino César desenvolveu notável atividade pública: foi chefe de gabinete do governador Ernesto Dornelles, ministro do Tribunal de Contas do Estado e secretário da Fazenda. Foi ainda professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em 1962, mudou-se para Portugal, assumindo a cadeira de literatura brasileira na Universidade de Coimbra. Recebeu, dois anos depois, o título de doutor *honoris causa*, conferido por essa Universidade. Retornou em seguida a Porto Alegre e reassumiu a cadeira de literatura brasileira na UFRGS.

Guilhermino César se considerava, antes de tudo, um escritor. Em 1939, publicou o romance *Sul*, cujo tema é a exploração dos operários da mina de Nova Lima, inaugurando um romance de temática urbana e proletária. Surgiram depois novos trabalhos de poesia, como *Lira Coimbrã*, *A Arte de Matar*, *Sistema Imperfeito* e *Outros Poemas* e *Cantos do Canto Chorando*, além de uma extensa e notável produção ensaística, abordando temas literários, filosóficos, políticos e sociais.

Publicou ainda diversos ensaios sobre teatro, história e literatura do Rio Grande do Sul, onde se tornou uma das personalidades mais marcantes da cultura do estado.

Tive o prazer de conhecer Guilhermino César na década de 1970, quando de sua visita a Murilo Rubião, na redação do *Suplemento Literário*, naquele momento de efervescência criativa e de construção de relações intelectuais entre os jovens mineiros e escritores brasileiros e estrangeiros, que tinham no *Suplemento* o espaço propício para os grandes encontros.

8. EVOCÇÃO DE JOSÉ BENTO

Cumpre-me, agora, evocar a figura de meu fraternal amigo José Bento Teixeira de Salles, até há pouco dono da Cadeira 28 desta Casa, a qual dignificou e engrandeceu.

Não é tarefa fácil falar, em tão pouco tempo, sobre o intelectual, o professor, o jornalista, o homem público, o cronista, o contista, o poeta, o memorialista, o mineiro, o ser humano José Bento Teixeira de Salles.

Faço-o comovido e receoso de não conseguir traduzir com justeza seu caráter e sua trajetória. Recolho em seus livros retalhos de sua história e tento costurá-los, apoiado nas lembranças de nosso convívio.

AS ORIGENS

José Bento nasceu em Santa Luzia, em 1922. Era filho de Manoel Teixeira de Salles e Marieta Moreira Teixeira de Salles.

As raízes mineiras, as heranças familiares e a vivência num ambiente pacato, mas carregado de História, são fundamentais na conformação do caráter e do jeito de ser de José Bento.

Sua família era destinada ao culto intelectual, aos livros e à fazenda literária. Seu pai, seu tio Franklin e seu irmão Fritz foram escritores e jornalistas. Mas, com essa linhagem exponencial de intelectuais, a família não era de grandes sossegos. Sujigado pelas tradições e pela compulsória impregnação religiosa dominante em seu meio, era natural que o menino se confrontasse com as forças dilacerantes que ensombravam o ambiente.

Observador, percebia as peculiaridades da família, as dificuldades, os embates de cada um de seus irmãos, e ainda conseguia se harmonizar com o mundo, sustentado pelo alimento das leituras e pelas traquinagens permitidas. Com um olhar atento e o sentimento generoso para com os que estavam à sua volta, era tocado com a consciência – e a culpa – “de ser o único feliz em sua casa”.

José Bento era criança quando a família se mudou para a ainda nascente capital mineira. O pai construiu um bangalô em um local aprazível (hoje, o próspero bairro de Lourdes), com seus córregos, suas matas, suas poucas casinhas, características de arraial do interior, um pouco distante do burburinho do centro da cidade, o que iria amenizar o choque da mudança. Bento continuou sendo menino cheio de ideias de travessuras, animado com novas amizades e estimulado pelo estudo no Grupo Escolar Afonso Pena e, depois, no Colégio Santo Agostinho.

Seu crescimento correspondia ao crescimento da cidade, à ampliação de seus horizontes, de suas relações, e logo se destacaria nos bancos escolares.

A JUVENTUDE

Como ótimo aluno e com o alargamento da cultura, por seu interesse poliédrico, que os livros de bibliotecas e livrarias iriam satisfazer, aos 17 anos já estava investido da responsabilidade de professor, a enfrentar de terno e guarda-pó a classe de alunos pouco mais novos do que ele.

Ingressando na Faculdade de Direito, José Bento foi formando um círculo de amizades interessado nas questões sociais, abraçando a filosofia e a sociologia, a lógica e a política. Fazia parte de um grupo seletivo que, na convergência do ideário político, se posicionava claramente contra o regime ditatorial de Getúlio Vargas. Na sua militância, imprimiam panfletos, manifestos e até uma revista – a *Liberdade* –, distribuídos clandestinamente pela cidade, o que lhes valeria visitas compulsórias às delegacias de polícia.

Naquele tempo, os concursos de Oratória do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito atraíam grande público. Embora tímido em suas relações interpessoais, nessas participações José Bento tinha a capacidade de dominar o auditório, mantendo-o atento, com a força de suas reflexões, nas considerações dos graves problemas do período, mas, em momentos certos, provocando gargalhadas, como testemunhou seu amigo Oscar Dias Corrêa: “Poucas vezes vi um expositor que, como ele, conduziu a audiência a seu bel-prazer,

siderando-a no melodrama, ou deixando-a abandonar-se ao riso no chiste e na tirada humorística”.

Como presidente da União Estadual de Estudantes (UEE) e vice-presidente da União Nacional de Estudantes (UNE), além de ter desenvolvido intensa atuação política, promoveu também notável ação cultural, trazendo a Belo Horizonte espetáculos internacionais e apoiando o teatro de qualidade que aqui se experimentava.

ADVOGADO, POLÍTICO, JORNALISTA

Concluiu o curso de Direito em 1946, mas pouco atuou na profissão. Entretanto, com a experiência da escola e de sua militância política inicial, às vezes com intensa radicalidade, foi peça relevante nos bastidores da criação da seção mineira da União Democrática Nacional (UDN).

Ainda muito jovem, José Bento foi convocado por Milton Campos, recém-eleito governador de Minas, para exercer a função de chefe de gabinete. Lúcido, ágil, essencialmente ético, opinativo quando necessário, sincero em suas observações, às vezes crítico, defendendo e questionando, Bento trabalhou nessa função pelos quatro anos do governo.

Na convivência com o paternal, mas também rigoroso e exigente Milton Campos, ia absorvendo as lições de democracia, ética, honestidade, liberdade e cidadania, ao mesmo tempo em que aprendia a arte de fazer política, entendendo que erros resultantes de uma avaliação equivocada podem acontecer, e que é importante aprender com eles.

Após o período de intensíssimo trabalho com Milton Campos, passou a atuar como jornalista, colaborando em vários jornais da Capital, respondendo, ainda – como funcionário da Imprensa Oficial – por diversas funções, entre as quais a de editorialista e redator de noticiário; posteriormente, por duas vezes, foi diretor interino da Imprensa Oficial e chefe de departamento do Minas Gerais.

Foi nesse período que nasceu o *Suplemento Literário do Minas Gerais*, sob o comando de Murilo Rubião, também funcionário da Imprensa. E foi nesse momento que convivi mais de perto com José Bento – eu também novo funcionário da Imprensa, como redator e ilustrador do *Suplemento*, numa relação diferente, antes apenas como participante eventual de sua mesa na Gruta Metrópole.

Em tempos difíceis, José Bento acumulava funções na Imprensa Oficial e ainda trabalhava como redator de várias publicações. Assim, sucessivamente, atuou no *Correio do Dia*, *Diário do Comércio*, *Minas em Foco*, sucursal de *O Globo*, e *Estado de Minas*.

Por muitos anos chefiou o Departamento de Divulgação e Imprensa da Belgo-Mineira, e ainda foi Conselheiro da Fundação de Arte de Ouro Preto. Eleito em 1995 para a Academia Mineira de Letras, foi editor de sua revista.

Essas rápidas pinceladas da trajetória de José Bento não oferecem, por certo, as cores mais vibrantes de sua carreira e de sua atuação. Apenas proporcionam uma visão panorâmica de seu trabalho, de suas intensas jornadas criativas, de suas relações afetivas e fraternas, de seu trânsito pelos caminhos da vida.

Cabe agora um comentário sobre sua obra literária, sem nenhuma pretensão de análise, mas apenas pelo prazer de degustar suas histórias e de saborear seu estilo.

O BIÓGRAFO

A admiração do escritor pelo governador de Minas tem início, como já dito, nos tempos em que José Bento era estudante e participava das numerosas jornadas cívicas empreendidas pela democratização do país, nas quais Milton Campos, ativista profícuo, com notável atuação como deputado e constituinte, era um dos principais participantes. Líder de movimentos estudantis, ainda muito jovem José Bento se fazia notar pelo dinamismo e pela inteligência, chamando a atenção do então candidato a governador.

Ao receber o convite de Milton Campos, recém-eleito, para integrar sua equipe como oficial de gabinete, Bento não teve dúvidas em aceitar, pela rara oportunidade de trabalhar junto a uma das figuras mais representativas da política mineira.

Das lembranças ainda vivas do período em que serviu ao governador, auxiliado por seus registros e animado pela admiração ao político, José Bento encetou a grande aventura de elaboração do livro *Milton Campos: uma vocação liberal*, o qual, editado em 1975, obteve ótima repercussão, sendo reconhecido como obra de grande importância para a historiografia de Minas. Nela está a força e o talento do biógrafo, iluminando uma figura exemplar da política mineira e abrindo espaço para a compreensão de sua ação e de seu tempo.

O CRONISTA

Uma seleção de suas crônicas publicadas no Caderno Cultural do *Estado de Minas* foi transformada em livro: *No Avarandado da Memória*, de 1998, compõe um painel sentimental de lembranças da infância em sua terra natal, Santa Luzia. Em *Vigílias*, de 2000, e em *A Estrela Verde*, de 2008, estão as crônicas no estilo e na voz singular deste arguto observador da vida cotidiana, com sua grandeza, sua insignificância, recheadas de descobertas que o autor empreende ao olhar com ternura ou ironia a mediocridade da vida comum, para, auscultando seu pulsar secreto, outorgar-lhe *status* de humana nobreza.

Escrito para a coleção *BH. A cidade de cada um*, o livro *Rua da Bahia – do Estrela à Gruta, uma trajetória boêmia*, da Editora Conceito, 2005, é um primor

de observação a distância no tempo, e José Bento, mais uma vez, confirma sua extraordinária capacidade de lembrar nomes, lugares e fatos. A Rua da Bahia descrita pelo nosso autor está toda iluminada pela saudade de amigos que se foram, de casas demolidas, teatros, cinemas e bares fechados – essas instituições que alimentaram de formas distintas o jovem escritor e jornalista. A destruição de uma paisagem implica a construção de outra e, nesse livro, José Bento sobrevive absorvendo as mudanças, sem, contudo, louvá-las, lamentando, com desolada ironia, que o gosto da cerveja, quando os amigos se vão e a luz do último bar se apaga, se torna mais amargo.

Tarde/Manhã – um diálogo de duas gerações é um diário produzido a duas mãos. Pai e filha escrevendo com independência sobre fatos ou acontecimentos semelhantes.

Ao iniciar esse diálogo, em 1982, o pai, com 60 anos, e a filha caçula, Maria Beatriz Teixeira de Salles, com 20, sublinham em seus textos as diferenças de suas apreciações das coisas, expondo com franqueza suas próprias vivências, seus modos de ver o mundo e a vida, de forma, às vezes, coincidente, às vezes, diversa.

É interessante perceber, nos três anos desse diálogo, como a escrita do pai intensifica-se com a consciência do tempo, e como a forma de a filha escrever e ver as coisas muda com o amadurecimento.

Nessa rica parceria que José Bento estabeleceu com Beatriz, ressoam vozes claras, de uma conversa próxima ou a distância; jornada de afeto, de respeito, mas também de liberdade, que permite a controvérsia, a discordância.

O CRONISTA VIAJANTE

Acrescente-se, às coletâneas de crônicas, as de viagem, enfiadas no livro, *Velho Mundo Novo*, 2002, em que José Bento vai anotando e comentando seu périplo pela Europa, América e África. O nosso autor revela-se não um turista aprendiz, mas um refinado observador da história, da arte, da cultura, da vida, das idiosincrasias de grupos sociais, capaz de curtir cada momento e cada lugar com o que possa ter de saudável, cultural, agradável.

Cada sítio visitado, cada evento suscita reflexões e observações inteligentes e bem-humoradas, não escondendo emoções, acordadas em momentos de intensa imersão, como uma determinada pintura em um museu, ou uma peça de Bach, tocada no órgão da Notre Dame de Paris, que lhe despertam saudade de alguma coisa inominável, muito além de sua compreensão imediata.

O CONTISTA

O livro de contos *Trilogias: contos de vida e de morte* aproxima-se de suas crônicas – as histórias são construídas com a mesma fluidez com que compõe seus textos para jornal.

Com uma estrutura bem delineada, seus oito capítulos são compostos cada um por três contos de assuntos semelhantes, abordando temas que se conectam entre si: são as trilógicas da vida, do amor, da família, da província, da saudade, da loucura, da morte, e a trilogia final, com textos curtíssimos.

As histórias revelam acontecimentos excepcionais ou, como nas crônicas, corriqueiros, ambientados quase sempre no cenário rural ou da pequena cidade. A morte ronda todos os espaços, é uma entidade abstrata com ações dolorosamente concretas. Sob o gume de sua foice, com o sentimento de iminência, homens e mulheres são envolvidos em paixões, desesperos e lutos, pequenas alegrias, desejos e frustrações.

O FABULISTA

Se é preciso, minimamente que seja, moralizar o mundo, se a vida está caótica, nada melhor que utilizar a fábula para alfinetar os homens e criar consciência, ou resgatá-la do lugar em que seus resquícios ainda sobrevivem – no grupo social, na família, na vida pessoal do cidadão.

Na melhor tradição dos fabulistas, desde Esopo, Fedro, La Fontaine, dois livros de José Bento são compostos com histórias de bichos, expondo seus maus comportamentos, descaradamente humanos. Em *Liberta que serás também e Brumoso, o rato que virou porco*, José Bento escreve textos que são um primor de ironia, de observação, devassando as mazelas da sociedade de nosso tempo, aludindo frequentemente à politicagem mineira. Mas é o humor, mesmo com sua dose bem medida de fel, que ainda nos anima a refletir e a nos mover em direção a uma conduta mais ética e criadora.

O MEMORIALISTA

Passo agora a apreciar *Passageiro do Tempo* – o livro de memórias de José Bento, publicado em 2010, cuja narrativa se assenta na citação de Santo Agostinho, tomada como epígrafe: “A sede da alma está na memória”, a que podemos atribuir um duplo sentido com a leitura do livro de Bento: a s(ê)de da alma está na memória.

Como afirmei no início desta evocação, há um elemento implícito – poeticamente, quase um personagem – que perpassa por todo o livro e, a rigor, por toda a obra do autor: a saudade. Toda a escrita se constrói sob seu influxo, capaz de detonar, a qualquer momento, uma figura, um fato, uma coisa, pequenina que seja, mas que, ao ser recordada, passa a pertencer a este tempo largo e flexível, que é o presente. E, ao se redesvelar, produz a emersão mágica do que é pura emoção – a emoção que William Wordsworth menciona: “recolhida em silêncio, em tranquilidade para surpreender, fazer brilhar o que, por tempos, se achava naufragado”.

Passageiro do tempo é pois um livro no qual a saudade conspira contra tudo o que quer nos exonerar do passado. E José Bento bem sabe que é desde outros tempos que nos construímos a cada dia, nos fazendo aptos a degustar o pão do presente e ensaiar a ceia do futuro.

Dividido em capítulos temáticos, segue, entretanto, o rigor de uma cronologia, ainda que particular: o calendário do *Passageiro* é baseado no ritmo das lembranças e marcado pelos tempos de uma partida de futebol – Preliminar, Primeiro Tempo, Segundo Tempo e Prorrogação.

Como passageiro em longa jornada pela vida, foi registrando em sua agenda cada lugar, cada tempo de partida e de chegada, cada embate, cada choro escondido e todos os gritos escancarados, cada raiva incontrolável e cada momento de suave lirismo. Saudade do pai probo e da mãe abnegada, da camaradagem dos irmãos e dos primos, dos ancestrais, saudade antecipada dos que ainda irão nascer.

Saudade de amigos, da primeira namorada, dos que desembarcaram em antigas estações perdidas nas brumas do inverno, saudade das travessuras de menino em Santa Luzia, do rio das Velhas, das casas demolidas, dos prazeres perdidos, das leituras intensas no correr da noite, das corridas clandestinas, do gosto inconfundível da cerveja em certa hora de grata emoção. De tantas conversas e de vozes que se calaram pela força do destino, de risos e silêncios abruptos, de tempestades e calmarias, dos embates políticos, dos grandes e pequenos homens que cruzaram sua estrada. Saudade da ética exemplar na política. Saudade da juventude, de Belo Horizonte, quando era belo e tinha horizontes firmes e límpidos, saudade da vida corrida.

José Bento fala com encantamento da família que formou: descreve com delicada singeleza o encontro entre ele e a esposa, Maria Amélia, o casamento, as dificuldades iniciais, as progressivas conquistas, fala das filhas pequenas e logo crescidas, dos netos e do bisneto, a família ampliada ao sabor do tempo de bonança.

Deixa nas páginas do *Passageiro* uma apaixonada declaração de amor a Maria Amélia: “Amo-a tanto como no dia em que a conheci. Hoje talvez com maior intensidade, pois além do amor, tivemos em comum até agora 57 anos de vida, quando melhor pude conhecê-la e admirá-la”.

Ao final, José Bento relembra pessoas de sua admiração, dedicando longo capítulo a Milton Campos, tratando sua figura com menos rigor acadêmico e mais afetividade. Assim, avulta-se nas páginas do livro o outro Milton que sendo o mesmo ressurgiu como o homem afável com a família, os amigos, o escritor sensível e inteligente, companheiro de jornadas intelectuais junto aos escritores modernistas. É uma espécie de resgate de sua humanidade, livre das amarras da política e da gravidade institucional.

A releitura da obra de José Bento reforça a impressionante certeza da maestria de um *causeur* e autor que dominava o idioma com extraordinária habilidade. O fraseado de sua prosa memorialística e de sua crônica tem modulações, ritmo,

fluidez. Tratando das embromações do cotidiano, de um acontecimento qualquer, ou de pessoas, fatos, paisagens e coisas acordadas do passado distante, José Bento nos brindou com páginas antológicas. Era um sentimental sem ser piegas, capaz de nos comover profundamente, até às lágrimas, e nos fazer rir a bandeiras despregadas, despertando por sua vez, com isso, nossas próprias lembranças e antigas emoções.

Em seu discurso de posse nesta Casa, José Bento, incansável memorialista, desfila o vivido, o sofrido, o desejado, o alcançado, todo esse arsenal entrelaçado no desassossego, na vigília provida de imagens, de movimentos de vida vivificante, e que aí está como presente recheado de saudade. E cita Cervantes: “A memória – inimiga mortal de meu descanso”. Mas ao ler as páginas emocionantes de *Passageiro do Tempo*, indagamos se há realmente em nossa alma o desejo de trégua.

Bartolomeu Queirós, por seu turno, dizia que “toda memória é ficção”. Aproprio-me dessa definição e acrescento que toda memória é ficção que nos desculpa de erros, de invenções involuntárias, de adornos e julgamentos, essas coisas que o inconsciente usa para tornar a história mais ou menos verossímil, mais ou menos justa, mais ou menos alegre, e que, no entanto, desenhará ao fim uma substancial e singular conformação – não deformação – do acontecido, do que nos releva, eleva e enleva, e nos diverte e adverte, na construção do presente, esse quadro trêmulo de vozes antigas e desejos a se cumprirem.

À FAMÍLIA E AOS AMIGOS

Para encerrar, uma palavra de agradecimento aos meus familiares e amigos, muitos deles presentes aqui hoje.

Às minhas oito irmãs e à família de cada uma, uma confraria permanentemente solidária e amiga que projeta em mim a luz e o calor de seu respeito, sua amizade e seu apoio em todos os momentos dessa longa jornada.

Aos amigos e aos companheiros de trabalho e da grande aventura da arte – amizades nascidas espontaneamente, em cujo convívio me renovo e me enriqueço.

A D. Maria Amélia e sua família, o meu respeito e a minha homenagem.

Aos meus filhos, Alberto e Gustavo, profundamente participantes desse roteiro de travessia, comigo sofrendo e celebrando a vida, sempre dispostos a olhar atenta e amorosamente meus trabalhos. Deram-me a felicidade de ver a família ampliada, com a afetuosa presença de minhas noras, Ana Beatris e Cynthia, e de meus queridos netos, Lucas e Alice. Hoje estão todos comigo.

E, por fim, um preito a Eliana, minha companheira por 38 anos, até sua morte, em 2003. A convivência com Eliana foi extremamente fecunda, pela riqueza da interlocução, amorosa cumplicidade, companheirismo e por sua inestimável colaboração ao meu trabalho. São para ela, hoje, as minhas melhores homenagens. Saudade...

Quis o destino que, a partir deste 19 de março, meu saudoso amigo José Bento e eu criássemos mais um laço, compartilhando a Cadeira 28. Sua lembrança e sua extraordinária figura me acompanharão para sempre na jornada pela Casa de Alphonsus, inspirando-me com seu exemplo de intelectual e trabalhador da cultura e da política, com seu caráter vivo, seu bom humor, seu senso de justiça e de ética.

Muito obrigado!



UM POETA DA IMAGEM E DA PALAVRA*

Angelo Oswaldo de Araújo Santos**

A presença do poeta, artista plástico, professor, historiador e crítico de arte Márcio Sampaio na Academia Mineira de Letras assinala uma mudança, tanto do novo membro quanto da velha casa de Alphonsus de Guimaraens. Na década de 1970, não nos imaginaríamos aqui, ele ou eu, e tampouco a Academia haveria de nos incluir entre os possíveis futuros integrantes do sodalício. As mentalidades e as instituições são feitas de mudanças.

Comprazíamo-nos, àquela época, em dismantelar aquilo que as gerações anteriores porventura tivessem deixado de pé. O *Suplemento Literário* projetava mundo afora as experiências inovadoras da safra em que despontávamos. A Academia era, para nós, uma instituição sem sentido. Márcio Sampaio inventava objetos poéticos, abandonando por completo a linguagem escrita. Fazia poesia processo e poetizava os materiais da vida.

Hoje, ao recebê-lo na sucessão do saudoso José Bento Teixeira de Salles, posso dizer que o fato de Márcio Sampaio ter-se candidatado comprovou a transformação do grêmio antigo e a sua posse atesta a vitalidade do colegiado.

A Academia Mineira é uma convergência que se enriquece pela diversidade de seus valores, mas evidencia o respeito a um rumo indesejável. Ao acolher Sampaio, ela reconhece, ao lado da poesia, o significado das artes plásticas, por meio da contribuição admirável que o novo membro lhes tem oferecido, no decorrer de seu trabalho cultural.

Márcio Sampaio nasceu em Santa Maria de Itabira, marcado pelo signo de Drummond e pela sina da poesia. O verso abissal e luminoso de Carlos Drummond de Andrade abriu-lhe o caminho de pedras. Amorosa Tarsila e mariocarloswald, entrelaçados Andrades, iriam acompanhá-lo para sempre. O legado de Guignard veio despertá-lo para as artes plásticas, em lance compartilhado com a mulher, a saudosa Eliana de Moura Rangel, igualmente desenhista e pintora. Irmã do pintor Nello Nuno e neta do escritor Godofredo Rangel, autor de *Vida Ociosa* e membro da Academia Mineira, ela dividiu com Márcio a paixão da imagem e da palavra.

No instante em que Minas exportou os críticos de arte que intensamente atuavam em Belo Horizonte – Marco Aurélio de Mattos, Sylvio de Vasconcellos, Frederico Moraes, Jacques do Prado Brandão e Olívio Tavares de Araújo –, coube

* Discurso de recepção ao acadêmico Márcio Sampaio no dia 19 de março de 2015.

**Secretário de Cultura de Minas Gerais, ocupa a cadeira nº 3 da Academia Mineira de Letras.
aoswaldo2003@yahoo.com.br

a Sampaio a missão histórica de estimular e traduzir as manifestações de segundas colheitas de talentos, em meio à frieza e a precariedade do ambiente cultural.

Causou-me forte impressão o quadro de adversidades em que se encontrou então Márcio Sampaio. Em tempo de tensões sempre mais inquietantes, a “formosa província” era implacável, à vista de qualquer inconformidade. Solidário ao crítico sitiado, passei a escrever sobre artes plásticas, e um trabalho significativo dessa época foi o texto com o qual eu o apresentei, em *Brasil Arte Agora*, uma grande mostra de doze artistas organizada por Roberto Pontual, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

Poetas como Manuel Bandeira, Murilo Mendes e João Cabral de Melo Neto foram respeitados críticos de arte. A dimensão poética, ampliando o voo transcendente, fez com que Márcio Sampaio exercesse, de modo extraordinário, o papel de fomentador e orientador, seja da segunda geração da escola guignardiana, seja mesmo da primeira, ao se revelar o interlocutor munido do “olho armado”, de que fala Murilo, e da lucidez mondriânica celebrada por João Cabral e vazada nos seus textos, “pois que, por bem cortados,/ ficam cortantes ainda/ e herdam a agudeza/dos fios que os confinam”.

Ao mesmo tempo, os apelos da herança barroca, resgatada como raiz e radicalidade da vanguarda dos anos 60 e 70, envolveram profundamente Márcio Sampaio no enfrentamento dos códigos mineiros e na decifração poética e plástico-visual dos autos de fé da áurea província. Historiador da arte de Minas Gerais, ele levantou a produção oitocentista e o estado das artes antes da vinda de Alberto Guignard, em 1944, até alcançar as vertentes contemporâneas, em plena projeção dentro e fora do Brasil.

Atento à emergência tanto de um Amílcar de Castro quanto de um GTO, ou de Hélio Oiticica e de Artur Bispo do Rosário, em esferas sempre mais abrangentes, Sampaio tornou-se um curador singular. Foi o responsável pela primeira coleção de arte organizada pelo governo de Minas Gerais, no Palácio da Liberdade, por iniciativa de Dona Coracy e de Israel Pinheiro, quando Murilo Rubião fazia as vezes de secretário da Cultura. Organizou, pioneiramente, o setor de artes plásticas do Palácio das Artes. Desde então, sinalizou a necessidade de os museus recolherem obras referenciais, hoje distantes do público exatamente pela carência de política pública nessa direção, tal como por ele desenhada e defendida. Na Escola de Belas Artes da UFMG, seu magistério prodigalizou lições de arte viva e rompeu barreiras que costumam tolher as vertentes de um ensino intrinsecamente difícil e desafiante.

Poeta e professor, crítico e historiador, desenhista e pintor, autor de trabalhos referenciais de arte conceitual, na aurora da arte contemporânea, Márcio Sampaio inscreve-se na história da arte e da poesia do Brasil. Seja portanto muito bem vindo a esta casa de cultura. Sua presença é uma honra para a Academia Mineira de Letras.

SAUDAÇÃO A MÁRCIO SAMPAIO*

Olavo Romano**

Em homenagem ao seu talento múltiplo, à reconhecida capacidade criativa, ao jeito de orientar alunos, que transforma em amigos da vida inteira, MÁRCIO SAMPAIO chega a esta Casa consagrado pela unanimidade de seus pares, fato cada vez mais incomum nos tempos recentes.

Nascido em Santa Maria de Itabira, vai estudar na Itabira, do pico do Cauê, de Drummond e Batistinha, cidade que muitos juram ser ainda a capital do vice-reino do Mato Dentro. Lá, começa sua arte. Como pagamento pela pintura de um estandarte de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, recebe três galinhas brancas, aves que se empoleirariam por um tempo em sua obra, uma delas como poeta, catando milho no teclado de um computador.

O *Cometa Itabirano*, um jornalaico, no dizer de seus redatores, iluminou, por uma década de irreverência e destemor, a vida da cidade. Contam que, no dia em que Dom Marcos Noronha, primeiro bispo da diocese, anunciou sua renúncia à cátedra episcopal, a torre da igreja caiu, quase matando o povo de susto e espanto.

Devoto de São José, nosso querido Acadêmico escolheu para tomar posse o dia dedicado a seu protetor – este 19 de março da enchente das goiabas, no falar mineiro, das “águas de março fechando o verão”, no inspirado verso de Tom Jobim.

Em nosso Jardim de Academos, como convém aos quintais de Minas, há uma jabuticabeira, aqui logo atrás do palco, onde um beija-flor costuma voejar, indiferente ao que se passa neste auditório.

Vale lembrar, a propósito, a longa busca de Vivaldi Moreira por uma sede “ao rés do chão”, para a Academia, que, até 1987, funcionava em acanhada sala da Rua Carijós. Vivaldi “namorou”, sem sucesso, alguns lugares. Quando pediu a Hélio Garcia o prédio da Secretaria da Agricultura era, na Praça Rio Branco, o governador respondeu, direto: “Lá eu não dou, porque vocês já são velhinhos e lá tem muito trombadinha e muito *trottoir*.”

* Palavras introdutórias na posse do acadêmico Márcio Sampaio no dia 19 de março de 2015.

**Escritor, presidente da Academia Mineira de Letras.

olavoromano@task.com.br

Mas já tenho um lugar para vocês – o Palacete dos Borges da Costa, na Rua da Bahia. Lá é que os velhinhos devem ficar”. E aqui estamos nós, os velhinhos de hoje (uns mais, outros menos), neste lugar em que a imponência de um palacete dialoga com os traços arrojadados de Gustavo Pena, do mesmo modo que a própria Academia transita entre a tradição e a modernidade.

Na primeira academia, que Platão consagrou ao culto das Musas de Apolo, estava decretado: “Que ninguém, exceto os geômetras, entre aqui”. Na Casa de Alphonsus, de Vivaldi e de tantos que o precederam, o lema *Scribendi nullus finis* marca o compromisso com a palavra e com a vocação de escrever, legado comum a todos que por aqui passaram, deixando seu testemunho, sua marca.

Márcio não traz, como Drummond, uma “pedra de ferro, futuro aço do Brasil”; nem um São Benedito do velho santeiro Alfredo Duval; muito menos um couro de anta, estendido no sofá da sala de visitas; menos, ainda, “este orgulho, esta cabeça baixa...”.

Suas prendas são a generosidade, o dom de provocar, de instigar. Artista e mestre, “é uma vanguarda permanente, sempre inquietamente sereno como a sua poesia além do verso”, no dizer de sua sempre aluna Inês Rabelo, hoje conosco no desafio de impulsionar nossa Academia. Marconi Drummond, discípulo e amigo, enfatiza nele a inteligência ímpar e sofisticada, embora simples e despojada, “um mestre na escola e na vida”.

Nosso mais novo confrade se autodefine como um criador de arte, artista plástico, professor, cuja alma se alimenta do afeto da família e do próprio processo de criação. Tudo recoberto por um manto de modéstia, que mal oculta o inspirado poeta, o sofisticado escritor.

E já chega mostrando disposição ao movimentar nossa galeria de arte com uma retrospectiva de sua obra, a se inaugurar ainda esta noite.

Na tradição das posses acadêmicas, a primeira fala é de quem chega, pedindo para entrar; a segunda, do imortal que o recebe. Mas, com MÁRCIO SAMPAIO, a gente se anima e inova. Lembrando Bandeira, podemos dizer, com alegria: “Entra, Poeta. Você não precisa pedir licença”.



A ÚLTIMA MENSAGEM : *I WISH I WAS TOGETHER*

Fábio Doyle*

A história bonita de um bom pai, bom amigo, que conheci há 20 anos em uma pequena cidade do Kansas,

Eu o conheci há aproximadamente 20 anos. Foi em Leavenworth, Kansas, onde minha neta Fabiana fazia intercâmbio e cursava o último ano da “high school”. Arlen Davidson, o “pai” norte-americano da Fabiana, foi nos esperar, eu e Rachel, no aeroporto da cidade, com sua Samantha, uma mulher jovem e muito bonita. Foi uma empatia imediata. Ontem, pela Internet, recebemos a notícia de que ele partiu para a viagem sem volta (no seu país, as pessoas bem educadas nunca usam a expressão morte, morreu, dizem, com doçura carinhosa, que ele nos deixou, partiu).

Convivemos com Arlen e sua família por mais de um mês. Eles moravam no forte do exército, como militar, veterano da guerra do Vietnã. E foi na área do forte que nos hospedamos, em um hotel para militares e suas famílias, um belíssimo condomínio que me fazia lembrar do Morro do Chapéu. Os Davidson formavam uma família feliz, que incorporou minha neta como filha e irmã, dando-lhe apoio e o carinho que nos sensibilizou. Kelly, uma de seus quatro filhos, era colega de classe e escola de Fabiana e a apresentava como sua irmã. Saíamos juntos, no Oldsmobile que aluguei ou no carro de Arlen, para conhecer a cidade e seus arredores. Nos fins de tarde, em sua casa, fazíamos o *lunch*, que ele preparava, como excelente cozinheiro amador. Eu e ele sempre com um copo de *bourbon*, o bom uísque norte-americano, o Grand Old Dad, que eu conheci e apreciei, apresentado por ele.

Nossa acolhida foi tão boa, o ambiente era tão acolhedor, que resolvemos voltar um ano depois, para a formatura de nossa neta na Leavenworth High School. Arlen, com a gentileza que lhe era natural, conseguiu nos hospedar em uma casa dentro do espaço do Forte. Com a companhia de Pedro, também neto, vivemos ali por mais de um mês, cumprindo a rotina de uma família norte-americana,

* Jornalista, da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira nº 10.

fabiodoyle@uol.com.br

enquanto aguardávamos a formatura da *high school*. Foram dias felizes, vividos como vivem as famílias norte-americanas, fazendo compras nos supermercados, nas farmácias, no *Wal-Mart*, que ainda não chegara ao Brasil, circulando pelas ruas e estradas no Oldsmobile alugado, sempre na companhia de Arlen e Samantha, e de suas filhas Kelly e Kary. Ampliamos nosso relacionamento com a família de Collin Muray Lustick, a mãe dos quatro filhos de Arlen, os outros dois, rapazes, Sean e Kristhofer, em boa e civilizada convivência.

Voltamos ao Brasil e mantivemos sempre contato com os Davidson, via Internet. Que ontem nos trouxe a notícia triste de que “ele partiu”. Acho interessante resumir sua biografia, que é exemplar, como cidadão e militar. Arlen nasceu em 9 de junho de 1947 em Great Bend, Kansas. Concluiu a *high school* em 1965. Em fevereiro, em *e-mail*, ele contou ter comemorado com seus colegas e famílias os 50 anos de formatura, um saudável hábito daquele povo de manter as amizades antigas e relembrar as datas mais significativas da vida de cada um. Entrou para o exército como voluntário na época da guerra do Vietnã. Serviu como soldado, sargento e oficial naquele país durante três anos e meio. Em seu uniforme de gala, que usava em datas especiais, brilhavam medalhas de condecoração por bravura.

Um de seus maiores orgulhos, e tinha razão, era o de ter sido escolhido para fazer parte da equipe de militares que, em 24 de julho de 1969, a bordo do navio *USS Hornet*, resgatou no Oceano Pacífico os membros da missão Apollo 11, aquela que foi à Lua, com Neil Armstrong, Edwin Aldrin e Michael Collins. Ele contava com emoção aquele momento histórico para toda a humanidade.

Foi militar durante 32 anos. A reforma, por tempo de serviço, aconteceu em 2001. Uma semana depois, foi readmitido, no mesmo Forte Militar de Leavenworth, para funções administrativas, exercendo-as até 2011, quando se aposentou definitivamente. Já separado de seu segundo casamento, com os filhos casados, morando todos em cidades diferentes, mas sempre em contato com ele, que consideravam “bom pai, bom marido, nosso herói” (o registro foi transcrito de *e-mails* recebidos), passou a viver a vida para ele próprio, com seus dois cachorros *basset* (*dashung*), que nós conhecemos quando lá estivemos. Os dois passaram a ser sua paixão maior, como ele diz em uma mensagem, “*our beloved dogs*”. Em 2011, o ano de sua aposentadoria definitiva, os dois companheiros “partiram”. E o velho herói da guerra do Vietnã não conteve sua emoção: “Estou perdido sem eles”.

O bom amigo e herói de guerra Arlen Davidson, que partiu aos 67 anos, era uma pessoa simples, sem vaidades, cordial, caloroso com os filhos e seus companheiros de arma e seus amigos, nós, inclusive. Solitário, dedicou-se ao que gostava: cozinhar. E criou um molho especial para carne de churrasco, um dos seus pratos preferidos. Molho que batizou de “Papa D’s”, certamente significando “Papai Davidson”. Era apaixonado pelo Kansas City Chiefs, famoso time de

futebol norte-americano. Em política, era conservador. Gostava de música, dos cantos gregorianos, do *blue* e do *rock* clássico, de cinema, de John Wayne, de filmes de guerra, do Poderoso Chefão, e na tv não perdia programas de história do mundo, da guerra, e de comidas.

Era leitor apaixonado, como eu próprio, daí a nossa empatia, pelos romances de Graham Greene e de Hemingwy. Também de Ian Fleming, de *dogs shows*. E, bom escritor e culto que era, de criar e repetir frases inteligentes, entre elas guardei: “Deixe seus amigos perto, os inimigos mais perto ainda”; “Fale suavemente, mas tenha um porrete na mão”; “Você só tomará minha arma quando minhas mãos estiverem geladas pela morte”.

A solidão, que acontece com todos nós em algum momento da vida, foi a sua companheira nos últimos anos. Os filhos, longe, embora sempre em contato com ele, os seus dois *bassets* mortos. Sua primeira mulher, “seu primeiro amor”, como ela dizia, a muito bonita Collin Murray, mãe de seus filhos, em gesto tocante e bonito, deu-lhe o apoio de que ele necessitava em seus momentos mais críticos.

Em fevereiro deste ano, ele postou na Internet: “Estou com febre. Minha única receita é o uísque”, certamente o mesmo *bourbon* que tomava comigo há 20 anos, o Grand Old Dad (uma garrafa que ele me deu há 20 anos está guardada intacta, em sua memória, na minha adega). Outra mensagem dolorosa: “A que ponto cheguei, estou vendo {certamente pela tv} “Uma linda mulher”, e estou chorando”. A última, tão bela, tão real, tão dramática, pouco antes de partir: “I wish I was together”. Em inglês ela soa muito melhor, mas vale traduzir: “Gostaria de estar com alguém”, ou “de ter alguém comigo”.

O grande coração do herói de guerra, do bom pai (inclusive de minha neta), do bom marido, do cidadão modelo, parou de bater ontem. Ele estava dormindo, sozinho em sua casa. Foi encontrado pela manhã já sem vida, “com as mãos geladas e mortas”, por um vizinho amigo. O último *e-mail* que recebemos de sua família pedia: reze uma oração por ele.



SOB O SIGNO DA CRUZ

*Pe. José Carlos Brandi Aleixo**

“Dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz” (Lúcio Costa)

Traços indeléveis de espiritualidade assinalam a geografia e a história da capital do Brasil.

Em propalado sonho de 30 de agosto de 1883, Dom Bosco vaticinou o surgimento da terra prometida, entre os paralelos 15 e 20¹.

No início de fevereiro de 1955 o Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Presidente da Comissão de Localização da Nova Capital, acompanhado do Marechal Mário Travassos e do médico Ernesto Silva, visitou o Planalto Central.

Em Goiânia, os três foram recebidos pelo engenheiro Bernardo Sayão, Vice-Governador no exercício da governança. Em entrevista à *Folha de Goiaz*, o Marechal José Pessoa “faz entender que o Presidente Café Filho visitaria um sítio a ser escolhido”.²

Em 30 de abril e 1º de maio do mesmo ano, o Marechal José Pessoa e o Dr. Ernesto Silva reuniram-se com o Governador José (Juca) Ludovico. A imprensa especulou sobre uma possível viagem de Café Filho em julho de 1955 ao local da futura capital onde Dom Jaime de Barros Câmara, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, celebraria uma missa campal.³

Em 15 de junho de 1955 o Vice-Governador de Goiás, Bernardo Sayão, acompanhado pelo Secretário da Fazenda, José Peixoto da Silveira, e pelo engenheiro Hermino

Pedroso fez o primeiro pouso no campo de aviação que ele construíra no sítio mais alto da futura cidade de Brasília. Mandou escrever à margem dele, no

*Professor Emérito da Universidade de Brasília, membro da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira nº 19. brandialeixo@ccbnet.org.br

¹ TAMANINI, Fernando. Brasília: *Memória da Construção*. Brasília: edição do autor, 2009, p. 112-119 (“O Sonho”); 2) CATALANO, Pierangelo et al. *Don Bosco e Brasília: Profezia, Realtà Sociale e Diritto*. CEDAM-PADOVA, 1990. A Cura di Cosimo Semeraro; 3) VASCONCELLOS, Adirson. *A Mudança da Capital*. Brasília. Brasília: Gráfica e Editora Independência Ltda., 1978, p. 70-78. Composto e revisado em *S/A Correio Braziliense*. A transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o interior do país foi determinada pelas Constituições de: 1891 (artigo 3º); de 1934 (artigo 4º das Disposições Transitórias); e de 1946 (artigo 4º das Disposições Transitórias).

² VASCONCELLOS, Adirson. *A Mudança da Capital*. Brasília. Brasília: Gráfica e Editora Independência Ltda., 1978, p 329.

próprio chão, com cal, em letras gigantescas de quase cinco metros cada uma, o nome de Vera Cruz. Pensava Sayão na anunciada visita do Presidente Café Filho⁴ e na missa de Dom Jaime Câmara. Fincou na área uma cruz rústica. Em agosto, Sayão substituiu-a por um grande cruzeiro, preparado em Carpintaria de Planaltina.⁵ O bairro circunvizinho recebeu o nome de Cruzeiro.

Em 24 de fevereiro de 1956, junto ao Cruzeiro, o Salesiano Cleto Caliman celebrou missa campal com a presença de Bernardo Sayão e de uma caravana de alunos do Ateneu Dom Bosco, de Goiânia, e do Ginásio Anchieta, de Silvânia.⁶

Em maio de 1956, no mesmo sítio, celebrou missa Dom Abel Ribeiro Camelo, Bispo Auxiliar de Goiás e membro da Comissão de Cooperação para mudança da capital federal, criada pelo Governador de Goiás José Ludovico em 5 de outubro de 1955.⁷

Aos 2 de outubro de 1956, em sua primeira viagem a Brasília, o Presidente Juscelino Kubitschek — acompanhado do Governador da Bahia, Antonio Balbino, do Ministro da Guerra, General Teixeira Lott, e do Ministro da Viação, Comandante Lúcio Meira, e de outras personalidades — aterrizou na pista onde, posteriormente, surgiria a Rodoferroviária. Ele, sua comitiva e os anfitriões — entre os quais o Governador de Goiás Juca Ludovico e Bernardo Sayão (já Diretor Executivo da Nova Capital) — deslocaram-se logo para o grande Cruzeiro de madeira, no ponto mais alto da região.

Uma cruz de singular beleza encima a ermida de Dom Bosco, projetada por Oscar Niemeyer, a pedido de Israel Pinheiro. Em forma de pirâmide triangular, a primeira obra de alvenaria concluída em Brasília foi inaugurada aos 31 de dezembro de 1956. A ela afluem numerosos visitantes entre os quais, anualmente, muitos devotos em procissão terrestre ou náutica no domingo mais próximo de 30 de agosto, data do famoso sonho do santo italiano.

O grande urbanista Lúcio Costa, vencedor, em 26 de março de 1957, do Concurso do Plano Piloto, assim expôs a inspiração de seu projeto: “A presente

³ VASCONCELLOS, Adirson. *A Mudança da Capital. Brasília*. Brasília: Gráfica e Editora Independência Ltda., 1978, p. 339; 2) VASCONCELLOS, Adirson. *Efemérides: as grandes datas de Brasília e JK*. Brasília: Thesaurus, 2009, p. 601; 3) VASCONCELLOS, Adirson. *As Cidades Satélites de Brasília*. Brasília: Edição do Autor, 1988, p. 336-337. A realização do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional no Rio de Janeiro, de 17 a 24 de julho de 1955, dificultava muito uma possível viagem de Dom Jaime ao interior do Brasil na mesma época.

⁴ VASCONCELLOS, Adirson. *Efemérides: as grandes datas de Brasília e JK*. Brasília: Thesaurus, 2009, p. 601.

⁵ VASCONCELLOS, Adirson. *As Cidades Satélites de Brasília*. Brasília: Edição do Autor, 1988, p. 336.

⁶ VASCONCELLOS, Adirson. *Os Pioneiros da Construção de Brasília*. Brasília: Edição do Autor, 1992, 1º vol., p. 223.

⁷ VASCONCELLOS, Adirson. *A Mudança da Capital: Brasília*. Brasília: edição do autor, 1978, p. 344. Edição da Gráfica e Editora Independência Ltda; 2) VASCONCELLOS, Adirson. *Os Pioneiros da Construção de Brasília*. Brasília: Edição do Autor, 1992, 1º vol., p. 15; 3) SILVA, Ernesto. *História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade*. 4ª ed. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1999, p. 185. *O Diário Oficial da União*, de 3 de outubro de 1956, seção I, p. 3, noticia essa missa de Dom Abel Ribeiro. Apud TAMANINI, Fernando. *Brasília: Memória da Construção*. Brasília: edição do autor, 2009, p. 126.

solução nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da Cruz”.

Junto ao Cruzeiro, em lugar hoje situado entre o Memorial JK e a Catedral Militar, a 1.173 m de altitude, o Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta celebrou a primeira missa, oficialmente programada, no dia 3 de maio de 1957, festa — no calendário litúrgico da época — da Santa Cruz. Assinalou o ofician-te com três marcos culminantes da vida nacional: o Descobrimento em 1500, a Independência em 1822 e a Fundação da Nova Capital. Ao final, o Presidente Kubitschek, de improviso, apregoeou:

“O quadro da celebração da primeira missa, em Brasília, não será levado para o esquecimento: aí se vivia uma hora que a história vai fixar. A 3 de maio Brasília torna-se autenticamente brasileira, porque desde as origens o Brasil existe com a presença de Cristo. Com a Primeira Missa planta-se em Brasília uma semente espiritual... Que Brasília se modele na conformidade dos altos desígnios de Deus, que a Providência faça da cidade terrestre um reflexo da cidade divina ⁸”.

Nos dias 3 de maio e 12 de setembro (data natalícia do Presidente Juscelino Kubitschek) numerosas vezes os antístites de Brasília celebraram a missa, no mesmo sítio, onde pontificou o Cardeal Vasconcellos Motta. Oxalá, em cenário evocativo dessas efemérides, repitam-se tais cerimônias sagradas, tão caras ao saudoso Chefe de Estado diamantinense.

Em 2 de fevereiro de 1960 chegou a Brasília caravana de integração nacional composta de quatro colunas provenientes de Belém (Norte), Porto Alegre (Sul), Rio de Janeiro (Este) e Cuiabá (Oeste). Coincidentemente, formavam uma cruz. Na prece natalina a Brasília, escreveu Guilherme de Almeida, príncipe dos poetas brasileiros: “Agora e aqui é a Encruzilhada Tempo-Espaço, caminho que vem do passado e vai ao futuro. Caminho do Norte e do Sul, do Leste e do Oeste: Caminho de ao longo dos séculos: agora e aqui todos se cruzam pelo sinal da Santa Cruz”.

Na inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960, o Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, Patriarca de Lisboa, oficiou a Santa Eucaristia. No altar armado na Praça dos Três Poderes, estava a mesma cruz histórica da frota de Pedro Álvares Cabral diante da qual, em 1500, na Bahia, Frei Henrique de Coimbra celebrara a Primeira Missa do Brasil.

É relevante recordar que, na manhã de 21 de abril de 1975, o Governador do Distrito Federal, engenheiro Elmo Serejo Farias, doou, para sua guarda e conservação, ao Clube dos Pioneiros de Brasília, representado pelo seu Presidente Newton Egydio Rossi, a Cruz junto à qual foi rezada, em 1957, na futura capital da República, a primeira missa oficialmente programada. A solenidade ocorreu

⁸ VASCONCELLOS, Adirson. *Efemérides: as grandes datas de Brasília e JK*. Brasília: Thesaurus, 2009, p. 499-500.

pedrorogeriomoreira@gmail.com

no mesmo local do histórico acontecimento, sendo uma das testemunhas o Arcebispo de Brasília, Dom José Newton de Almeida Batista. Essa Cruz encontra-se na Catedral de Brasília.⁹

A cidade sedia, desde 1995, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs.

Na auspiciosa comemoração dos primeiros cinquenta e cinco anos de Brasília, é salutar a lembrança das palavras que o Presidente Juscelino Kubitschek dirigiu, em 21 de abril de 1960, aos laboriosos candangos:

“A vontade de Deus ergueu esta cidade. Com o pensamento na Cruz em que foi celebrado o Santo Sacrifício, peço ao Criador que mantenha cada vez mais coesa a unidade nacional, que nos dê sempre esta atmosfera de paz, indispensável ao trabalho fecundo, e conserve em vós, obreiros de Brasília, o mesmo espírito forte com que erguestes a grande cidade”.



⁹ VASCONCELLOS, Adirson. *Efemérides: as grandes datas de Brasília e JK*. Brasília: Thesaurus, 2009, p.404-405.

DO MEU FABULÁRIO AMAZÔNICO

Pedro Rogério Moreira*

Houve uma época em que os bichos falavam na Amazônia. Duvidam? Pois passem num sebo e resgatem o esquecido e saboroso escritor Raimundo Moraes. Já quase no fim desta remota Era, andei pela floresta como repórter itinerante. Deixei em livros algumas lembranças. Para outras não dei bola. Uma delas, porém, me persegue. Com tanta distância no tempo, sem registros para convalidá-lo, o caso que irei contar é cem por cento ficção, com a mesma percentagem de plausibilidade de haver acontecido. Talvez deva o memorialista acatar o conselho do velho Eça: “Sobre a nudez forte da verdade, o manto diáfano da fantasia”. Será mesmo? Hoje em dia jornalista, empreiteiro e magistrado estão exagerando um bocado! Sem falar de uns diretores da Petrobras, donos de apetites jamais praticados pelos mais vorazes animais de nossa floresta.

O meu raconto começa a bordo de um herói da guerra de 45, um valente DC-3, impecavelmente restaurado e decorado. O dono era um empreiteiro bonachão, entrado nos anos, que amava aviões antigos, porque eles foram seus instrumentos de ajuda na construção de seu império e de obras vitais para o progresso da civilização brasileira. Com o velho empreiteiro voavam também a Autoridade e seu assessor. Nada de mais, naquela época, este conluio aéreo entre público e privado. Os animais da floresta falavam e os gestores públicos não roubavam – ou roubavam muito pouco. Iam as duas eminentes figuras fiscalizar uma grande obra. Até a imprensa estava a bordo. A mocinha jornalista era a mais entusiasmada com as mordomias privadas a bordo e em terra. Ela subiu na carreira, fez um curso de ética por correspondência e hoje é xerife da conduta alheia. Por sua vez, o animal que ora escreve, jovem macaco velho e santinho do pau-oco, continha o gozo no íntimo da alma.

No voo, a Autoridade abriu uma revista *Manchete* e se deslumbrou com a beleza e sensualidade da atriz da hora. Aquele passageiro especial gostava da prática do amor (e também por isso o jovem Pedro o admirava), além de ser um sujeito honesto com relação ao dinheiro público embora relaxado com os costumes canônicos. Puxa, se eu a tivesse em minhas calejadas mãos! – suspirou ele ao assessor. O assessor era a figura “cuspida e escarrada” do cortesão desde que o mundo é mundo. No momento noturno de descontração do uísque no hotel, trans-

* Jornalista, ocupante da cadeira 38 da AML.
pedrorogeriomoreira@gmail.com

mitiu ao empreiteiro o sonho do seu chefe. Como sabemos, desde Roma e desde sempre, empreiteiro torna realidade qualquer sonho do Poder. Dá dinheiro até pras guerras de Júlio César, como nos relata Cícero, e de Bush pai e Bush filho, como testemunhamos. Como é então que não vai dar dinheiro pra concretizar um simples sonho erótico de um ente do Poder? Na verdade, um sonho de todos os homens viris do Brasil que ligavam a televisão à noite. Que sonho!

De volta ao Sul, o vetusto e amoral empreiteiro (não são antinomias na formação deste importante profissional em qualquer parte do mundo) delegou a tarefa de somenos importância a um subalterno diretor. Ladino e ladravaz, como alguns que estão passando hoje pela nossa frente, o diretor terceirizou a tarefa para uma distinta senhora que agenciava, do alto de seu belo apartamento de frente para a praia de Copacabana, as mais célebres atrizes que costuravam para fora, a fim de, com dignidade, reforçar o orçamento doméstico. Tanto teceu, ela com o ladino e ladravaz, que a encantadora, estonteante e culta atriz caiu na teia. Mas a futura nubente não sabia quem seria o noivo. Nem nunca haveria de saber.

O ladino e ladravaz comunicou ao patrão que já solucionara a demanda da Autoridade. O empreiteiro, com agenda de trabalho mais importante, delegou ao ladino e ladravaz as tarefas de 1) passar no caixa e fazer a retirada em espécie com a rubrica “despesas de representação” e 2) requisitar o avião no hangar da empresa. Um não, dois aviões. Por questão de segurança da imagem da Autoridade, o ladino e ladravaz irá conduzir a nubente no turbo-hélice King Air, e a Autoridade e seu assessor voarão no Learjet novinho em folha.

Exultou, o ladino e ladravaz. Agora, restava levar a princesa para o ninho do amor. Era um bangalô belíssimo, autoria de mestre da arquitetura de madeira, plantado na borda de um precipício de onde despencava o mais pictórico véu de noiva da floresta amazônica. Coisa de Hollywood. Me disseram que não existe mais. Pena.

O King Air decolou com um dia de antecedência. A pista de pouso do bangalô acabara de ser asfaltada para poder receber o Learjet, no dia seguinte. Uma beleza!

Todos os serviços da casa eram peruanos ou equatorianos: do guarda-campo à lavadeira, da arrumadeira à cozinheira, do copeiro ao mordomo, ao chofer, aos peões de fora. Assim era melhor, pois desconheciam a identidade dos diferentes hóspedes que tiveram a felicidade de conhecer o paraíso. O avião pou-sava, os passageiros desembarcavam, e decolava em seguida à base. Retornaria no dia e hora marcados. Este era o protocolo. Abre parêntesis: visitei o bangalô, desafortunadamente com propósitos bem diferentes daqueles dos nubentes que me haviam precedido tempos atrás: fui filmar as estripulias de uns índios arredios amalocados perto da cachoeira, “pianos” que o saudoso cineasta Paulo Gil Soares, diretor do *Globo Repórter*, me arranjava para carregar... Já então os animais da floresta não mais falavam. Suas vozes foram silenciadas pelas antenas parabólicas e todos os criados do bangalô assistiam a televisão via satélite. Conheço aquela moça linda, me disse a cozinheira peruana.

Não consegui filmar os índios, mas não perdi a viagem de todo porque a peruana me introduziu no gosto saboroso do *ceviche* preparado com os peixes do rio encachoeirado. Fecha parêntesis.

Enquanto esperava a chegada do noivo prometido, o ladino e ladravaz, transformado em aio da atriz, jogava todo o seu charme de malandro da Praça Saenz Peña em cima da princesa farta de beleza. Que mau caráter! Traindo a confiança do patrão e da Autoridade! Além de ladino e ladravaz, era um sortudo. Imaginem que a horas tantas do dia seguinte, um peão de fora avisa que a estação de rádio do campo de aviação estava chamando pelo ladravaz. Quem falava na outra ponta das ondas hertzianas? O cortesão da Autoridade. O noivo não podia mais viajar, copiou? Cambio! OK, copiado: o noivo não virá mais para o casamento! Câmbio final. Surgira um fato administrativo importante naquela sexta-feira tão propícia para ser enforcada à beira de um esplêndido bangalô ao lado do mais belo véu de noiva da floresta amazônica.

Todos os ladinos e ladravazes, mesmo os que têm algo disforme a marcar-lhes a figura humana, como olho revirado ou rabo preso, podem se dar bem com o elemento feminino. E as almas sensíveis, como as das verdadeiras princesas, acabam cedendo às palavras do amor; ingênuas, não percebem ser fingido o amor. Aconteceu isto. A minha princesa caiu no amor fingido do aio ladino e ladravaz, ladravaz de dinheiro e ladravaz de mulher dos outros. Ele sempre escondeu dela o nome do noivo (ou cliente final, no jargão da agenciadora). Mentiui: disse-lhe que tal figura não existia, era criação dele para poder realizar o sonho que acalentava: tê-la em seus braços, amá-la para sempre. Ela acreditou direitinho. Com pudor, recusou receber o dinheiro que a famosa agenciadora lhe prometera. Tudo seria feito com o amor mais sincero e desinteressado. Tadinha. A outra embolsou tudo.

A princesa continuou a frequentar o bangalô do véu de noiva; sempre que a agenda dela permitia, o King Air e o Learjet decolavam do Santos Dumont, o primeiro levando a princesa e seu aio, o segundo, supostamente a Autoridade. Tempos depois, o ladino e ladravaz diretor da empreiteira comunicou ao patrão que não precisavam mais gastar tantas horas de voo e combustível com dois aviões, bastava o Lear, porque a Autoridade estava de caso com a princesa e, pessoa simples que era, dispensava todo aquele aparato de segurança. Só fazia questão da presença dele, ladino e ladravaz. Na verdade, quem cansou de viajar foi o cortesão, e o fazia apenas para dar cobertura ao amigo ladino e ladravaz da empreiteira. Até que o cortesão enjoou da figuração. E transformou-se em ladino e ladravaz também: a minha parte eu prefiro em dinheiro, disse ele ao ladino e ladravaz diretor da empreiteira. E assim ficou valendo o trato.

Um belo dia a princesa, frustrada com a vã promessa do ladino e ladravaz de desfazer o seu casamento para casar-se com ela, deixou de ir ao bangalô do véu de noiva. Ficou tristonha por um bom tempo, coitada. Na próxima novela, porém (ela me contou há poucos anos), já havia descido sobre o seu semblante belíssimo o véu do esquecimento. Ainda bem.

Mas o ladino e ladravaz diretor da empreiteira, por mais tempo ainda, passou no caixa para pegar o numerário das “despesas de representação” e reparti-lo com o ladino e ladravaz cortesão da Autoridade. E continuou também a frequentar o haras do já então falecido patrão. Outro dia é que fiquei sabendo dessa parte interessante: o castigo vem sempre a cavalo! O genro daquele empreiteiro saído de uma página de Cícero sobre as falcatruas do César com os empreiteiros vestustos e amorais da Gália, acabou despedindo o diretor ladino e ladravaz. Vingou o sogro, de certa forma. Descobriu que o ladino e ladravaz havia lhe roubado a égua descendente de um campeão do *sweepstake*. Mas logo depois o ladino e ladravaz conseguiu colocação em outra empreiteira. Há muito não o vejo, mas sei que anda por aí. Qualquer dia aparece na tv, fazendo delação premiada.

E o nosso Raimundo Moraes citado lá em cima? O primoroso escritor paraense (1872-1941), autor dos apólogos *Histórias silvestres do tempo em que animais e vegetais falavam na Amazônia*, vaticinou que um dia os bichos e as árvores da Amazônia voltariam a falar... Deus o ouça, Raimundo. Vão contar poucas e boas! Os animais do Brasil meridional já começaram a falar. E estão contando coisas terríveis!



A chegada do sinal de tv na floresta amazônica acabou com a conversa entre os bichos, segundo a ilustração de José Luiz Eugênio para o livro Hidrografia Sentimental, de Pedro Rogério Moreira (1992)

PITANGUI: 300 ANOS (HISTÓRIA E MEMÓRIA)

*Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza**

HISTÓRIA

Sem a pretensão de querer ensinar aqui a história de Pitangui, mas com o intuito de, ao recordá-la, dar o devido peso à 7ª Vila do Ouro, permitam que falemos um pouco da História desta cidade que é a “célula-mater” de um sem número de municípios como Abaeté, Pompéu, Bom Despacho, Pará de Minas, Itapecerica, Mateus Leme, Tiros, Morada Nova e a minha querida Dolores do Indaiá.

Começamos pela picada agreste que levava os bandeirantes paulistas, entre eles o legendário Anhangüera, aos sertões de Goiás.

Foi por aí, no início dos setecentos, que Pitangui tomou fama de ser um “arraial quente”. Há 302 anos, precisamente no dia 1º de setembro de 1713, D. Braz Baltazar da Silveira, Governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, escrevia ao rei de Portugal: “Senhor. Vendo os moradores desta cidade de São Paulo que os reinóis nos últimos levantamentos os haviam lançado violentamente das Minas (ele se referia à Guerra dos Emboabas), e despojado dos bens que nelas tinham, tomaram a resolução de procurar outros sertões em que continuassem os seus descobrimentos, e chegando até o sítio chamado Pitangui, começaram a descobrir ali algum ouro, e, continuando nesta diligência, acharam cada vez mais logrado o seu trabalho, com a abundância de ouro que foram descobrindo e, receosos de que com a entrada dos reinóis, experimentassem o mesmo dano que receberam nas primeiras, publicaram que não haviam de consentir nela os ditos reinóis”.

Com a chegada e o estabelecimento desses paulistas, violentos e atrevidos, nasceu o arraial, que se transformou em 9 de junho de 1715, na turbulenta Vila Nova do Infante das Minas de Pitangui ou Piedade de Pitangui (a sétima vila criada na Capitania de Minas depois de Mariana, Ouro Preto, Sabará, São João del-Rei, Caeté e Serro), palco dos primeiros movimentos de insubordinação contra o governo português, como a famosa “Sedição de Pitangui”, tão bem descrita, em seus aspectos reais e lendários, por Diogo de Vasconcelos e por João Camilo de Oliveira Torres.

*Membro da Academia Mineira de Letras, cadeira nº 29 e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Cidadão Honorário de Pitangui e membro da Sociedade dos Amigos de Pitangui.
editoradjunto@delreyonline.com.br

“Em janeiro de 1720, o povo de Vila de Pitangui, sob o comando do caudilho Domingos do Prado, levantou-se em motim armado contra o Brigadeiro João Lobo de Macedo, representante da Coroa, que acabou sendo expulso do povoado. Chegando reforços enviados pelo Conde de Assumar, os pitanguienses, depois de sangrenta batalha, fugiram para o local que hoje é Conceição do Pará e ali estabeleceram seu acampamento de resistência. O enviado do Conde, Ouvidor Bernardo de Gusmão, não podendo prender o chefe da rebelião, mandou enforcá-lo em efígie na praça da vila. É bom que se lembre que a “execução em efígie”, muito usada nos tempos coloniais, embora simbólica, trazia as consequências jurídicas de uma execução verdadeira. Domingos do Prado, em seu esconderijo, sabendo de seu próprio “enforcamento”, não teve dúvidas. Mandou erguer uma forca bem alta e, entre apupos e gargalhadas, “enforcou” um boneco representando o Ouvidor...”

Outro fato relevante que liga Pitangui à história é, certamente, a participação do Padre Belchior nos acontecimentos que levaram D. Pedro a proclamar a Independência do Brasil. O Padre Belchior Pinheiro de Oliveira, vigário de Pitangui de 1814 a 1856, foi amigo e companheiro do Príncipe, acompanhando-o na célebre viagem a Minas, em 1821, e aconselhando-o no “Grito do Ipiranga”, como já o fizera no “Fico”.

No Segundo Império, Pitangui iria se distinguir na Guerra do Paraguai. Em 1865, já comemorando 10 anos de sua elevação à categoria de cidade, Pitangui abalou-se com a notícia da “Guerra da Tríplice Aliança”. Imediatamente, conforme relata o historiador dorense Waldemar de Almeida Barbosa, fundou-se aqui a “Sociedade Amor da Pátria”, destinada a conseguir voluntários para o combate. De Pitangui, em dois contingentes, partiram 125 combatentes que se destacaram com bravura nas terríveis batalhas contra as tropas paraguaias bem treinadas e equipadas de Solano Lopez.

Por todo esse passado importante de Pitangui na história política, administrativa e judiciária de Minas Gerais, merece a pena comemorar data tão importante como este Tricentenário.

MEMÓRIA

Na primeira fase das minhas memórias, na década de 40, era de trem de ferro que se chegava a Pitangui. O trenzinho da Rede (que hoje não chega mais) entrava de frente na estação, por volta do meio-dia e, depois de esperar, paciente e resfolegante, uma verdadeira festa na plataforma, com *footing*, cafezinho e biscoito, saía de marcha à ré, como se a pedir desculpas, para retornar ao ramal principal em Velho da Taipa.

Muitas vezes o trem da Capital encontrava-se ali com o que vinha de Dolores do Indaiá. Os passageiros das duas composições desciam à plataforma e se misturavam em abraços e prosas, com a participação dos rapazes e moças da cidade

(a estação “faturava” alto com a venda de bilhetes de entrada). Na hora dos apitos de partida, era uma grande confusão. No corre-corre, houve muito caso de gente que embarcava no trem errado e “voltava à comarca de origem”...

Desses anos, lembro-me das alegres reuniões de família, de alguns Natais ali passados, com a conotação mais simples da época, mais espiritual que comercial; da presença bondosa e energética do casal de tios, que, por serem bem mais velhos que os meus pais, eu os chamava de vovô e vovó; do carinho dos primos e primas; da impressão causada no menino pelo casario colonial e pelas ladeiras da cidade, pelo casarão mal-assombrado de Maria Tangará; da impressão de medo causada por um certo tipo estranho, de saia, barba e bigode, que até hoje nem sei se era homem ou mulher; dos quintais imensos, verdes, com laranjeiras, mexeriqueiras, mangueiras, jabuticabeiras e outros pés de frutas, povoados de passarinhos; das queimas do Judas, no sábado de Aleluia, quando se ouviam os versos do Murilo Malachias, mexendo com toda a gente; dos pretos velhos, como a Sinhana, de saia comprida e bata branca, que me faziam imaginar cenas com navios negreiros, senzalas, pelourinhos e, depois, uma Lei Áurea.

Da segunda fase das lembranças, nos anos 50, recordo-me dos momentos fugazes de namoro furtados à vigilância de mães e pais severos; do vaivém movimentado no “Jardim”, ao som de músicas no alto-falante rouco do coreto (que alguém oferece a fulana, como prova de muito amor...); das galinhas furtadas de madrugada, para os piqueniques gastronômicos na bucólica Mata da Pedreira; dos passeios à Cruz do Monte, quando o perigo da escalada era pretexto para se pegar na mão da namorada (naquele tempo, era preciso um pretexto para que os namorados dessem as mãos em público, o que, sem dúvida, era mais difícil... e mais romântico); dos famosos bailes de Carnaval do Pitangui Clube, para os quais nos preparávamos desde cedo em concentrações etílicas nos reservados do Bar Brasil; das concorridas sessões de cinema (não havia televisão), após as quais era “chic” (e gostoso) ir tomar sorvete na taça de prata ou chocolate quente com canela, dependendo da estação do ano, na Confeitaria Elite; das escapadas noturnas até a periferia da cidade, onde havia algumas casas tristes de suposta vida alegre; das festas de formatura e das danças juninas da velha Escola Normal; do desfile de moças bonitas depois das missas de domingo, às quais, nós, rapazes, comparecíamos “religiosamente”, mesmo que, às mais das vezes, não passássemos das escadarias da Matriz, sob o protesto veemente e justo do Padre Guerino...

Todas estas lembranças agradáveis, de tempos despreocupados e felizes desfilam na minha mente.

Viva Pitangui!



O SERTÃO VIROU MAR

*Elizabeth Rennó**

Considerações sobre *Corpo Molhado* de autoria de Carmen Schneider Guimarães

São Paulo já dizia aos Romanos: A palavra está perto de ti, em tua boca e em teu coração.

A Palavra, a sua colocação, o seu estudo, o seu manejar é instrumental precioso para o escritor. A comunicação torna-se realidade, as ideias concretizam-se, os sentimentos fazem aflorar os dons do espírito e da compreensão.

A Língua Portuguesa é terra fértil e sempre desconhecida à procura de descobertas; quanto mais a estudamos mais nos conscientizamos dos meandros linguísticos, das particularidades singulares, das diferenciações dos falares que permeiam as normas e a gramática e que, às vezes, nos embarçam.

As origens das palavras, os termos regionais, os casos de regência e até mesmo o inusitado da estilística fazem da nossa língua um viveiro de espécimes raros, um labirinto de dados desconhecidos, a se posicionarem em atitude de busca e solução.

Carmen Schneider Guimarães é mestra na arte de combinar a harmonia dos sons e a retidão das palavras na polifonia sintática. Possui estilo ímpar, colocando à sua maneira a língua portuguesa do dizer cotidiano e a linguagem cuidada de pesquisadora consciente em seus ensaios. Sua contribuição à Literatura, fruto da vivência literária, culta e erudita, é exercida com denodo e constância.

Ensaísta, poeta, contista, empreende o trabalhar com os vultos femininos que povoam a sua ficção, analisando-os em sua psicologia existencial.

Corpo Molhado, seu romance de estreia, obteve várias premiações nacionais. Ali, Carmen retrata a mulher que conhece: a de beira-rio e a de beira-mar; a que acolhe e a que dispersa; a que é amada e a que tem amor; a que cria vida e a que a tira; a de vida sofrida e a de vida mansa.

*Professora. Presidente da Academia Municipalista de Minas Gerais, Presidente Emérita da Academia Feminina Mineira de Letras, ocupa a cadeira nº 21 da Academia Mineira de Letras.
e.renno@hotmail.com

Com o potencial linguístico com que trabalhou neste conjunto de tramas bem urdidas e que provocam o interesse e a resposta do leitor, a escritora se firma entre os maiores ficcionistas brasileiros. Sua linguagem reproduz, com fidelidade, a fala popular litorânea, no dialeto da orla do mar e emprega, em sua composição, os neologismos, as expressões com sintaxe própria, explorando ainda o elemento sobrenatural tão ligado ao dizer e ao sentir da região onde os contos são situados, em linguagem roseana.

Considero a linguagem inerente à obra de Guimarães Rosa acessível a uma elite intelectual, dadas as particularidades esotéricas presentes em sua obra.

O mesmo é considerado por Adolfo Casais Monteiro, ensaísta de mérito, quando diz: evidentemente há coisas que só entenderá em *Grande Sertão: Verdades*, o sertanejo, precisamente o menos provável de seus leitores.

Há na obra de Guimarães Rosa a possibilidade de gama enorme de interpretações, através do não dito e do entredito, cuja significação poderá surpreender até mesmo o próprio escritor. Rosa aceitava qualquer decifração de sua obra, mas não fornecia pistas a ninguém, como lembra Afonso Arinos de Melo Franco: Rosa não entrega nem a pau o mapa da mina.

Dentro deste esoterismo enquadram-se as histórias de Carmen Schneider em *Corpo Molhado*. Toda argúcia e perspicácia terão que ser usadas para que se apreenda a trama. A partir dos depoimentos arrolados, tudo é mistério. Bem como misteriosas são as suas heroínas, que, apesar de protagonistas e centralizadoras do poder de sedução, caracterizam-se, por sua ambiguidade, como objetos de prazer.

Na estrutura sintática de *Corpo Molhado*, são elementos de sua composição cinco contos-histórias, desenvolvidos a partir de depoimentos em processos criminais, assim esquematizados, localizados na Vila da Penha:

- I- Corpo Molhado – Praia da Concha
- II- O Homem das Mãos de Embira – Tapera do Inhoá
- III- O Renegado – Ponta da Fruta
- IV- A Menina e o Soldado – Marinhas Novas
- V- Caso de Amor- Paixão – Itapoã.

Predominam as personagens femininas. Assim em *Corpo Molhado*, Esmeralda (Manoela Nunes), “mulher sereia de olhos verdes, “antecede Cidinha (Aparecida Guedes), “mel de formosura”; Rosalba Rosa,” de corpo volumoso, xodó dos dois”; Ruth (Tuta), “imaginação pecaminosa” e Verônica (Vera do Pedro),” olhar de gata mansa.”

Todas são objeto de cama e mesa, apesar de serem o estopim que desencadeia acontecimentos ligando amor-paixão à morte.

A mulher participa de um ritual antropofágico em que fornece a comida, mas é incorporada também a ela.

Exemplos:

Ela demorou olhando parada, depois forneceu carne-seca no coité. Devagarinho, ajeitou cuia de farinha torrada perto. A gente via que ela imaginava coisa. Pegou, falou: – Come depressa, por favor. Ele volta textual. Vem buscar a garrucha... (p.37).

- Oto comeu provando devagarinho no começo para depois, gostando do sabor, aprovando. Gabou muito minha mãe nos temperos – e sempre estava sorrindo, e estendeu olhos para mim, querendo saber se eu era também habilidosa nos quitutes. Exageros de mãe me ajudaram dizendo ela coisas maiores a respeito do que eu sabia com as panelas... (p.98).

...Depois, mais outros, todos eles únicos de cada vez que a moça caprichava com a elegância das maneiras prostitutas, mas de decência no proceder: uma fidalguia de amor, um conforto cômodo. Era o que sabia da cama. Da mesa só declarou o que me contaram e passo adiante sem provas, mas com boas testemunhas de ter sentido os cheiros e ouvido estalos de língua. Mestra turuna no temperar: temperos raros, diversos odores e sabores variados. Comidas e pirões de apetecer algum aguado de quebranto, qualquer que fosse ruim de boca. Torresmos, sarapatel e linguiça de porco pura, esses e outros eram pratos de especialidade dela...p.(111).

Levando o sertão de Guimarães Rosa para o mar, Carmen Schneider revive a metáfora do escritor e povoa o seu universo com elementos afins. O relacionamento de seus personagens com a água é evidente e o elemento líquido é presença constante em todo o livro. Sabe-se que a água representa o informe do inconsciente, símbolo do nascimento e da ressurreição, conforme aparece na análise dos sonhos ou nos mitos do renascimento dos heróis. A imersão remete à ação escatológica do Dilúvio como o término de uma situação de angústia e pesadelo, que na maioria dos mitos provoca a ira divina. Por outro lado, a união com a água é relacionada ao *regressus ad uterum*, processo psicanalítico de um novo começo, uma volta ao Paraíso primitivo. Como símbolos oníricos relacionados ao signo maior – a água – sucedem-se termos, situações, todo um contexto e uma vivência transcorrida à beira da água, o remanso do rio, a maré cheia, pé de mangue, descrições de pescarias, barcos, saveiros, aratus, e caranguejos, xexéu, papa-terra, badejo, caroá, siris, ressaca, quebra-mar, ondas e marés.

A linguagem reproduz a fala popular litorânea, o dialeto da orla dos mares sempre navegados e conhecidos pela autora, que estampa suas características; apresenta os neologismos, a sintaxe própria, as expressões cotidianas ou idiomáticas, além do elemento maravilhoso ou sobrenatural que povoa o dito popular quando procura explicar o acontecido fantástico. Bruxarias e macumbas, mal-feitos e pragas são constantes no viver das personagens descritas.

No primeiro conto, relembra-se o aviso do Pai Firmino a Porfírio para vigiar o corpo molhado fica “antes de desvestir”, o que seria razão de má sina

para quem já se vingara de traição por defesa da honra; em *O Homem das Mãos de Embira*, há toda uma encenação envolvendo bruxedos, trabalhos de rezador e maldição; no caso do Pé de Chita, há as aparições nas ilhas encantadas e suas consequências tenebrosas; o Caso de Amor-Paixão termina com o comentário da testemunha sobre o “despacho de reza braba” feito pela Zabelinha, que “rezava de coser e descoser, de encomendas. Lançava mandingas e responsava: “se não falei em antes foi para não desvirar em cima de mim os desfavores de uma destinação de despacho armado para os dois: Pedro e Verônica, e confirmado pelo sucedido na praia de Itapoã”.

Todos os contos são relatos de uma testemunha, que comenta o fato como narrador e possui uma visão por trás, isto é, o eu do narrador aparece através do ele do personagem.

Como elemento essencial para a descoberta de todas as tramas, considera-se o ponto de vista do narrador. O distanciamento horizontal na metonímia do texto leva ao grau necessário de verossimilhança. Esta, às vezes, pode ser contestada pela linguagem nova, calcada na oralidade e na originalidade, visando a uma comunicação maior, subjacente à fala do narrador.

Há um nível da escrita, onde não se pode decidir quem fala: o narrador, o autor, a sabedoria universal, já que não se distinguem no texto a personagem, o narrador e o autor, segundo afirma Roland Barthes. O narrador reduplica-se como personagem e é também testemunha objetiva, alter ego do herói, testemunha ocular do ocorrido e espectador, quando sente ser impossível a realização do seu desejo. Esta situação é fortemente comprovada pelas chaves que fornecem os depoimentos. O autor-narrador-produtor ao reassumir sua forma primitiva insere-se no texto, cuja proposta é relacionada a uma resposta; a do leitor.

Em *Corpo Molhado*, a leitura é conduzida na escrita da autora pela palavra, cuja pluralidade se apresenta na voz do narrador-contador. A autora, Carmen Schneider Guimarães, na sua subjetividade, é além do sujeito analítico dos acontecimentos, personagem da narrativa e testemunha que denuncia, castiga, recompensa, censura, super ego determinante da moral da história.



O VALOR COMUNICATIVO DA PALAVRA

*Côn. José Geraldo Vidigal de Carvalho**

Introdução

A Filosofia mostra que a ideia ou o conceito é a simples representação de um objeto sensível, cuja essência é abstraída das coisas pelo intelecto humano.

É o sinal formal e natural deste objeto na faculdade cognoscente.

A palavra oral é então o sinal instrumental e convencional da ideia, enquanto a palavra escrita é o sinal instrumental convencional da palavra falada.

Daí a importância que o comunicador dá à compreensão ou conjunto de elementos de uma ideia, e a extensão ou conjunto sujeitos aos quais a ideia convém. Deste modo, através das palavras poderá exprimir com propriedade o que foi aprendido no mundo exterior pela inteligência.

Importância das palavras

O ato da palavra, porém, apenas se torna válido quando esta é interpretada através de uma análise objetiva.

Sem esta interpretação não se pode dizer que tenha havido uma comunicação intersubjetiva.

Donde o especial valor de um texto escrito que permite uma hermenêutica mais acurada das mensagens veiculadas.

Eis a razão pela qual a comunicação oral exige que o comunicador seja mais explícito ainda, possibilitando aos outros, pela própria explicação sobre o que é então proposto, pinçar a ideia comunicada.

No texto escrito, contudo, que é mais conciso, é uma arte fazer com que este seja intrigante naquilo que se espera da interpretação a ser feita pelo leitor.

O comunicador nunca pode se esquecer de que no interior da forma de expressão pela linguagem ou pela sua representação escrita é possível ao ser racional apreender a riqueza do que ele almeja transmitir, embora faça isto sempre segundo a sua própria mundividência.

*Membro da Academia Mineira de Letras cadeira 12; professor no Seminário de Mariana durante 40 anos.
vidigal@homenet.com.br

Donde a necessidade imperiosa do comunicador de se ater às leis que regem a transmissão de ideias por meio das palavras.

Estas normas se fundamentam numa formação filosófica, advinda da lógica aristotélica, ou das formas platônicas, ou das recomendações cartesianas e ou de outras escolas com suas tendências específicas.

Estas diretrizes podem ser percebidas facilmente pelo receptor erudito, embora este aspecto não seja fundamental no que tange ao grande público, alheio a uma análise mais profunda do texto.

O certo é que as aspirações que jazem no íntimo do comunicador podem chegar aos outros que as decodificarão.

Isto demonstra a vitalidade das palavras.

Aí está a razão pela qual certos literatos se perenizam, porque souberam expressar como que um consenso em torno de temas abordados das mais variadas formas que a literatura oferece.

Os *experts* metamorfoseiam em realidade transcendente seu pensamento que se destaca de sua fonte e é capaz de aglutinar um determinado conjunto de leitores, dada a força de expressão em torno de um tema candente.

Realiza-se, então uma admirável empatia. A literatura é, de fato, um instrumento de comunicação e de interação social.

Daí o motivo pelo qual são possíveis várias redefinições, uma vez que as peculiaridades de uma boa obra são atingidas também de acordo com a mundividência daquele que a tem em mãos, levando-se em conta inclusive o contexto no qual se acha naquele momento.

Como bem observou o psicanalista Wilson Castello de Almeida, “O interesse de Lacan pelos significantes, de certa forma corresponde ao interesse de Freud pelas imagens implicadas nas palavras e suas possíveis ligações afetivas”. Tudo isto dentro do conceito linguístico cujo pai é Saussure, que abriu novos caminhos graças a seus estudos sobre a língua e a fala, ou seja, a língua e a exposição sobre determinado assunto.

Isto significa que os hermeneutas literários não estabelecem uma interpretação estática, pois há sempre a possibilidade de outras análises em cima das obras primas que a literatura oferece e, igualmente, apreciações de escritos que não se tornam tão amplamente conhecidos.

Adite-se que, como os momentos históricos variam e inúmeros são os leitores nos diversos contextos com toda sua carga emocional implicada nas palavras, muitas vezes, uma obra de grande perfeição, notável em determinado gênero, em prosa ou em verso, recebe uma nova notoriedade. Este fato explica também o número de edições daquilo que os gênios legaram em determinadas épocas. É o que embasa igualmente o sucesso dos *best sellers*. Segundo Lacan, o significante não representa o significado, ou seja, o significante terá sempre muitas significações.

Nas frondosas províncias da literatura, nomes se imortalizaram nos contos, no humorismo, no teatro, nos discursos, nas cartas, na poesia e são lidos, relidos, estudados.

A Antologia brasileira, por exemplo, registra nomes como José de Alencar, Machado de Assis, Olavo Bilac, Humberto de Campos, Monte Alverne, Tobias Barreto, Gregório de Matos, Gonçalves Dias, Guimarães Rosa e tantos outros que são continuamente admirados, inclusive pela juventude sequiosa de haurir e degustar o belo nos escritos destes literatos.

É que a literatura, como bem observou Geni Bertomi Nimitz, “representa uma cosmovisão sobre a realidade, as coisas e os homens, com seus acertos e erros, ilusões e frustrações”.

Deste modo, a percepção da realidade tida pelo autor não fica prisioneira de seu tempo, mas partureja conexões vitais ligando um contexto passado ao presente e ao futuro.

Com efeito, isto se deve à riqueza antropológica que um conteúdo de determinado escrito retém, o que leva o mesmo a romper as barreiras do tempo.

É que no homem borbulham aqueles mesmos sentimentos que um autor foi capaz de expressar no instante em que escreveu seu texto bem elaborado, sentimentos que fazem parte do misterioso mundo interior de todo ser pensante, além do que está no subconsciente de cada leitor.

Trata-se de uma sintonia que magistralmente, sobretudo, os bons pensadores e literatos são capazes de passar a outras gerações, até mesmo suscitando novas cogitações.

Dois tipos de comunicação

Cumprir observar que a comunicação racionalizada se difere da comunicação cotidiana.

Nesta prevalece mais a personalidade de quem fala com todos os seus afetos e desejos próprios.

Na racionalizada, expressa nos textos escritos, o sentimento tende a um espaço mais impessoal que os propulsionam para uma generalização, o que oferece uma extensão mais vasta das mensagens impregnadas de ideologia.

Esta se torna como que um ímã que vai atrair um grande número de pessoas que se sintonizam em torno do *Leitmotiv da obra*

Assim, alguns autores se tornam criadores de mitos, de alegorias significativas, graças aos artifícios empregados, mesmo porque, sobretudo neste caso, a intersubjetividade não é nunca neutra, vazia, mas preñe de sentido. Haja vista, a título exemplo, o livro de Miguel de Cervantes y Saavedra *Dom Quixote de la Mancha*, verdadeiramente seminal na história do romance moderno. Dom Quixote se tornou uma fonte notável de inspiração para inúmeros célebres escritores e para os criadores em outros campos artísticos até nossos dias.

Conclusões

Quando a palavra é empregada com toda sua força intrínseca, com seu real valor, ela faz com que a comunicação atinja o estágio de uma metafísica social e pessoal.

Eis por que obras primas adaptadas em peças de teatro, óperas, composições musicais, novelas, passando da escrita para a comunicação oral, são inclusive capazes de mobilizar um grande número de pessoas.

Tornam-se fenômenos de comunicação. São um estímulo ao pensamento e à atividade criadora.

Um consenso fica institucionalizado em torno dos personagens do texto original que abre caminhos para outras produções artísticas.

Aí o motivo pelo qual, sobretudo hoje, a própria publicidade ganhou ainda mais poder de influenciar as pessoas, penetrando nas astúcias do inconsciente.

A comunicação se torna uma exteriorização da intimidade de algo guardado no fundo de quem a recebe.

Suscitam-se desejos e todo desejo fixado leva ao ato.

A linguagem comunicacional exerce, de fato, muito poder, utilizando vários discursos de acordo com o público que se pretende atingir.

Donde o conhecido axioma que afirma ser a propaganda a alma do negócio.

No que tange, porém, às obras clássicas da literatura, elas patenteiam um vigor muito mais forte, do qual resulta sua perenidade, porque o efeito de sua comunicação escapa à fluidez das mensagens radiofônicas ou televisivas. Estas podem até estar quase sempre a serviço do efêmero.

Profunda, portanto a responsabilidade do comunicador em todos estes aspectos acima focalizados.

Fulge, contudo, a grandeza de quem procura bem se comunicar, mesmo porque, como bem expressa o lema da Academia Mineira de Letras, “*Scribendi nullus finis*” – nunca falta o que escrever!

A palavra empregada com propriedade leva sempre a uma experiência histórica do ser humano inserido no tempo e apto a decodificar o que recebe através dos bons comunicadores, que sabem escolher termos que bem exprimem suas ideias, suscitam outras análises.

Por tudo isto nunca se deve manipular os vocábulos, como soi acontecer sobretudo no mundo político.

Bibliografia

ALMEIDA, Wilson Castello. *A Clínica da psicose depois de Lacan*. São Paulo, Ed. do autor, 2012

- BATESON, Gregory, RUESCH Jurgen. *Communication et société*, Paris, Seuil, 1988
- BRETON, Philippe. *La parole manipulée*, Paris, La Découverte & Syros, 2000
- CAMARA, J. Mattoso. *Princípios de Linguística Geral*. Rio de Janeiro. Livraria Acadêmica, 1959
- GRETT, Josephus, *Elementa Philosophiae*. Friburgi/Barcinone, Herder, 1936
- IRIGARAY, Luce. *Parler n'est jamais neutre*. Paris, Minuit, 1985
- JACOB, André. *Introduction à la philosophie du langage*. Paris, Gallimard, 1976
- LIPOWETSKY, Gilles. *L'empire de l'éphémère. La mode et son destin dans les sociétés modernes*. Paris, Galimaerd, 1987.
- NIMTZ, Geni Bertomi. <https://genibertoni.wordpress.com/a-literatura-como-projeto-do-belo/>
- SAPIR, Edward. *Le langage. Introduction à l'étude de la parole*. Paris, Payont & Rivages, 2001
- SAUSSURE, F. de. *Cours de Linguistique Générale*. Paris, 1922
- SHAFF. Adam. *Langage e connaissance*. Paris, Hachette Supérieur, 1994
- SCHÉRER, René. *Philosophies de la communication*. Paris, DESES, 1971
- WINKIN, Yves. *Anthropologie de la communication. De théorie à l'action* Bruxelles/Paris, Gallimard, 1993



PRÊMIO CAMÕES PARA HÉLIA CORREIA, INÉDITA NO BRASIL

Danilo Gomes*

O famoso e cobiçado Prêmio Camões foi instituído em 1988. Sabemos que se trata da mais importante láurea atribuída a autores de língua portuguesa pelo conjunto da obra. É concedido, em anos alternados, a escritores brasileiros e de outros países lusófonos.

No ano passado, o agraciado foi o poeta, historiador e memorialista Alberto da Costa e Silva, embaixador e membro da Academia Brasileira de Letras, de que foi presidente.

Receberam também o prestigioso troféu, entre os brasileiros, Ferreira Gullar, João Ubaldo Ribeiro, Dalton Trevisan, Rubem Fonseca, Lygia Fagundes Telles, João Cabral de Melo Neto, Rachel de Queiroz, Antônio Cândido de Mello e Souza, Jorge Amado e Autran Dourado.

O primeiro a receber o prêmio foi o poeta, memorialista e contista português Miguel Torga. Era o pseudônimo de um recluso, arredio, sistemático médico de Coimbra, Dr. Adolfo Correia da Rocha, que morou no Brasil na adolescência, sofrendo muito.

O Prêmio Camões deste 2015 foi conferido a Hélia Correia. Merece ela que o Brasil a conheça. Aqui sua obra não é divulgada. Cá eu gostei do nome. Soa bem, é diferente esse Hélia.

O júri deliberou à unanimidade. Como se a nota, pelo conjunto da obra, fosse *10 cum laude*. Foi essa comissão julgadora composta pelos portugueses Pedro Mexia e Rita Mamoto; pelos brasileiros Affonso Romano de Sant'Anna e Antônio Carlos Secchin (da Academia Brasileira de Letras e da Academia de Letras do Brasil, sediada em Brasília); e, representando países africanos de língua portuguesa, a santomense Inocência Mata e o moçambicano Mia Couto (que recebeu o laurel em 2013).

O anúncio foi feito no Palácio São Clemente, sede do Consulado de Portugal no Rio, dia 17 de junho último. Os jurados se reuniram na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

* Poeta, jornalista, escritor, ocupa a cadeira nº 1 da Academia Mineira de Letras, membro da Associação Nacional dos Escritores
cronistadanilogomes@gmail.com

A escritora agora premiada nasceu em Lisboa em 1949. Publica desde 1983. Escreveu livros de poemas, contos e novelas, e também romances. É especialista em teatro clássico. Licenciada em Filologia Românica. Seu forte é a ficção. Casada com o escritor português Jaime Rocha.

O Camões foi a consagração, a chamada “cereja do bolo”, mas não o primeiro galardão recebido por essa discretíssima, simpática e elegante cultora das letras, que aprecia vestir-se com xales e mantos negros, memórias do fado.

Hélia Correia já foi contemplada com o Prêmio de Ficção do Pen Club 2001, com o Grande Prêmio de Conto Camilo Castelo Branco 2014, com o Prêmio Casino da Póvoa (Casino com um só) e com o Prêmio Vergílio Ferreira. Portanto, sua obra merece todas as atenções.

Dentre seus livros, estão *O Separar das Águas*, *Vinte Degraus e Outros Contos*, *O Número dos Vivos*, *Bastardia*, *A Ilha Encantada*, *Soma*, *Adoecer*, *A Terceira Miséria* e o romance histórico *Lilias Fraser*.

Com a nova premiação, Portugal e Brasil se igualam em número de vencedores, com 11 cada país. Angola tem dois agraciados, Moçambique, dois e Cabo Verde, um.

Certa feita, José Luandino Vieira recusou a premiação, já não me lembra mais por que motivo: talvez política, excentricidade, um quê de narcisismo, de estrelismo, sei lá eu por que diabos...

O fato é que a escritora receberá polpudos 100 mil euros (cerca de 350 mil reais) e mereceu da seleta comissão julgadora o seguinte belo elogio: “A autora renova a tradição literária a partir das matrizes da Antiguidade Clássica e, ao mesmo tempo, dialoga com a literatura moderna e contemporânea. A escritora Hélia Correia é uma celebração da sabedoria antiga, que resgata um sentimento poético que se perdeu no tempo.”

Por derradeiro, cumpre aduzir as seguintes expressões de Francisco Vale, editor do jornal *Público*, de Lisboa: “Hélia Correia é um dos escritores que melhor tratam a língua portuguesa, com uma obra muito diversificada. O português dela é muito fecundo. Tem um estilo próprio, com uma grande precisão de linguagem. Cada frase tem um número exato de sílabas. Ela leva o rigor da escrita a esse ponto.”

Aguardemos os livros de Hélia Correia no Brasil. O Prêmio Camões lhe abre, entre nós, o arco do triunfo por onde entrará, seguindo o passo vitorioso de autoras portuguesas da heráldica importância de Lídia Jorge, Sophia de Mello Breyner Andresen e Agustina Bessa-Luís, dentre outras.



MARIA LÚCIA SIMÕES, NOS SEUS CONTOS DE PASSAGEM

Carmen Schneider Guimarães*

Se pretendemos falar sobre “estilo poético”, podemos ir longe, revendo o que declararam alguns entendidos do assunto, nos primórdios da palavra poetizada, a começar pelo pai de todos, Aristóteles, quando afirmou que “não era o metro que caracteriza a poesia”. Seria o bastante para nossas razões de estudo, mas alguns outros mestres do pensamento vieram a acrescentar dizeres muito considerados. Diógenes Laércio afirmava que Platão teve um estilo que se situava entre a poesia e a prosa. Era a prova de que havia um “estilo” poético, o qual se podia realizar tanto em poesia como em prosa. Citam-se exemplos grandiosos de nomes fortes nessas artes, como Dionísio de Halicarnasso e Estrabão, que já haviam precedido de Chateaubriand, em *Les Martyrs*, que, por sua vez, apoiara-se em Fénelon, cujo livro *Les aventures de Télémaque* tinha sido aceito como poema, embora escrito em prosa. Autores de peso, fora do Brasil, poderiam ser relacionados aqui, como Aloysius Bertrand, Baudelaire, Rimbaud, Ducasse e muita gente mais que adotou o poema em prosa francês.

Depois do processo da superfluidade do metro, ainda vindo da França, a autonomia na escrita surgiu no Brasil, aceita por gente desses misteres: Gonçalves Dias, com suas *Meditações*, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela e outros. Quando José de Alencar publicou *Iracema* e ainda *Ubirajara*, a aceitação do estilo foi geral, como poema, mas Raul Pompeia é considerado exemplo de iniciador definitivo do gênero. Lançou um volume de poemas em prosa, isto é, de pequenas peças líricas, que se chamaram as *Canções sem Metro*. Raul Pompeia, na área simbolista, escreveu *Missal* e *Evocações*. Manuel Bandeira não se esquivou à aceitação do modismo, e lançou sua *Tragédia Brasileira*. Daí para a frente, veio o forte grupo da “geração de 45”, com Ledo Ivo, José Paulo Moreira da Fonseca, Péricles Eugênio da Silva. Fala-se ainda na prosimetria, mas sabe-se que, sem risco de erro, estabeleceram-se com certeza, os estilos da prosa poética e dos poemas em prosa. Coelho Neto considerava “contos” suas *Sinfonias*. Já Rubem Braga denominou algumas de suas crônicas – “poemas em prosa”.

* Da Academia Mineira de Letras, cadeira nº 5. É membro do Conselho Fiscal da Universidade de Itaúna. carmenschneiderguimaraes@yahoo.com.br

Com o novo livro de Maria Lúcia Simões em mãos, ficamos na dúvida sobre a identificação exata de seu estilo, já que a autora os nomeia: *Contos de passagem*. Lembramo-nos de seu primeiro trabalho, também titulado, e magnificamente, de *Contos Contidos*. Buscando entender o sentido de “contos”, que ela atribui aos seus trabalhos, nós nos deparamos com definições surgidas através dos tempos, ano após ano. A princípio, dizia-se que contos eram composições que apresentavam começo, meio e fim. As coisas foram-se alterando, e no Brasil, o conto começou a ser cultivado no início histórico do Romantismo. O gênero tornou-se uma verdadeira febre entre jornalistas e escritores. Mesclavam dissertações orais com relatos de acontecimentos e folclore, e a cria literária firmou-se, de certo modo, indefinida. Com a chegada do movimento Realista, aí, sim, autores de peso e considerados, absorveram aquela ideia inicial e a transformaram em “escritura artística”. O príncipe da história é Machado de Assis, talento singularmente vocacionado para o conto. Limpou as composições das adiposidades que as descaracterizavam, deu-lhes estrutura, andamento e linguagem.

Maria Lúcia possui o dom da concisão, da supressão de sobras indesejáveis nas escritas, abas e sobejos nos textos, ou será algo criado pela artista? Para isso, usou de argumentação especialmente jubilosa a apresentadora do livro, Yeda Prates Bernis, ao citar Rudolf Arnheim, quando afirma: “A arte corre o risco de afogar-se em palavras”. É do que, talvez, se sinta temerosa a autora, mas demonstra-se livre do perigo.

O título de seu livro dá-nos um caminho para as definições que buscamos: *Contos de passagem*. É uma trilha, e, ao mesmo tempo, uma encruzilhada. Os escritos de MLS chegam, assim de repente, mas não ficam estacionados; ganham estrada, passam. Quando se pensa que abrirão portas ou janelas, apenas enunciam roteiros que devemos interpretar. Aquele AUTORRETRATO diz a história geral de sua vida. Conta quase tudo, só para quem quer entender: de ossos e nervos à nata da contextura espiritual do gesto, do susto, do choro e do riso. Nada de narrativas longas, noveladas. À frente, quando ela diz: “Gosto de sonhar”, não faz mais do que usar de sua própria criação em “O COMEÇO, quando Deus dotou o homem de duas “asas”: o desejo e a imaginação, que veem a ser quase a mesma coisa de “sonhar”.

É verdade que a autora-poeta traz, por vezes, sua vida estudada, repartida, para as páginas do livro; mas tudo, a bocadinhos, tutameias de preciosas lembranças; uma vez na cama, ao nascer, outra no medo e nas descobertas, visitas a porões, o MAPA que conta ruas e momentos; os misteriosos MUROS, a PRAÇA estrelada que define a cidade; A PENSÃO da mãe severa e das filhas, com o baile depois da lida; a serpente revelada em trem de ferro, na ESTAÇÃO. Verdade é que Maria Lúcia sente-se presa ao engenho de ferro, fumaça e fogo. Muitas vezes, preside suas lembranças.

Dá-se o começo da “passagem” mais rápido, ali pela página 37. As palavras de memória encurtam o verbo na descrição contida. E o primeiro corte pega o trem, na GARE, que anuncia: “Despedir é ficar”. A história da Santa e do vigário que acredita ir para o céu, “andando com os próprios pés”, na PARÓQUIA. Belas figuras em metáforas perfazem o LUGAREJO, onde “as amoras frutificam e as galinhas ciscam como se fosse uma obrigação”. Histórias sempre existem de avô ou avó, com recordações peregrinas. Vão, volta e meia, voltam, presentes NA MADRUGADA; mãe e pai também marcam suas doces presenças. UM DIA INÚTIL, sinto “aquele parafuso solto na engrenagem do dia”, que chegou até nós; vemos ali dentro do livro, coisas minúsculas que são grandes momentos, O RUÍDO, por exemplo; Maria Lúcia escudava-se em “um companheiro de viagem”, o contraponto infalível das grandes revelações; SENHORA e CIGANA, com as suas cartas de destino linha por linha. A LOUCA, o BOBO, O LADRÃO e demais figurantes de tipos populares formam lembranças que quase toda gente tem, ainda com o ASTRÓLOGO, O PROFESSOR e O ESCRITOR, com a particularidade do dom redatorial. Um poema em prosa, magnífico, O CARPINTEIRO, “que conhecia seu ofício, e esperava a hora do brilho chegar”. A PAIXÃO, dividida em duas, A CULPA do tamanho do canário antes dos pequenos contos, e muitas ideias, com o canto do mar dentro do búzio. Colhemos tanta beleza no dizer poético e filosófico de Maria Lúcia.

Sabemos que, quando o Criador proferiu a famosa frase: *Fiat lux*, estava instituindo no universo a poesia, porque, na verdade, Ele anunciava: Faça-se a Vida, usando o primeiro tropo, já que Poesia compõe-se de metáforas.



HORA DE RENOVAR E REVERENCIAR

Eugênio Ferraz*

Nada é mais comum a todos nós que o tempo.

Nada nos marca mais que o próprio tempo.

Ele não passa por nós.

Nós é que passamos por ele.

E ele vai longe, nos leva longe, mas sem perder a memória.

Por isso voltamos hoje, 11 de junho de 2015, ao ano de 1966, para revivermos um tempo marcado pela literatura, quando, desta Imprensa Oficial, mais especificamente da sala de linotipos, com sua doce música mecânica, deu-se a conhecer o magnífico *Suplemento Literário de Minas Gerais*, que veio fazer história e escola.

Anos depois, o *Suplemento Literário* foi abrigado pela recém-criada Secretaria de Estado de Cultura, onde permanece com o sucesso de sempre.

Neste momento, olhamos para trás na incessante busca das coisas vivas que não se perdem jamais e tentamos, juntamente com a Secretaria de Estado de Cultura e seu secretário de Estado, o dileto e caro amigo de há muito, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, testemunha ocular e personagem desta epopeia moderna, pois ele participou da lendária primeira geração do *Suplemento Literário*, ampliar a atuação deste legado, irmanando forças para levarmos, juntos, o *Suplemento* após montanhas e além-fronteiras.

Este convênio que ora assinamos vem reafirmar as diretrizes do governador Fernando Pimentel, de um Estado para todos, a começar pela educação, pela literatura, pela cultura.

Bom dizer que boa parte do que agora se efetiva foi inspirado pela férrea vontade conjunta de disseminar ainda mais a cultura mineira pelos quatro cantos deste estado continental e quase nação, de levar novamente a vocação natural que estas Minas e Gerais sempre tiveram com a cultura e que agora, mais que nunca, se faz de importância maior com a Liberdade que aqui teve seu berço.

*Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.
eugenio.ferraz@iof.mg.gov.br

Temos muito a fazer e a editar, meu caro Secretario Angelo Oswaldo de Araújo Santos, e sua inspirada e culta orientação se faz providencial para todos nós neste momento.

É com satisfação que destacamos nesta parceria aqui efetivada a ajuda e cooperação recíproca que se dá, a partir de agora, também entre a Imprensa Oficial e a Biblioteca Estadual Luiz de Bessa, mediante facilidades de consultas e trabalhos e produções gráficas, tudo no contexto maior da ampliada divulgação do *Suplemento Literário*.

Agradecemos ao poeta e Superintendente de Bibliotecas e Suplemento Literário, Lucas Guimaraens, que tanto orientou e participou na criação e finalização deste importante documento.

Da mesma forma, o apoio incondicional à gestão proporcionado pelo governador Pimentel e seu vice Antônio Andrade, pelos membros do Conselho de Administração e pelo caro presidente do referido Conselho, o secretário de Casa Civil e Relações Institucionais, Marco Antônio de Rezende Teixeira, que a cada dia mais surpreende a todos pela sua visão de futuro.

Tal visão e apoio tem sido fundamental para o engrandecimento e fortalecimento desta Casa, visando, conosco a uma gestão cada vez mais ágil, correta, eficaz e de efetiva resposta à sociedade, obrigação de todos nós servidores do público.

Na oportunidade, convidamos a todos, ao fim desta solenidade, para conhecer a exposição Talentos da Imprensa Oficial, que se abre nesta manhã, na nossa Galeria de Arte, quando poderão apreciar trabalhos e peças criados pelos servidores desta Autarquia, muitos deles feitos da reciclagem com sobras de materiais utilizados pela nossa indústria gráfica.

Vale ressaltar que, da redação à indústria, passando também pelas demais áreas, essa índole criadora e de manifestação artística entre nossos servidores é natural e eles são, verdadeiramente, a mola mestra desta centenária Imprensa Oficial e a justificativa para fazermos tudo isso.

Lembro que esta Casa tem uma vocação natural para a cultura, pois passaram por seus corredores nomes como Carlos Drummond de Andrade, Duílio Gomes, Murilo Rubião, Raimundo Machado de Assis, Pascoal Motta, Adão Ventura, Branca Maria de Paula e Juscelino Kubtschek, dentre outros tantos de rara competência e talento e que foram seus funcionários.

Aqui também se faz história, como bem atestam nossos caros confrades membros do nosso Conselho de Administração, o presidente emérito Jorge Lasmar e o presidente Wagner Colombarolli, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Pela Direção-Geral da Imprensa Oficial, passou um ícone da cultura mineira, Vivaldi Moreira, o presidente perpétuo da Academia Mineira de Letras, hoje comandada pelo inigualável e inimitável Olavo Romano, o que bem resume a

importância histórica da centenária instituição que temos a honra e satisfação de dirigir. A todos, muito obrigado.

Era este o discurso escrito. Eu queria improvisar, saudando a pessoa do Dr. Rômulo Ferraz, Promotor de Justiça, que foi Secretário de Defesa Social de Minas e que hoje, na Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Internacionais; tem feito um trabalho, a meu ver, fantástico, no sentido de agregar e cooptar órgãos e entidades, Deputados, inclusive a própria Assembleia Legislativa, no sentido de que todos os poderes retornem à Imprensa Oficial, ao seu *Minas Gerais*, ao nosso *Minas Gerais*, sem ônus, sem perda do que existe em cada uma dessas entidades, mas de forma a retornar o nosso Diário Oficial como polo centralizador das informações do estado e de todos os poderes. Isso é importantíssimo, no momento em que os novos projetos que nós temos, um deles, por exemplo, a atualização do sistema diário (modernização deste sistema), permitindo ao Tribunal de Contas, à Controladoria Geral do Estado, ao Ministério Público e à própria Assembleia, que todos tenham conhecimento de todos os atos publicados, para fins de cruzamentos de informações em benefício da sociedade. Esse, talvez, seja um dos mais importantes projetos de resgate cultural e institucional desta Imprensa. E a par disso, a digitalização de todo o *Minas Gerais*, que tem pequena parcela preservada na Biblioteca Pública e que faz parte desse convênio de hoje. Sejam todos muito bem-vindos. Nós agradecemos a presença de todos os caros amigos e autoridades que prestigiam esta Casa, que engrandecem o nosso trabalho. Sintam-se sempre, aqui, em suas próprias casas.



ROMA PELO OLHAR ENTERNECIDO DE PEDRO ROGÉRIO

Gabriel Kwak*

A produção de Pedro Rogério, jornalista escolado, há muitos anos radicado em Brasília (DF), se tingiu do memorialismo de melhor extração, gênero que, aliás, também consagrou, a par do ensaísmo, seu inesquecível pai, Vivaldi Moreira, presidente perpétuo da Academia Mineira de Letras.

Em *Amor a Roma, amor em Roma* (Brasília, Editora Thesaurus, 2013, 184 págs.), Pedro Rogério glosa suas andanças e paranças em Roma, tendo como interlocutor o clássico *O Amanuense Belmiro*, de Cyro dos Anjos, e encarando a “Cidade Eterna” pelos óculos de Afonso Arinos de Melo Franco Sobrinho, a partir do seu indispensável ensaio histórico-cultural *Amor a Roma* (em que Arinos nos extasia com suas preleções sobre imperadores romanos, pontificados, famílias nobres, Roma na Idade Média, Renascimento, monumentos históricos, logradouros, potins etc).

Em Roma, testando restaurantes (pinçados ao acaso), ponderando o nível das acomodações de diferentes hotéis, Moreira encontrou as condições psicológicas mais apropriadas para incursionar por esses livros levados na sua bagagem de mão. Trata-se de uma reportagem afetiva e despretensiosa, vazada no estilo ático, terso e diáfano, bebido nas fontes clássicas da expressão, estilo que singulariza a dicção do autor sem se despojar da sobriedade (recordo aqui conselho que sempre tenho à mão de Afonso Pena Jr.: “Azeite demais apaga a candeia”).

No seu diálogo interior, sempre reconcilia tradição e modernidade, como o atestam obras anteriores de Pedro Rogério, como *O Almanaque do Pedrim*.

O autor relaciona os escritores que cantaram Roma “sob os impulsos muito mais do amor do que da arte (p. 109), e não sonega ao leitor a emoção que viveu na cripta da igreja de São Francisco de Assis, compartilha os instantes prazerosos nas caminhadas diárias e nos momentos regados a vinho e *grappa*. Não esconde sua decepção ao se dar conta da morte do Carvalho de Tasso, a árvore em cuja sombra se refugiava o poeta épico Torquato Tasso (1544-1595). O leitor respira a atmosfera digna de um filme de Ugo Tognazzi.

* Jornalista, escritor, bibliófilo, membro da Associação Paulista dos Críticos de Arte (APCA) e ex-diretor da União Brasileira de Escritores. Reside em São Paulo.

No Gianicolo (colina do Janículo), Moreira nos conta que fruiu a melhor vista da cidade. E não deixa de resenhar sua romaria por Trastevere, o bairro romano tido por boêmio, sua *flânerie* pelo casario de Assis, por Nápoles, pelos restos da Roma Imperial (Coliseu, Palatino). Aqui e ali, se identifica com o funcionário público Belmiro e suas filosofanças, Belmiro, bisonho, tímido, sonhador e introvertido, dividido entre a mesmice da sua vida medíocre de burocrata de meia-idade e o amor idealizado por uma moça que mal conhece. Pedro Moreira reserva, ainda, sempre uma palavra delicada à sua expedita guia napolitana, Chiara, que tem uma turbulenta vida amorosa, daí por que o autor improvisa-se como cupido.

O diário de viagem *Amor a Roma, amor em Roma* coloca o proustiano Pedro Moreira na vanguarda dos nossos escritores.



PADRE PASCHOAL

*Anderson Braga Horta**

Em Goiânia, no estabelecimento dos padres salesianos, fiz o primeiro ano ginasial. Mal me lembro de um colega e de um ou dois professores. Da parafernália escolar recordo o uniforme de gala: branco, aparelhado de talabarte azul, à cabeça um quepe com as mesmas cores, pala escura – algo superiormente militar, quase em pé de igualdade com as fantasias dos mais poderosos heróis dos quadrinhos. Na tela interior, além disso, apenas um grande plano da sala de aula. Livros? Só sei hoje dos que tinha em casa: o Monteiro Lobato, o Érico Veríssimo, a Suzana Flag (sim, um proibido Nelson Rodrigues!), o Nietzsche (sim, o menino de onze, doze anos lia de tudo, aventureiramente). Dos exteriores do colégio, permanecem vívidas as imagens de um bosque e do pátio, com o menino rabiscando no chão desenhos a ponta de pau de pirulito, inspirados nos gibis que devorava religiosamente.

Em janeiro do ano seguinte, 1947, estava de volta a Minas, em Manhumirim, na casa dos avós maternos. No Colégio Pio XI, do Padre Júlio Maria (venerado fundador da Congregação dos Sacramentinos de Nossa Senhora), continuei e concluí o ginásio. Aí, já um pouco mais traquejado, ampliou-se o meu relacionamento social: aprendi a conviver com os colegas, passei a perceber os professores (apesar de, certa vez, ter levado um zero em matemática por ter-me flagrado o teutodescendente mestre em pleno delito de desenhar figuras femininas, enquanto ele suava a sua lição); não deixei de rabiscar na poeira, mas comecei a substituir as “artes plásticas” por tentativas de literatura como prosas ritmadas e versos de pé quebrado.

Dentre os educadores de então, revejo agora um simpático padre magrelo e de braço direito “esquecido”, que, devidamente autorizado, fazia o pelo-sinal com a mão esquerda, a mesma que segurava o cigarro baforentemente fumado; o sisudo sacerdote que nos ensinava segredos da língua e da versificação; seu bem-humorado colega cearense, baixote e gordinho (Padre Casimiro, se não lhe troco o nome), que nem tentava evitar, a uns atrevidos alunos atraídos por seu pitoresco papo, aplicarem-lhe piparotes e sardinhas; um elétrico Fráter Otávio, outro professor de matemática; Frei Gabriel, bom cultor do francês, que nos ministrava, e curioso da frenologia, cujas teses, de lambuja, nos demonstrava com bonomia; o

*Advogado, escritor, poeta, nascido em Carangola, reside em Brasília.
bragahorta@superig.com.br

diretor, Padre Magalhães; e outros que vão deslizando como sombras pela memória. Padre Paschoal Rangel aparentava ser dos mais jovens nesse corpo docente. Magro, de comportamento discreto, porém sorridente e afável para com os alunos, era, penso eu, uma das mais lídimas vocações sacerdotais. Lecionava inglês.

Terminado o ginásio, transferi-me para Leopoldina, onde consolidei minhas veleidades poéticas, e depois para o Rio, onde frequentei a faculdade de Direito. Finalmente vim de armas e bagagens para Brasília, onde me finquei definitivamente. Manhumirim ia-se diafanizando em lembrança. Senão quando, entretanto, ganho de um colega de trabalho, o poeta Geraldo Gonçalves de Souza, uma assinatura do jornal católico *O Lutador*. Fundado na cidade sede dos padres sacramentinos, dele não me lembrava. Seu editor desde 1967, Padre Paschoal Rangel o trasladara para Belo Horizonte em 1972, dando-lhe a feição que manteve até 2014 – e no essencial ainda mantém, ressaltado o novo formato. Redescobria o antigo mestre; e descobria-o colega sênior, para quem passei a enviar meus livrinhos de poesia. Ele, de sua parte, mandava-me livros também: tenho presentes, por exemplo, a sua bela monografia sobre Henriqueta Lisboa, *Essa Mineiríssima Henriqueta*, e os seus *Ensaios de Literatura: Uma Introdução à Leitura de 16 Autores Brasileiros*. Retomava-se a relação mestre-discípulo, já agora em nível de diálogo. E de amizade.

A generosidade de Padre Paschoal fazia pesar mais o seu prato da balança. Verdade que eu o homenageava, como na citação que fiz de seu *Castro Alves: a Poesia e o Poeta* – um *Ensaio de Interpretação* no meu *Erotismo e Poesia*. (Nada de espanto: Paschoal Rangel olhava com serenidade os planos todos da vida. No romântico genial, que admirava profundamente, destacava a veia erótica “não só quando cantava a mulher e seus amores apaixonados”, mas na visão de um universo envolvido pela imagem feminina; “sem intenções maliciosas” – ressaltava –, “pois, como dizia Grieco, ‘ele ignorou a fealdade moral’”). Mas o mestre excellia em prodigalidade, comentando cada um dos livros que lhe ofertava, sempre com palavras as mais benevolentes. Por suas mãos, assim, ganhei as páginas d’*O Lutador* e da revista *Atualização*.

Depois de Manhumirim, nunca mais nos vimos. Mas foi assim, longe das vistas, que verdadeiramente nos encontramos. Relembro-o com gratidão e saudade. E na figura de Padre Paschoal reverencio os bons mestres que tenho tido a fortuna de encontrar na vida.



UM ESPETÁCULO CHAMADO ROMA

*José Maria Couto Moreira**

Módulo segundo

As fontes romanas abastecem com trepidantes alegrias a todos que as admiram.

Prossigamos no passeio sentimental pela bela e insuperável Roma. Roma não se deu por acabada, embora possua dois mil e setecentos anos, contados a partir de sua fundação, com o reinado sucessivo daqueles bravos reis etruscos, responsáveis por sua localização geográfica e por sua expansão até o ano 500 a.C.

Em qualquer estágio da história da cidade, constituiria uma imperfeição, ou mesmo um erro, não fossem citados aqueles homens convictos de seus poderes territoriais, e que tanto bradaram, pelo sangue, a preservação dos poderes absolutos de que dispunham. Vamos hoje percorrer algo de gracioso e de gentil naquele espaço, monumentos que há séculos oferecem imenso bem-estar ao espírito quando deles nos aproximamos e os tocamos. A exuberância de cada um não esmaece a beleza de outro, que se encontram íntegros e vigiados pela observação atenta da humanidade. Falemos então das galantes fontes de Roma, e nos encantemos com todas, concebidas algumas há mil anos, por nobres romanos, pelos papas e por sociedades pias e culturais. A consciência de conservação da memória daquela cidade, de há muito, foi decisiva para o espetáculo de beleza e êxtase que Roma exerce sobre nós. Também porque, naquela urbe, nada há que exaura o amor que a ela declaramos. Não há repetição de formas, daí a surpresa que nos aguarda a cada passo. A uma paisagem multicolorida pode suceder uma outra, que nos intriga ou nos entenece.

Para comprovar esta verdade, visitemos suas fontes, cada uma obra de um criador diferente, cada uma com sua mensagem ao visitante, cada uma retendo o observador longamente, quedo diante delas, perquirindo a sua forma, a sua existência, a sua plasticidade, exaltando-se com o privilégio de contemplar pequenos e grandes exemplares, testemunhos vivos de uma época faustosa. Esses trabalhos

* Advogado, ex-procurador do Estado.
jmcmadv@gmail.com

arquiteturais cumpriram seu papel de alegrar a cidade e infundir contentamento nos peregrinos e nos estrangeiros.

Na verdade, além de equipar a cidade com recantos em que os olhos transmitam ao espírito uma sensação festiva, as administrações que se sucederam aproveitaram a abundância das águas na região, que continuam abastecendo os moradores e sua sempre presente população flutuante.

É relaxante, mesmo inebriador, o efeito da contemplação da Fontana di Trevi, concebida, primeiramente, pelo Papa Nicolau V, no século XIII, mais com o propósito de aproveitamento do Aqueduto de Água Virgem, ainda hoje abastecendo aquele monumento. Passados mais de duzentos anos, por iniciativa do Papa Urbano VIII, um dos reformadores de Roma, foi pedido a Bernini, arquiteto da época, um novo estudo da fonte, limitando-se o artista a reposicionar sua parte frontal, porém, mortos o papa e Bernini, o projeto também adormeceu, só retomado com Clemente XII Corsini, em 1762, com o auxílio de Nicolas Salvi, desenvolvendo o tema “realeza do oceano”, recebendo a “Fontana” o último restauro quando foram retiradas as esculturas antigas, substituídas pela figura de Netuno e seu séquito.

Este delicado monumento barroco prestou-se a cenário para vários filmes, entre eles o premiadíssimo *La Dolce Vita*, de Fellini.

Das fontes de Roma é impossível atribuir importância a uma em prejuízo de outra. Cada uma teve sua inspiração, seu tema e a própria liberdade física, que permitia ao artista atuar em determinado espaço. À ilustração, em uma pequena fonte, no final da transnacional e elegante Via Vittorio Veneto, em que ainda se exibem celebridades internacionais, a Fonte das Abelhas, concebida pelo sempre iluminado Bernini e realizada em homenagem ao pontificado do papa Urbano VIII Barberini, o brasão da família consigna, em bronze, a leveza e graça da abelha.

Fonte em que nos detemos por mais tempo, porque obrigados a gozar daquela magia de curvas e intensos movimentos aquáticos, é a das Náiades, próxima à estação ferroviária. Esta é obra do século XX, em que atuou exclusivamente Mario Rutelli. Avançando aos lentos passos do barroco, Rutelli provocou enorme escândalo na cidade, porque ali assentou ninfas artisticamente reclinadas sobre animais da água. Impôs ainda o arquiteto, no centro da fonte, a presença do deus marítimo Glauco, e, junto a ele, um vigoroso jato d'água, ali representando os obeliscos e colunas da cidade. Esta exuberante mostra da arte romana constitui a primeira surpresa que o viajante recebe ao desembarcar em Roma.

A Piazza Navona, aquele apreciável espaço em que desponta, como rico exemplar palaciano, a Embaixada do Brasil, burburinho constante no dia e na noite, estarcem nossa admiração as três fontes irmãs, ali instaladas por Gregório XIII e reformadas por Inocêncio X Pamphili. A Fonte dos Rios exprime homenagem aos rios Ganges, da Prata, Nilo e Danúbio, e correspondem aos quatro continentes até então conhecidos. Todas versam temas marítimos, o que era um

requite dos projetos romanos da época, porque Roma, cristianizada há milênios, não mais se assustava com teses mitológicas, e as utilizavam para expor e exprimir tão somente a arte pela arte. A Fonte de Netuno se completa com a figura de Netuno em companhia de ninfas. A Fonte do Mouro, que completa a tríade, representa um mouro em luta com um animal marinho, encontrando-se esta em frente ao Palazzo Pamphili. A contemplação de tão agradável vista produz sensação de apossamento de grande riqueza espiritual. A aplicada e paciente artesanias daqueles romanos, que convertiam blocos de pedra em figuras admiráveis, é tão intrigante quanto a tecnologia atual, em que tempo e espaço transmudaram-se para puras referências metafísicas. Como eram felizes aqueles homens e mulheres na certeza de que o tempo de ontem pertencia a eles, e não é mais como o tempo de hoje, em que o frenesi de viver está reorientado para o consumo e demais atividades que esgotam nosso dia sem que nos apercebamos. Em síntese, não somos mais contemplativos como dantes, ou tanto quanto deveríamos ser.

O gosto de apreciar Roma, mirando suas fontes, seus palácios, suas igrejas suas praças e suas ruínas, enfim, seu conjunto urbano, requer disposição contemplativa, porque Roma possui mistério e beleza, atributos que exigem tempo que se entregue a eles para a admiração de cada qual.

Outra fonte que desperta o interesse de todos é a Fonte da Água Feliz, também chamada de Moisés. Concretizada por Sisto V, em 1588, concebida por Domenico Fontana, representa o início do aplauso dos romanos pelas grandes fontes. Seu construtor amargurou-se mortalmente pela crítica da população que acusou possível desproporcionalidade entre a figura de Moisés em face da dimensão do monumento.

Inclui-se, também, como atração para romanos e visitantes, a Fonte de Castor e Pólux, uma tentativa de retomada de linhas arquitetônicas da época imperial. Com estátuas colossais dos gêmeos mitológicos patronos da equitação, decora fantasticamente a Piazza del Quirinale, onde se encontra o Palácio do Quirinal, imóvel onde se instalou a residência do presidente da República Italiana desde 1946. A característica peculiar deste monumento é que ele é todo composto de peças retiradas de ruínas da cidade. Era prática que se estendia também aos particulares, até a unificação da Itália, o aproveitamento de materiais então distribuídos em construções públicas pela cidade.

As fontes romanas são como os romanos: sonoras e ruidosas, alvoroçadas, vibrantes, animadas e agitadas. São estas qualidades que melhor expressam o hábito do romano de viver e conviver. O romano tem seus chistes, seus gracejos, e as fontes suas exclamações e seus jorros, que respingam nos passantes que mais delas se aproximam. E comprovam a abundância com que vivem aquelas gentes. As fontes possuem o que mais as justificam: a abundância de suas águas, que jorram e se movimentam, sugerindo sua perenidade. Não se sabe mesmo, diante da festa aquátil que exibem, quem primeiro ali chegou, se as fontes ou os romanos.

SUBMISSÃO DETURPADA

Rogério Medeiros Garcia de Lima*

Sou assinante e leitor diário do jornal *Folha de S. Paulo*. É um bom jornal, que pratica o pluralismo de opiniões e publica manifestações de leitores de variadas tendências.

Não obstante, li criticamente o editorial “Submissão” (*Folha de S. Paulo*, 14.6.2015). Enviei carta ao jornal na edição seguinte, publicada com o seguinte teor:

“Respeitosamente, discordo totalmente do editorial. Se há submissão no Brasil, é ao pensamento politicamente correto de viés esquerdizante. Quem ousa criticá-lo toma pancada impiedosamente, na imprensa ou nas redes sociais”. (*Folha de S. Paulo*, 15.6.2015, seção Painel do Leitor).

Na edição subsequente, o leitor Maurício Rothberg, de Nova Friburgo (RJ), sem debater o cerne da minha manifestação, publicou carta de conteúdo agressivo:

“Rogério Medeiros Garcia de Lima reclamou do que chamou de viés esquerdizante do politicamente correto (“Painel do Leitor”, 15/6). Ora, a direita e grupos afins também usam dessa excrescência de linguagem quando seus símbolos são atacados. Evangélicos e católicos insultam os seguidores de outras religiões e os sem religião, mas logo se encrespam se recebem a mínima crítica. Consideram-se intocáveis”. (*Folha de S. Paulo*, 16.6.2015, seção “Painel do Leitor”).

Basta reler a minha sucinta carta para verificar que, em nenhum momento, defendi “a direita e grupos afins” e nem sustentei que sejam “intocáveis”.

Essa pequena polêmica, por si só, retrata fidedignamente a deturpação de ideias imperante no Brasil atual.

O que mostrarei neste artigo é a inadequada alusão, no editorial da *Folha*, ao excelente livro *Submissão*, do escritor francês Michel Houellebecq:

Submissão

Num futuro não muito distante, a aliança entre grupos políticos moderados e fundamentalistas religiosos obtém expressiva vitória eleitoral. Logo se esta-

*Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, professor Universitário, Doutor pela UFMG.

belece, num país de tradições laicas e liberais, o predomínio da repressão, do obscurantismo e do preconceito.

Em *Submissão*, polêmico livro de Michel Houellebecq recém-traduzido no Brasil, imagina-se o domínio de certa “Fraternidade Muçulmana” sobre o Estado francês.

O Brasil por certo não é a França retratada nesse romance, e se o fanatismo de alguns grupos traz perigo à sociedade ocidental, não há sinais de sua atividade em São Paulo, no Rio de Janeiro ou em Brasília.

Um espírito crescente de fundamentalismo se manifesta, contudo, em setores da sociedade brasileira – e, como nunca, o Congresso Nacional parece empenhado em refleti-lo, intensificá-lo e instrumentalizá-lo com fins demagógicos e de promoção pessoal.

O ativismo legislativo que se iniciou com a gestão de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) na Câmara dos Deputados, e que Renan Calheiros (PMDB-AL) não deixou de seguir no Senado, possui o aspecto louvável de recuperar para o Parlamento um padrão de atuação e de debate por muito tempo sufocado.

Essa aparência de progresso institucional se acompanha, porém, dos mais visíveis sintomas de reacionarismo político, prepotência pessoal e intimidação ideológica.

Tornou-se rotineiro, nos debates do Congresso, que este ou aquele parlamentar invoque razões bíblicas para decisões que cumpre tratar com racionalidade e informação.

Condena-se a união homoafetiva, por exemplo, em nome de preceitos religiosos e de textos – não importa se a Bíblia ou o Corão – que podem muito bem ser obedecidos na esfera privada, mas pouco têm a contribuir para a coexistência entre indivíduos numa sociedade civilizada e plural.

Muitas religiões pregam a submissão da mulher ao homem, abominam o divórcio, estabelecem proibições a determinado tipo de alimento, condenam o consumo do álcool, reprovam o onanismo, legislam sobre o vestuário ou o corte de cabelo.

Nem por isso se pretende, nas sociedades ocidentais, adaptar o Código Penal a esse tipo de prescrições, dos quais muitos exemplos podem ser encontrados no texto bíblico. Sobretudo, não é função do Estado legislar sobre a vida privada.

Ainda assim, num evidente aceno a parcelas crescentes do eleitorado, uma verbiagem religiosa toma conta do Congresso.

Nos tempos de Eduardo Cunha, mais do que nunca a bancada evangélica se associa à bancada da bala para impor um modelo de sociedade mais repressivo, mais intolerante, mais preconceituoso do que tem sido a tradição constitucional brasileira. O conservadorismo sem dúvida é forte no Brasil; a pena de morte, a redução da maioria penal, a rejeição ao aborto e à liberação das drogas têm apoio em larga parcela da população – e diante de tais assuntos, naturalmente, cada pessoa tem o direito de se posicionar como lhe parecer melhor.

Mas nossa sociedade também é, felizmente, mais complexa do que pretendem os mais conservadores. A tradição do sincretismo religioso, da liberalidade sexual, do bom humor, da convivência com pessoas vindas de todos os países e das mais diversas culturas, a prática do respeito, da cortesia e do perdão constituem elementos tão cultivados na identidade brasileira quanto o que possa haver – e indiscutivelmente há – de autoritário e violento em nosso cotidiano.

O debate entre essas forças contraditórias é constante e, a rigor, interminável. Não combina com o açodamento das decisões que, em campos diversos, têm sido tomadas na Câmara dos Deputados.

Seria equivocado criticar seu presidente por ter finalmente posto em votação algo que se arrastava há anos nos labirintos da Casa, como a reforma política. É inegável, entretanto, que Eduardo Cunha atropelou as próprias instâncias institucionais ao impor ideias como a do distritão na pauta de votações.

A toque de caixa, questões intrincadas como a do financiamento às campanhas eleitorais sofreram apreciações seguidas, e nada comprova mais a precipitação do processo do que o fato de que, em cerca de 24 horas, inverteram-se os resultados do plenário.

Uma espécie de furor sacrossanto, para o qual contribui em grande medida o interesse fisiológico de pressionar o Executivo, alastra-se para o Senado. No susto, acaba-se com a reeleição e se altera a duração dos mandatos políticos. O cidadão assiste a tudo sem sentir que foi consultado.

No meio dessa febre decisória, há espaço para que o Legislativo comece a transformar-se numa espécie de picadeiro pseudorreligioso, onde se encenam orações e onde se reprime, com gás pimenta, quem protesta contra leis penais duras e sabidamente ineficazes.

Setores políticos moderados se veem quase compelidos a conciliar-se com a virulência ideológica dos que consideram a defesa dos direitos humanos uma complacência diante do crime; dos que consideram a defesa do Estado laico uma agressão contra a fé; dos que consideram a racionalidade ocidental uma forma de subversão, e as conquistas do iluminismo uma espécie de conspiração diabólica.

Os inquisidores da irmandade evangélica, os demagogos da bala e da tortura avançam sobre a ordem democrática e sobre a cultura liberal do Estado; que, diante deles, não prevaleça a submissão.

Li, em abril de 2015, uma tradução portuguesa do romance do francês Houellebecq. Posteriormente foi lançada aqui a tradução brasileira.

Tão logo me deparei com o editorial do diário paulista, verifiquei que aquele romance não respalda as críticas dirigidas aos deputados federais evangélicos.

Além do mais, aqueles parlamentares – goste-se ou não – foram democraticamente eleitos, têm um eleitorado fiel e sua bancada aumenta a cada eleição. Sinto-me a cavaleiro para opinar, porque não sou eleitor de nenhum deles e tampouco comungo de muitas ideias por eles apreçadas.

Em vez de criticá-los, portanto, é preciso perguntar a razão do seu sucesso em “impor” a dita “agenda conservadora”.

Na verdade, desde a redemocratização de 1985 é imposto à sociedade brasileira o discurso politicamente correto, de viés esquerdizante, com maciço apoio da mídia.

Tradicionalmente, os políticos receavam confrontar esse discurso, embora ele destoe, não raras vezes, dos valores almejados pela maioria dos brasileiros.

Os cidadãos, assim, passaram a se sentir representados pelos deputados evangélicos na defesa de valores familiares, religiosos, de segurança pública etc.

Michel Houellebecq – é bom lembrar – foi bastante criticado, em seu país, por suposta “islamofobia”.

Contudo, numa terrível coincidência cronológica, sobreveio, logo após o lançamento da obra na França, o sanguinário atentado perpetrado por terroristas islâmicos:

“Atentado mata 12 em jornal de Paris; Hollande chama ato de terrorista”. *Folha de S. Paulo*, 8.1.2015, caderno “Mundo”

“Atiradores atacaram a sede do jornal satírico francês “*Charlie Hebdo*”, deixando 12 mortos nesta quarta-feira (7) em Paris, antes de escapar em um carro.

“O ataque foi o mais mortífero na França desde 1961.

“Entre os mortos está o diretor da publicação, o cartunista Stéphane Charbonnier, conhecido como Charb.

“Gritando “Allahu akbar!” (Deus é maior) enquanto disparavam, os homens falavam um francês impecável e sem sotaque e usavam uma roupa em estilo militar, disseram testemunhas.

“Fontes policiais disseram ter identificado os suspeitos como os irmãos franceses de origem argelina Said Kouachi, 34”, e Cherif Kouachi, 32, e Hamyd Mourad, um jovem de 18 anos cuja nacionalidade não foi revelada.

“O jornal já sofreu outros ataques por publicar caricaturas de líderes muçulmanos e do profeta Maomé. Em 2011, a redação, que fica perto do monumento da Bastilha, foi alvo de um incêndio criminoso após ter publicado uma série de caricaturas sobre Maomé”.

Pois bem, concluída a proveitosa leitura de *Submissão*, o leitor constatará que o romance não revela ódio preconceituoso contra islâmicos. Ao contrário, são tratados com moderação.

Chegaram ao poder pelas urnas e tiveram apoio decisivo dos partidos de esquerda, para evitar que a extrema direita vencesse as eleições no segundo turno. Vejam o contraste para o qual não atentou o editorialista da *Folha de S. Paulo*. No Brasil as forças políticas e movimentos sociais de esquerda são ofensivamente críticos aos políticos evangélicos e igrejas a que pertencem.

Outra inusitada discrepância na ficção de Houellebecq é a dócil adesão de professores da Sorbonne e intelectuais ditos “progressistas” ao novo regime

islâmico, mediante retribuição em polpudos salários, uso gratuito de confortáveis apartamentos e até permissão para poligamia (casam-se com mais de uma de suas jovens alunas, adaptadíssimos à tradição islâmica...).

Até mesmo o cético protagonista do livro, o professor e escritor François, adere ao Islã para ter um livro publicado.

Para mim, o grande mote do livro é a falência da civilização ocidental, como o personagem professor Rediger diz ao colega François (HOUELLEBECQ, 2015, p. 226-227):

“Essa Europa que era o ponto máximo da civilização humana pura e simplesmente suicidou-se, no espaço de quantas décadas. Houve em toda a Europa movimentos anarquistas e niilistas, apelos à violência, negação de qualquer lei moral”.

E completa, mais adiante, falando da “submissão” (HOUELLEBECQ, 2015, p. 230):

“É a submissão. A ideia espantosa e simples, jamais expressa anteriormente com essa força, de que o máximo da felicidade humana reside na submissão mais absoluta”.

Nada a ver, pois, com imposição. A submissão, no romance, é uma adesão facilmente consentida das esquerdas e da intelectualidade francesa à nova ordem islâmica (logo, conservadora). Essa nova ordem resultou da falência da civilização ocidental, que abriu mão de valores éticos.

E antes de ser enquadrado como “direitista”, faço a minha defesa preventiva.

Como desembargador primeiro vogal, na 14ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, fiquei vencido em um julgamento, ao votar a favor da liberdade de imprensa:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO CAUTELAR INOMINADA – JORNALISTA – PUBLICAR INFORMAÇÕES – UTILIZAÇÃO POR MEIO ILÍCITO – Mesmo tendo o jornalista imunidade de imprensa, essa imunidade não dá direito ao jornalista de obter as informações também por meios fraudulentos. Finalmente, deve ser considerado que a Constituição da República diz que todos serão considerados inocentes até sentença condenatória transitada em julgado. Voto vencido. O artigo 220, *caput* e parágrafos, da Constituição Federal, consagra o princípio da liberdade de expressão e veda o embaraço à plena liberdade de informação jornalística e toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. ““Não há liberdade de imprensa pela metade ou sob as tenazes da censura prévia, pouco importando o Poder estatal de que ela provenha. Isso porque a liberdade de imprensa não é uma bolha normativa ou uma fórmula prescritiva oca. (...) A crítica jornalística em geral, pela sua relação de inerência com o interesse público, não é aprioristicamente suscetível de censura. Isso porque é da essência das atividades de imprensa operar como formadora de opinião

pública, locus do pensamento crítico e necessário contraponto à versão oficial das coisas, conforme decisão majoritária do Supremo Tribunal Federal na ADPF 130” (Supremo Tribunal Federal, Referendo na Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.451-DF, min. Ayres Britto, DJe 1.7.2011). A reparação de eventuais danos morais e materiais, decorrentes de abuso no exercício da liberdade de expressão deverá ser buscada pelas vias adequadas (des. Rogério Medeiros)”. (Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Agravo de Instrumento nº 1.0567.11.000236-5/001, des. Antônio de Pádua, julg. 2.2.2012).

Em publicação acadêmica, defendi ações afirmativas, quando necessárias à correção de injustiças sociais históricas:

“(...) Segundo o historiador JOSÉ MURILO DE CARVALHO (2001), no Brasil, não se afirma a noção de cidadania. Somente a denominada Revolução de 1930 abriu caminho para os direitos sociais, que foram impulsionados após o golpe militar de 1964. No entanto, houve fortes constrangimentos aos direitos políticos, inteiramente suspensos de 1937 a 1945 (durante o Estado Novo) e bastante cerceados após 1964. Os direitos políticos e civis – e não os direitos sociais – são alvos mais frequentes de regimes políticos discricionários. Os direitos sociais ocupam posição central na percepção da população sobre a cidadania, embora não tenham colaborado sempre para o fortalecimento do Estado democrático. Após a redemocratização, se os direitos políticos completam sua expansão, os direitos sociais passam a sofrer ameaças e os direitos civis permanecem retardatários. Não se configura, realmente, um percurso bem-sucedido.

“Não destoa o contexto da *América Latina*, conforme JACQUES LAMBERT (1969:332):

‘Sob uma forma ou outra, as constituições da América Latina têm sempre afirmado que os homens nascem livres e iguais e, como afirma a constituição do Uruguai, ‘não há entre eles outra diferença senão a do talento e da virtude’. Nesses países que conheceram, todos, a escravidão no período colonial e que, por vezes, a conservaram por muito tempo após a independência, considerou-se necessário insistir na proibição de toda servidão involuntária. Pelo fato de que, no mais das vezes, as nações latino-americanas constituem sociedades plurirraciais, que conheceram, durante o período colonial, discriminações jurídicas em detrimento dos ameríndios, dos africanos, dos mestiços e dos mulatos, insiste-se, também, muitas vezes, na igualdade das raças’”.

“Andaram bem o constituinte de 1988, o legislador ordinário e o Supremo Tribunal Federal ao consagrar, no Direito Brasileiro, as ações afirmativas.

“Em suma, José Saramago, no romance *Todos os Nomes* (1997), sintetizou bem o princípio da igualdade:

‘Quanto maior é a diferença, maior será a igualdade, e quanto maior é a igualdade, maior a diferença será’”. (GARCIA DE LIMA, Rogério Medeiros.

As cotas raciais e o Supremo Tribunal Federal, publicado na Revista Eletrônica do Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte-MG, nº 18, 2012).

Como é moda atribuir rótulos às pessoas no Brasil contemporâneo, eu sou defensor da liberdade, da democracia, da justiça social, do desenvolvimento nacional e da proteção devida pelo Estado também – e principalmente – às pessoas de bem.

Sigo, enfim, o jurista romano Ulpiano, para quem os preceitos do direito são viver honestamente, não ofender ninguém e dar a cada um o que lhe pertence:

“Juris praecepta sunt haec: honeste vivere, alterum non laedere, suum cuique tribuere”. (PIMENTA, 1963, p. 375).

Se isso for “extrema direita”, paciência...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001

GARCIA DE LIMA, Rogério Medeiros. *As cotas raciais e o Supremo Tribunal Federal*, publicado na Revista Eletrônica do Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte-MG, nº 18, 2012, disponível em http://npa.newtonpaiva.br/direito/?page_id=20

HOUELLEBECQ, Michel. *Submissão*. Lisboa: Alfaguara, trad. Carlos Vieira da Silva, 2015

LAMBERT, Jacques. *América Latina: estrutura social e instituições políticas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, trad. Lólio Lourenço de Oliveira, 1969

PIMENTA, Joaquim. *Enciclopédia de Cultura*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, vol. II, 2ª ed., 1963, p. 375

SARAMAGO, José. *Todos os Nomes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997



EDUCAÇÃO FEMININA EM MACAÚBAS

*Adair José dos Santos Rocha**

O estudo que agora apresento é uma pesquisa em andamento que sofreu uma mudança por motivos de força maior, depois de sua aprovação para este evento. Por isso, peço desculpas aos presentes que vieram pelo título do trabalho. Meu objetivo é relacionar o projeto de educação feminina de D. Viçoso com o projeto educativo do Recolhimento Nossa Senhora de Macaúbas. Portanto, é necessário traçar historicamente o projeto educacional do recolhimento Macaúbas e o projeto educativo desse bispo num contexto das Minas Gerais do século XIX, considerando seu projeto reformista contra o liberalismo, o início da educação feminina, a demanda por mulheres professoras e a chegada das Filhas da Caridade (Irmãs Vicentinas). Buscarei reconstruir o projeto de educação de D. Viçoso, ressaltando a educação feminina, e analisar a influência do mesmo sobre o Recolhimento Macaúbas. Paralelamente, traçarei um pequeno histórico da “educação feminina” nessa instituição antes e sob o pastoreio desse pastor e educador.

As fontes utilizadas para a pesquisa serão: a) o Livro de Matrículas do Convento de Macaúbas (1846-1880) – onde buscarei informações para entender qual era a condição daquelas mulheres e por quais motivos estavam recolhidas – e Os Regulamentos (Estatutos) – a fim de encontrar neles o projeto educativo da instituição. b) As Cartas de D. Viçoso à Superiora de Macaúbas e o seu Processo de Beatificação poderão fornecer elementos para compreender a perspectiva educativa desse bispo.

O Recolhimento Nossa Senhora das Macaúbas é uma das primeiras instituições dedicadas à educação das mulheres em Minas Gerais. Por essa razão, investigo seu “projeto educativo”. Entretanto, sabemos que Macaúbas passou por várias fases desde sua fundação em 1716. Ocupo-me do período em que D. Antônio Ferreira Viçoso foi Arcebispo de Mariana, sendo este bispo, desde antes de sua consagração episcopal um educador e depois um reformador do clero e dos costumes. Além disso, ele redefiniu e enquadrrou Macaúbas como estabelecimento de ensino (MUNIZ, 1997: 131).

* Mestrando em Educação na FAE da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Texto apresentado no XXIV Simpósio Nacional de História

Pois foi este bispo que decretou a reformulação dos estatutos do dito recolhimento em 1846. A relação entre a perspectiva educadora do projeto de reforma de D. Viçoso e a história das ideias psicológicas foi realizada por ASSIS (2004). Segundo ela, o projeto educativo de D. Viçoso – não restrito à educação escolar – segundo Assis 2004, advogava uma educação no sentido amplo. Os tais objetivos seriam

“a reforma dos costumes da população por meio de diversas práticas educativas tais como a publicação de impressos, as viagens missionárias, a pedagogia dos seminários, os preceitos dados às famílias, o relacionamento com a comunidade dos fiéis, a vigilância sobre os padres, entre outros.” (ASSIS, 2004:7)

Para MUNIZ (1997) essa ação educativa desenvolveu-se numa frente formal - formação do clero – e noutra informal – formação da juventude. A formal aparece na recuperação do Seminário de Mariana e na reestruturação de seu estatuto, na criação do Seminário Episcopal de Diamantina e da Escola Apostólica¹. A criação e a reforma de colégios – Caraça, Congonhas do Campo e Campo Belo – denota a preocupação com a educação da juventude. Quanto à educação feminina, D. Viçoso reformulou o estatuto do Recolhimento Macaúbas.

Foi ele quem “determinou a reestruturação dos estatutos da instituição, de forma a inscrevê-la também no espaço educacional, como colégio regulamentar, e estabeleceu, inclusive, a separação entre as atividades monásticas e as educacionais.” (MUNIZ, 1997: 174).

Quanto ao Recolhimento, em 1858, apareceu esta propaganda sobre Macaúbas num jornal de Ouro Preto:

“O Colégio de Macaúbas, que tanto se tem acreditado pelo bom resultado dos seus esforços na educação de suas alunas, tem atualmente cento e vinte quatro educandas.

Todos os seus cômodos estão tomados; avisa-se portanto aos Srs. pais de famílias para que não lhe mandem mais discípulas em quanto os seus dignos diretores não avisarem por meio da imprensa que já tem mais cômodos para receber novas alunas. (*Correio Oficial de Minas* N.º162, 1858: Pág. 4, Seção: “*Annuncios*”).

No trecho acima o Convento é ressaltado como Colégio, “124 educandas”, “bom resultado na educação de suas alunas”, “a casa esta cheia”, “os pais não mandem mais filhas até serem avisados pelos diretores da instituição por meio da imprensa”. Isto denota o reconhecimento junto às famílias como instituição educacional feminina, cuja procura é grande, pois “todos os seus cômodos estão tomados” e que havia também uma certa presença da instituição na imprensa.

Na obra *Sítios e personagens*, (Souza 1930), há a citação da carta real de 23 de setembro de 1789, em que se diz: Sendo destinado à educação de meninas,

¹ Estes dois últimos realizados por ex-discípulos de D. Viçoso.

não podia deixar de merecer a benigna contemplação de Sua Majestade, (...), e o geral aceitação e aproveitamento com que ali se educam as filhas dos habitantes dessa Capitania.

...ordenou a mesma Senhora que se formassem para o seu governo Novos Estatutos mais amplos que os atuais, e que compreendessem um plano completo de educação adequada para as Meninas, cujo destino principal é de serem boas e exemplares Mães de família (SOUZA, 1930: 326-327).

Este texto afirma explicitamente que é o Convento “destinado à educação de meninas”. Pelo menos é o que a Coroa queria. Temos assim expresso o propósito da rainha, embora, não fosse esta a primeira intenção do fundador Felix da Costa. A finalidade primeira da instituição é formar “boas e exemplares mães de família”. Para atingir tal fim, a rainha recomenda a elaboração de “Novos Estatutos”. Temos, assim, uma indicação do papel educacional feminino do Recolhimento.

LAGES (2007) constata que o Colégio Nossa Senhora de Sion, fundado em 1904, ainda tinha três objetivos: formar esposa educadora dos filhos, professoras e religiosas. Ora, Macaúbas tinha os mesmos objetivos quando abriu suas portas como Colégio feminino em meados do século XIX?

TORRES (1960), em sua *História de Minas Gerais*, dá o seguinte testemunho sobre Macaúbas: “Se gerações de rapazes estudaram no Caraça, como veremos em capítulo posterior dessa obra, as moças estudaram em Macaúbas. As moças das boas famílias mineiras estudavam em colégios, esta a verdade.”

Mas para DAVES e ANDRADE (2002) “a história do Recolhimento de Macaúbas está ainda por se fazer.”

Já FURTADO (2003) afirma ter sido Macaúbas a melhor instituição para a educação de meninas daquela época. Dando a entender que as jovens recebiam “educação formal, virtuosa e de qualidade”. Como justificativa ela oferece o exemplo da Chica da Silva, que enviou suas filhas para lá.

“Oferecer educação esmerada para as mulheres significava, sobretudo, prepará-las para uma vida virtuosa. (...) Puras, intocadas e instruídas, aquelas mulheres estariam aptas a escolher entre a vida religiosa ou o casamento honrado. Macaúbas, situado em recanto aprazível, mas distante e retirado, era o local ideal para que as filhas de Chica se preparassem a fim de ocupar seus lugares na elite do arraial.” (FURTADO, 2003:189).

Ela dá algumas informações sobre o cotidiano, a disciplina e “matérias” ensinadas.

A rotina do convento tinha como meta evitar o tempo ocioso, senhor dos vícios e da perversão. Além dos exercícios espirituais, da oração, da penitência, da prática do coro e da confissão, as internas deviam se dedicar às tarefas manuais, com que preencheriam o tempo restante. Mas até 1743 os cursos se limitavam às ‘primeiras letras, doutrina cristã e trabalhos de agulha e cantochão. (FURTADO, 2003:193).

Abordarei o segundo período porque nele a instituição é definida como educativa (1846-1875). É a fase do funcionamento oficial como colégio feminino paralelo à outras iniciativas de educação feminina. Embora a primeira fase (1789-1846) seja importante porque é uma iniciativa de educação feminina anterior àquelas do século XIX, não a estudarei. Atenho-me à segunda fase (1846-1875). Este período é marcado pela ação pastoral de Dom Viçoso² de investir na educação como reação ao ideário iluminista (ASSIS 2002). É nele também que se promulga a Lei nº 311, de 8 de abril, que estabelece o método mútuo na instrução elementar, a frequência de dois meses à Escola Normal de Ouro Preto e o exame dos professores candidatos às tais cadeiras (ROSA, 2002: 278).

Em que consistia a educação feminina para D. Viçoso? Até que ponto o projeto educativo de D. Viçoso foi apropriado pelas religiosas de Macaúbas? Que estratégias ele usou para implantar seu projeto educativo naquela instituição? Macaúbas era destinado somente a elite? Qual era a classe social das recolhidas de Macaúbas? Quais eram os objetivos da formação dada em Macaúbas? Qual era o tipo de mulher que se pretendia formar? Qual era o tipo de formação dada às recolhidas segundo o antigo Regulamento? Que mudanças D. Viçoso propôs? Que dificuldades ele enfrentou? Como entender as dificuldades de implantação de um projeto educacional em Macaúbas? Que interpretações são dadas para a implantação do projeto educacional de D. Viçoso em Macaúbas?

Ainda não posso apresentar nenhum resultado da pesquisa. Porém, na data de realização desse Simpósio serão apresentados os primeiros dados parciais.

Bibliografia

ASSIS, Raquel Martins. *Psicologia, Educação e Reforma dos costumes: lições da Selecta Catholica* (1846-1847). 2004. 283. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes – O outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 189

LAGE, Ana Cristina Pereira. *A instalação do Colégio Nossa Senhora de Sion em Campanha: uma necessidade política, econômica e social da região sul-mineira no início do século XX*. 2007. 287. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo

LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães; GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes; XAVIER, Maria do Carmo (Org.). *Subsídios para a história da instrução na capitania de Minas Gerais – a comarca do Rio das Velhas (1716-1755)*. In. História da Educação em Minas Gerais. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002, p. 69-70

²D.Viçoso governou a Diocese de Mariana de 1844 - 1875 quando faleceu

5 ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, 2007

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo: *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais* (1835-1892). Brasília: Editora Universidade de Brasília; FINATEC, 2003

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, [196-]. 5v 1960, p. 525.

ROSA, Walquíria Miranda. *Produzindo a profissão docente: originais de pareceres mais atos relativos a exames de instrução pública em Minas Gerais* (1846-1850). In. *História da Educação em Minas Gerais. Anais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. p. 278

SOUZA, Joaquim Silvério de *Sítios e personagens*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1930, p. 326-327

Correio Oficial de Minas, Ouro Preto, 26 jul. 1858. N.º162, Seção: Anuncios, p. 4

6 ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, 2007



AMOR ENTRE DOIS JOAQUINS

*Maria Lúcia Faria de Azevedo Carneiro Soares**

A cidade de Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, guarda rico patrimônio arquitetônico do século XIX. O centro histórico, bem conservado, mostra um harmonioso conjunto formado pela imponente igreja, dominando a praça de palmeiras imperiais, emolduradas por belos casarões. Bem perto dali, chama a atenção a Casa da Hera, casarão imponente com amplos jardins e quintal rodeado de construções simples e modernas. Que imóvel seria aquele? Como sobreviveu à destruição de outras construções de sua época? Tais perguntas logo vêm à mente de quem visita a cidade com o olhar atento.

A Casa da Hera, ou Casa da Baronesa, preserva a história da família Teixeira Leite e, em especial, evoca a memória de sua última proprietária e mais ilustre moradora: Eufrásia Teixeira Leite. Quem foi esta mulher?

Eufrásia era a filha caçula do casal Dr. Joaquim José Teixeira Leite e Ana Esméria Correia e Castro, neta paterna do Barão de Itambé, neta materna do Barão de Campo Belo, sobrinha do Barão de Vassouras e sobrinha-neta do Barão de Aiuruoca. Tinha uma única irmã, Francisca Bernardina Teixeira Leite, e um irmão que morreu na infância.

A família de seu avô paterno já era muito rica quando se mudou de Conceição da Barra de Minas para Vassouras. Seu pai Joaquim e seu tio Barão de Vassouras fundaram, no Rio de Janeiro, a empresa “Casa Teixeira Leite e Sobrinhos” e, como capitalistas, emprestavam dinheiro a juros e realizavam intermediações financeiras com os prósperos fazendeiros de café. A família de sua mãe, Ana Esméria, era composta por ricos plantadores de café. Assim sendo, Eufrásia descenderia, tanto pelo lado paterno, como pelo materno, de famílias de grandes fortunas.

Desde sua infância, Eufrásia teve educação especial. Seu pai logo percebeu a inteligência da filha e, na falta de um filho varão, resolveu preparar a caçula para gerir os negócios da família. A menina estudou na escola de madame Grivet, que existia na localidade de Comércio, hoje Sebastião Lacerda, Vassouras. Além do ensino básico, aprendeu boas maneiras, a falar fluentemente o francês e a tocar piano.

* Professora, historiadora e mestre em Administração, da Academia Feminina Mineira de Letras, cadeira nº 2, atual vice-presidente.

Seu pai a incentivava à leitura de livros de sua biblioteca e a deixava participar de conversas sobre negócios na sala de sua casa, o que era raro entre as famílias naquela época, as quais preferiam afastar as crianças dos assuntos de adultos.

Dessa maneira, Eufrásia foi se inteirando das atividades econômicas e financeiras da família e gostava de ler jornais e revistas, estando sempre atualizada com o que acontecia no Brasil e mundo.

A irmã Francisca, desde criança, teve problemas de saúde e nunca se interessou pelos negócios da família. Durante toda a vida foi guiada pelos pais e após a morte deles, solteira, foi cuidada até a morte por Eufrásia. Embora amasse a irmã, a relação de Eufrásia com Francisca foi conflituosa.

Francisca tinha gênio difícil, o que às vezes era atribuído ao seu defeito físico que a fazia mancar, e a impediu de arranjar casamento. Muitas vezes, Francisca exagerava em suas queixas de doenças para impedir que Eufrásia tivesse vida própria. Essa atitude dificultou a vida amorosa de Eufrásia que, sentindo-se responsável pela irmã, deixava de seguir seus desejos para dedicar-se a ela.

O pai de Eufrásia sempre achou que nenhum pretendente era digno de se casar com ela e herdar sua fortuna. Com a morte de Ana Esméria, Joaquim ficou ainda mais ligado à filha Eufrásia e, quando adoeceu, ele a chamou a seu leito de morte e a fez jurar que jamais se casaria. Esse juramento perturbou Eufrásia por toda a sua vida.

Em 1872, com a morte do pai, as irmãs herdaram grande fortuna em dinheiro, terras e escravos que foram logo vendidos. Na época, a região de Vassouras estava em declínio devido ao esgotamento do solo e ao envelhecimento de escravos, mas os bens das Teixeira Leite não eram fazendas de café; possuíam apólices de títulos da Dívida Pública do empréstimo nacional de 1868, ações do Banco do Brasil, depósitos bancários, títulos de crédito pessoal, uma casa no Rio de Janeiro, uma grande propriedade urbana em Vassouras, conhecida como Chácara da Hera (onde residiam com seus pais), e apenas 12 escravos.

Jovens e solteiras, as irmãs venderam as ações, títulos e a casa do Rio de Janeiro, cobraram créditos, alforriaram os escravos, deixaram a casa da chácara aos cuidados de dois empregados encarregados de sua conservação e, em 1873, deixaram o Brasil para residir em Paris.

Eufrásia, além de inteligente, culta e muito habilidosa nos negócios, também foi uma mulher muito bonita, conforme atestam vários quadros e retratos.

Na viagem de navio rumo à Europa, Eufrásia encontrou o diplomata Joaquim Nabuco e iniciou com ele um longo relacionamento amoroso, de 1873 a 1887. A maior parte do namoro aconteceu na Europa, onde Eufrásia tinha muitos interesses financeiros. Joaquim Nabuco tinha aspirações políticas no Brasil e, por isso, houve grande troca de correspondências entre os namorados. Conta a tradição que as cartas de Nabuco para Eufrásia foram enterradas em seu caixão, atendendo a expressas instruções dela. Já algumas cartas de Eufrásia para Nabuco

estão guardadas no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em Recife. A leitura dessas cartas sugere que havia entre ambos um relacionamento muito íntimo, incomum para os padrões morais da época. Eufrásia enviou a última carta a Nabuco dois anos antes do casamento dele com outra moça.

Em Paris, as irmãs foram morar perto do Arco do Triunfo, em um prédio de cinco andares, endereço sofisticado até os dias de hoje. Mesmo frequentando a vida social parisiense, levaram vida recatada. Eufrásia participava do círculo de amizades mais próximas da princesa Isabel, quando esta vivia o exílio em Paris. Eufrásia veio apenas duas vezes ao Brasil entre os anos de 1874 e 1928, mas viajou intensamente conhecendo vários países. Testemunhou a Primeira Guerra Mundial e considerou deploráveis os danos causados pela destruição às cidades europeias.

Com a bagagem empresarial que possuía, Eufrásia investiu sua fortuna e a da irmã em vários países europeus, comprando ações de empresas que produziam as novas tecnologias da Segunda Revolução Industrial, e participando da internacionalização de capitais que ocorria na época. Atribui-se a Eufrásia ter sido a primeira mulher que adentrou a Bolsa de Valores de Paris.

A irmã Francisca faleceu em Paris em 1899, ainda solteira e, assim, Eufrásia herdou a fortuna da irmã.

Retornou definitivamente ao Brasil em 1928 e passou grandes temporadas na Casa da Hera, em Vassouras. Com o objetivo de se manter reclusa e distante do convívio de vizinhos, comprou a chácara Dr. Calvet, contígua à sua chácara, aumentando seu patrimônio e sua privacidade.

Viveu os últimos anos de vida em um apartamento em Copacabana, excêntrica e solitária, cercada apenas de fiéis empregados. Gostaria de ter retornado a Paris, mas, problemas de saúde nos rins a impediram de viajar. Foi enterrada no Rio de Janeiro e, posteriormente, seus ossos foram exumados e colocados no mausoléu de seu avô, o primeiro Barão de Itambé, em Vassouras.

Após sua morte, em 1930, sem deixar herdeiros descendentes ou ascendentes, seu testamento foi contestado por vários parentes. Após inúmeras demandas, os primos do lado materno, os Correa e Castro, conseguiram obter uma parte da herança invocando o testamento de Ana Esméria, a mãe de Eufrásia, feito em 1872. De acordo com o este documento, se Eufrásia e a irmã morressem solteiras e sem filhos, uma parte dos bens de Ana Esméria anexados à herança das filhas deveria voltar para a família Correa e Castro.

A fortuna que Eufrásia tinha herdado dos pais da avó e da irmã fora aumentada pelos investimentos feitos por ela. O espólio era tão volumoso, que o atestado de óbito de Eufrásia registra que a profissão dela era “milionária”.

Em seu testamento, Eufrásia tornou seus herdeiros a Santa Casa de Misericórdia de Vassouras, o Instituto das Missionárias do Sagrado Coração e Colégio Salesiano de Santa Rosa de Niterói, a Fundação Osvaldo Cruz, alguns de seus

primos, empregados, os pobres de Vassouras e os mendigos que moravam na rua em que residiu em Paris.

Nos terrenos deixados por Eufrásia em Vassouras foram construídos o Instituto Feminino para Moças Pobres, o Colégio Regina Coeli para moças, o Senai, o Fórum, a delegacia. Com os recursos deixados por ela, construiu-se o Hospital Eufrásia Teixeira Leite.

Em relação à casa de sua família, determinou a “conservação da Casa da Hera com tudo que nela existisse no mesmo estado de conservação, não podendo ocupar ou permitir que fosse ocupada por outros”. Desse modo a casa de seus pais, preservada com muito cuidado, transformou-se no Museu Casa da Hera, considerado o melhor exemplar de habitação urbana de famílias ricas do Vale do Paraíba do Sul do século XIX.

Em comemoração aos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro, a revista VEJA, edição 2415, ano 48, nº 9, de 4 de março de 2015, escolheu 450 pessoas que mudaram a história do Rio de Janeiro, do Brasil e até do mundo. Entre os escolhidos está Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930) com a seguinte referência:

“Não existiam prédios e não havia aterro na Enseada de Botafogo quando, do alto de seus 12 anos, ela entrou no coração de Joaquim Nabuco, o futuro gigante do abolicionismo, e para sempre permaneceu lá: sem casamento por desejo da própria Eufrásia, mas com paixão carnal e intelectual, brigas e uma coleção de cartas, que, segundo a lenda, ela levou para o túmulo. Com um corpo feito para o pecado – e livremente usado para isso – e uma cabeça boa para os negócios, foi morar em Paris, onde aumentou a fortuna familiar como investidora profissional e ficou conhecida como a dama dos diamantes negros.”

Referências:

STEIN, Stanley J. *Vassouras: Um Município Brasileiro do Café, 1850-1910*. Rio de Janeiro, editora Nova Fronteira, 1990.

FALCI, Miridam Britto Knox; MELO, Hildete Pereira: *Riqueza e emancipação. Eufrásia Teixeira Leite, uma análise de gênero*. (<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/326.pdf>)

MELO, Hildete Pereira de; FALCI, Miridam Britto Knox. *Eufrásia Teixeira Leite: O Destino de uma Herança*. (http://www.abphe.org.br/congresso2003/textos/Abphe_2003_38.pdf)

CORREIA, Marcos Sá. “Os Órfãos de Eufrásia” *Revista Piauí*, abril de 2008. (<http://www.revistapiaui.com.br/artigo.aspx?id=576&anterior=42008&anteriores=1>)

LEITE, Cláudia. *Mundos de Eufrásia*. Rio de Janeiro. São Paulo, Record, 2009.

BOBBIO, Kátia: *Centenário da morte de Joaquim Nabuco (1910-2010)*. Espírito Santo, Imprensa Oficial.



No Portal da Inconfidência, lançado quando das solenidades da Semana da Inconfidência Mineira em 2015, podem ser lidos todos os Autos de Devassa, processo de julgamento dos envolvidos na Conjuração Mineira. Nele, um aprimorado sistema de busca permite encontrar informações publicadas em cada um dos 11 volumes - editados pela Imprensa Oficial de Minas Gerais nas décadas de 1970 e 1980 - somando mais de 5.500 páginas.

Com este Portal o Governo de Minas Gerais, por meio da Imprensa Oficial, leva a todo o planeta uma das mais importantes páginas da História do Brasil.

portaldainconfidencia.iof.mg.gov.br



Contatos:



(31) 3237-3475
(31) 3237-3573

Av. Augusto de Lima, 270 - Centro
Belo Horizonte - MG - 30190-001
e-mail: orcamento@iof.mg.gov.br
www.iof.mg.gov.br

Imprensa Oficial *Excelência em impressões gráficas*

Livros, revistas, jornais e outras peças promocionais são produzidas em modernas impressoras digitais (xerox igen3) ou por meio do sistema de impressão offset.

Ampla leque de opções: capa dura ou flexível, brochura, fresa, costura, encadernação, laminação fosca ou brilhante.



Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais



CIDADANIA



Vale a pena visitar a exposição de arte da Iomg.

Imprensa Oficial: há mais de 120 anos registrando a história e perpetuando a legalidade do Estado, sempre na vanguarda intelectual e modernidade tecnológica de Minas Gerais.



CIDADANIA



Já viu de perto uma máquina de linotipo? Conheça no Memorial da Iomg.

Imprensa Oficial: há mais de 120 anos registrando a história e perpetuando a legalidade do Estado, sempre na vanguarda intelectual e modernidade tecnológica de Minas Gerais.



CIDADANIA



Imprensa Musical. Acordes de cidadania em parceria com a PMMG.

Imprensa Oficial: há mais de 120 anos registrando a história e perpetuando a legalidade do Estado, sempre na vanguarda intelectual e modernidade tecnológica de Minas Gerais.



CIDADANIA



Conhece um mimeógrafo? Visite o Memorial da Iomg.

Imprensa Oficial: há mais de 120 anos registrando a história e perpetuando a legalidade do Estado, sempre na vanguarda intelectual e modernidade tecnológica de Minas Gerais.





(31) 3237-3475
(31) 3237-3573

Av. Augusto de Lima, 270 - Centro
Belo Horizonte - MG - 30190-001
e-mail: orcamento@iof.mg.gov.br
www.iof.mg.gov.br

CONEXÕES HISTÓRICAS ENTRE MINAS GERAIS E ANGOLA: UM SONHO INCONFIDENTE REALIZADO NA ÁFRICA

Marcos Paulo de Souza Miranda*

*Poetas, como Alvarenga e Gonzaga, perderam no exílio a inspiração. O exílio, como está provado, não destruiu o gênio maravilhoso e empreendedor do Dr. Maciel.
Padre Ruela Pombo*

RESUMO: Aborda conexões históricas existentes entre a Capitania de Minas Gerais, no Brasil, e a possessão portuguesa de Angola entre os anos de 1792 e 1804, quando viveu em solo africano José Álvares Maciel, condenado ao degredo por envolvimento no movimento libertário conhecido como Inconfidência Mineira. Expõe o sonho de fabricar o ferro em escala industrial dos envolvidos na trama que pretendia libertar o Brasil de Portugal. Com base em documentação dos séculos XVIII e XIX, comprova que, em Angola, José Álvares Maciel logrou colocar em funcionamento uma fábrica de ferro no sítio denominado Trombeta, região de Golungo, concretizando em solo africano uma antiga aspiração dos inconfidentes mineiros.

Palavras-Chave: Minas Gerais. Angola. Documentação Arquivística. Inconfidência Mineira. Fabricação de Ferro.

1. A Inconfidência Mineira

Inconfidência Mineira é a denominação pela qual ficou conhecido o movimento conspiratório tramado no final da década de 1780 por magistrados, militares, sacerdotes, proprietários rurais, mineradores, cientistas e comerciantes residentes, sobretudo, em Minas Gerais, no interior do Brasil, que tinha por objetivo a libertação do domínio de Portugal, mediante a criação de uma nação republicana independente.

* Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais e da Academia Mineira Maçônica de Letras.

A Inconfidência insere-se nos movimentos de contestação à metrópole ocorridos no Brasil em fins do século XVIII, numa conjuntura de onda revolucionária de cariz liberal marcada pelos desdobramentos da independência das 13 colônias inglesas na América do Norte (1776), e da Revolução Francesa (1789)¹⁰. A Inconfidência tem suas origens ideológicas profundamente ligadas a filhos de Minas Gerais que estudaram nas universidades de Coimbra, em Portugal, e Montpellier, na França, bebendo dos ideais libertários mais avançados existentes naquele tempo.

Entre as aspirações dos conjurados destacavam-se¹¹:

Seriam criadas imediatamente fábricas de pólvora, tecido e usinas siderúrgicas, tendo havido previsão para instalação do primeiro forno na região da Borda do Campo (atual Barbacena); José Álvares Maciel se encarregou de presidir os trabalhos para isso (com o auxílio de “mestres” estrangeiros que trabalhariam), garantindo aos seus companheiros que em Minas havia abundância de ferro, salitre, cobre, pedras preciosas e tudo o que era necessário para o desenvolvimento industrial; ele pesquisava avidamente esses minerais e o próprio Visconde de Barbacena atestou que, não fora afazeres de que estava incumbido e a falta de tempo, já teria “fundido em grande” (isso em 1788).

Entretanto, o movimento rebelde foi denunciado por um dos participantes, havendo forte repressão por parte da Coroa Portuguesa, que prendeu, processou e condenou à morte ou ao degredo a maior parte dos envolvidos, inclusive o Dr. José Álvares Maciel.

2. O inconfidente José Álvares Maciel

José Álvares Maciel nasceu em 1760, em Vila Rica, capital de Minas Gerais, sendo batizado, em 1º de março, pelo Padre Antônio José de Moura, na Capela de Santa Quitéria, da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar.

Era filho do Capitão-Mor José Álvares Maciel e de Juliana Francisca de Oliveira. Seu pai era natural da Freguesia de Santa Maria Maior, da Vila de Viana, Arcebispado de Braga, e sua mãe natural da Freguesia de São Sebastião, do Bispado de Mariana. Neto pela parte paterna de Francisco Alves da Cruz e de Antônio Maria Maciel. Neto pela parte materna do guarda-mor Maximiano de Oliveira Leite e de Inácia Pires de Arruda, naturais de São Paulo. Teve por padrinhos o Doutor Francisco de Oliveira Leite e Ana Inácia Pires de Oliveira, mulher do Capitão Custódio de Sá Ferreira.

¹⁰ VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial*. p. 301.

¹¹ JARDIM, Márcio. *A Inconfidência Mineira. Uma síntese factual*. p. 359.

O avô paterno de Maciel, Maximiano de Oliveira Leite, foi coronel e guarda-mor das Minas do Carmo (Mariana), Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa Real e era filho de Francisco Pais de Oliveira Horta, casado com Mariana Pais Leme, filha do Governador das Esmeraldas Fernão Dias Paes Leme. Assim, o inconfidente Maciel era trineto do bandeirante que mais largo renome deixou na história da expansão geográfica de Minas Gerais.

Ingressou na Universidade de Coimbra em 1782, onde se formou em Filosofia no ano de 1785, título que atualmente corresponde a estudos sobre aritmética, geometria, filosofia racional, moral, história natural, física e química. Aluno de excepcional capacidade, Maciel impressionaria o seu mestre, o Professor italiano Domingos Vandelli, que o convidou para realizar pesquisas mineralógicas na Serra da Estrela, naquele país. Vandelli cita-o como descobridor de ricas jazidas de arsênio na região, além de autor de várias classificações de rochas.

Após formar-se, viajou pela França e pela Inglaterra por cerca de dois anos, aprofundando seus estudos sobre química e produção industrial de tecidos e metais (inclusive visitando *in loco* os fornos de Birmingham), além de absorver os ideais iluministas então pulsantes nas elites intelectuais da Europa.

Sua erudição, de caráter invulgar, foi reconhecida a ponto dele se tornar membro da Academia de Ciências de Lisboa, centro lusitano da intelectualidade de então, além de repositório de ideias iluministas, libertárias e abrigo seguro de livres-pensadores.

Segundo José Crux Rodrigues Vieira¹²:

Era inteligente, de palavra fácil e agradável. Álvares Maciel, creio eu, numa linguagem atual, era um técnico de competência inegável e sua atuação, caso a Inconfidência lograsse êxito, seria de grande proveito para o país. Seria um Engenheiro de Minas e Metalurgia, com pós-graduação na Inglaterra, em fornos e manufaturas.

Retornando ao Brasil em 1788, encontrou-se com o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, com quem trocou informações sobre as circunstâncias de sua terra natal, e a seguir dirigiu-se a Ouro Preto, envolvendo-se profundamente na trama inconfidente, ficando encarregado de produzir pólvora para sustentar as ações rebeldes e, ainda, fundir ferro na pátria livre que haveria de se formar.

A pedido do Governador de Minas, o Visconde de Barbacena, de quem foi convida no Palácio de Cachoeira do Campo, Álvares Maciel iniciou o levantamento das potencialidades da Capitania quanto aos recursos minerais, chegando a descobrir em Vila Rica, nas fraldas do Saramenha, junto ao rio que ali passa, vitríolo de cobre e argila micácia, além de ter detectado arsênico, ouro-pimenta e ferro no Morro das Lajes, enxofre na Mina do Gontijo e cobre entre Cachoeira do Campo e Morro Vermelho.¹³

¹² Tiradentes: *A Inconfidência diante da história*. V. 2.II, p. 474.

¹³ *Álvares Maciel no degredo de Angola*. p. 14.

Entretanto, malgrado o movimento rebelde por ele apoiado, Álvares Maciel foi preso e condenado à morte, tendo a pena comutada em degredo perpétuo para Massangano, em Angola, para onde partiu em 23 de maio de 1792 na corveta *Nossa Senhora de Brota*. Em sua confissão ao Frei Raimundo Penaforte, feita logo após a leitura da sentença de condenação à morte, declarou-se maçom.

Para muitos, o ponto final da trajetória de Maciel poderia ser apostado aqui. Mas a vida lhe resguardaria novos momentos e oportunidades...

3. Um pesquisador das coisas de Minas Gerais em Angola

Graças ao Padre Manoel Ruela Pombo, pudemos reconstituir os passos de José Álvares Maciel em solo africano, onde um dos sonhos dos inconfidentes viria a se realizar, como adiante procuraremos demonstrar.

Segundo biografia divulgada pelas Bibliotecas Municipais de Lisboa, Manuel Ruela Pombo nasceu em 30 de Julho de 1888, na freguesia do Bunheiro, Concelho da Murtosa, distrito de Aveiro, oriundo de uma família de lavradores, tendo sido o primeiro de sete irmãos.

Fez os estudos preparatórios para o curso de Teologia no Colégio-Internato de Santo António e depois no Seminário Menor de Nossa Senhora do Rosário, nos Carvalhos.

Em 1911, quando já frequentava o Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição, no Porto, Ruela Pombo envolveu-se, de maneira ainda hoje pouco clara, nas convulsões do chamado “Golpe Militar do Palácio de Cristal”, de origem monárquica, acabando por ser preso. Encarcerado no Aljube, foi transferido para Lisboa, dando entrada no Forte de São Julião da Barra, onde ficou incomunicável, até que o levaram novamente para o Porto a fim de ser julgado. Foi depois conduzido para o Limoeiro e dali transitou para o Forte do Alto do Duque, de onde se evadiu, na noite de Carnaval de 20 para 21 de Fevereiro de 1912, chefiando um grupo de onze companheiros.

Exilou-se na Galiza, junto das hostes de Paiva Couceiro, vindo a tomar parte na II Incursão Monárquica, na marcha sobre Chaves e no assalto à Praça Forte. Derrotados os monárquicos, retiram-se novamente para a Galiza, e Ruela Pombo integra este grupo. Entretanto, o Governo Espanhol, por pressão de Portugal, ameaça desencadear prisões entre os revoltosos. Perante os acontecimentos, decide então embarcar para o Brasil, com o intuito de terminar os estudos e ser ordenado sacerdote.

Desembarcado em Santos, em seguida dirigiu-se para a Diocese de Pouso Alegre, no sul de Minas Gerais, onde viria a encontrar colocação como porteiro do Seminário-Paço Diocesano e, depois, como professor e prefeito no Ginásio Diocesano, tendo completado as cadeiras que lhe faltavam dos estudos iniciados no Porto. Em 1914 logrou a transferência para a Diocese de Campanha do Rio Verde, sendo ordenado sacerdote em julho de 1916 pelo Bispo Dom Almeida Ferrão.

Em janeiro de 1917, tomou posse como vigário da paróquia do Senhor Bom Jesus de Matosinhos do Lambari, atual Jesuânia, onde ficou até setembro de 1919, quando assume o cargo de pároco de São Gonçalo do Sapucaí, onde irá permanecer até março de 1922, data em que parte para Angola como missionário, já anistiado.

Em São Gonçalo do Sapucaí, terra onde viveu Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira, mulher de Alvarenga Peixoto, um dos Inconfidentes, Manuel Ruela Pombo encontra preciosos elementos sobre a Inconfidência Mineira nos livros do arquivo religioso. Começa então a investigar este tema e divulga o resultado das suas pesquisas no jornal *O Estado de Minas*. Foi assim que, começando a adquirir livros para aprofundar este assunto, não mais parará de pesquisar a história da Inconfidência Mineira, sempre compartilhando suas novas descobertas com os amigos que deixou no Brasil.

Uma vez em Luanda, começou por exercer o magistério primário, até que, em dezembro de 1923, tomou posse como pároco-missionário da igreja de Nossa Senhora do Cabo da Ilha de Luanda, transferindo-se em seguida para a igreja de Nossa Senhora da Conceição da Muxima, passando a dedicar duas horas diárias exclusivamente à história de Angola.

Em Angola, foi dos primeiros investigadores a pesquisar os arquivos do Governo Geral, da Câmara Municipal de Luanda e da Cúria Diocesana. Foi dessa forma que ajudou a desvendar a sorte dos Inconfidentes que foram deportados para aquela colônia.

Em 1933, regressa a Portugal e fixa residência em Lisboa. Pôde então entregar-se completamente à sua paixão – a investigação histórica – iniciando a publicação de uma revista denominada *Diogo Cão*, onde divulga os resultados dessas pesquisas, pondo à disposição dos investigadores documentos inéditos e importantíssimos sobre a história da África.

4. A realização do sonho inconfidente no degredo africano

Sobre José Álvares Maciel, o Padre Manuel Ruela Pombo produziu diversos artigos e divulgou a íntegra de vários documentos encontrados na Biblioteca Nacional de Lisboa e nos arquivos de Luanda, nos quais nos firmamos para reconstituir os passos do inconfidente por Angola.

Em fins de julho de 1792 José Álvares Maciel chegou ao presídio de Nossa Senhora da Vitória de Massangano, onde deveria cumprir seu degredo. O local foi visitado pelo Padre Ruela Pombo em março e agosto de 1931.

Logo nos primeiros meses a cultura e a capacidade produtiva do jovem cientista foram percebidas pelas autoridades locais e em maio de 1793 Maciel já orientava a produção de telhas, tijolos, panelas e cachimbos de cerâmica em uma olaria que funcionava junto ao presídio.

Segundo o padre missionário Manuel Ruela Pombo¹⁴: *A mistura dos barros, os fornos de cozer, o uso das gomas para os vidrados, a arte ou fôrma das vasilhas de universal utilidade doméstica, tudo ensinou o Dr. Álvares Maciel com suas próprias mãos.*

Entre 1794 e 1796 Maciel fez várias viagens pelo sertão de Angola vendendo tecidos que lhe eram consignados por comerciantes de Luanda. Durante as viagens, a pedido de Dom Miguel Antônio de Melo, ilustrado Governador e Capitão-General de Angola, Maciel fazia o levantamento das jazidas minerais existentes naquela colônia.

Em 1797 já tinha conhecimentos aprofundados sobre as minas de ferro de Oeiras, Calumbo, Ilamba, Cassange e Golungo, além de ter visitado as ruínas de ferro da fábrica de Nova-Oeiras. Segundo seus estudos, em Golungo, onde existia um sítio denominado Trombeta, nas proximidades do rio Zenza ou Bengo, com muita disponibilidade de lenha, águas altas, ar puro, havia plena possibilidade de se instalar em estruturas para a fabricação de ferro e Maciel se colocou à disposição das autoridades portuguesas para liderar a empreitada.

A sua proposta foi logo aprovada por Dom Rodrigo Sousa Coutinho, Ministro da Secretaria de Ultramar de Portugal, partindo Maciel para Trombeta juntamente com dois pedreiros e um ferreiro a fim de construir as estruturas da fábrica de ferro.

Em março de 1800 já havia no local as casas de Maciel e dos oficiais pedreiros e ferreiro, um depósito de carvão, uma tenda de ferreiro, uma coberta para produção de tijolos e telhas e uma casa para os fornos de fundição. O minério de ferro era extraído das minas de Oeiras, Calomba, Sambaquiba e Quiabale.

A mão de obra utilizada era dos próprios negros residentes na região, que receberam instruções de José Álvares Maciel sobre como fabricar o ferro com melhor qualidade e maior quantidade, em menos tempo. Dos setenta negros empregados na fábrica, dez cortavam madeira, dez extraíam pedras, seis produziam tijolos e telhas e os demais produziam carvão, carregavam produtos e auxiliavam na produção de ferro.

Não foi fácil compreender e iniciar a produção de ferro no local, advertindo Maciel em relatório que¹⁵:

Não basta ser fundidor em Espanha para o ser também na França, ou em Angola; cada mina tem seu fundente próprio, o algaraviz para cada uma tem uma certa e determinada inclinação – cousas que só o estudo, a experiência e observação podem fazer conhecer. Entre os Mestres da Europa, que não têm estudos, são estas cousas do maior segredo, passando, como patrimônio, de pais a filhos. Estas dificuldades eu tenho vencido.

¹⁴ *Inconfidência Mineira*. Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. p. 205.

¹⁵ POMBO, Manuel Ruela. *Inconfidência-mineira: 1789 - os conspiradores que vieram deportados para os presídios de Angola, em 1792*. p. 52.

Segundo correspondência dirigida por Maciel ao Governador de Angola no ano de 1800¹⁶:

Os ferreiros, tenho-os ocupados na fatura de pregos, que saem muito mais em conta do que os que se vendem nessa cidade e até o presente se tem feito três mil de meio caibro, e agora se principiam a fazer de caibro, por ser este um gêneros que nos há de ser preciso e de Lisboa não virão talvez pelo preço que aqui saem.

Em janeiro de 1801 já existiam onze milheiros de pregos estocados na fábrica e no mês seguinte o Governador de Angola autorizava a compra, pelo Regente de Golungo, de todos os pregos produzidos pelos negros da região ao preço de 300 réis o cento¹⁷.

O sonho do inconfidente mineiro José Álvares Maciel consistente em produzir o ferro em escala industrial tornou-se realidade em solo africano.

Tamanho foi o sucesso da produção de ferro em Trombeta, que Maciel foi encarregado da construção de outra fábrica, em Catári. Para tanto, em 2 de abril de 1801, o cientista fez uma extensa lista de profissionais e instrumentos que lhe eram necessários. Todavia, somente três anos depois os primeiros materiais começaram a chegar a Luanda.

Entretanto, José Álvares Maciel passou a padecer de graves problemas de escorbuto e obstrução das vias respiratórias, falecendo no início de 1804, sendo sepultado na Matriz de Massangano.

Em agosto de 1936, deixou assinalado em artigo o Padre Manuel Ruela Pombo¹⁸:

O mau clima, a vida trabalhosa nos fornos e a falta de recursos abatem o físico do Dr. Maciel, que obtém licença para se vir tratar de seus achaques à cidade de Luanda, onde morreu em fins de 1803 ou princípios de 1804.

O nome do Dr. José Álvares Maciel merece condigna referência nas páginas econômicas da História de Angola, quando alguém as escrever.

Poetas, como Alvarenga e Gonzaga, perderam no exílio a inspiração.

O exílio, como está provado, não destruiu o gênio maravilhoso e empreendedor do Dr. Maciel.

¹⁶ POMBO, Manuel Ruela. *Inconfidência-mineira: 1789 - os conspiradores que vieram deportados para os presídios de Angola, em 1792*. p. 55.

¹⁷ Obtivemos informações sobre o funcionamento da fábrica de ferro de Trombeta até o ano de 1845, quando ali se produziam barras de ferro que eram remetidas para Luanda. FIGUEIREDO, Luiz Antônio de. *Índice do Boletim oficial da província d'Angola*. 1864.

¹⁸ *Inconfidência Mineira*. *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*. p. 208.

Os ossos do Dr. José Álvares Maciel foram repatriados ao Brasil e hoje se encontram depositados, em mausoléu, no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, sua terra natal.

Terá sido ele, a nosso pensar, um dos mais valorosos, inteligentes e laboriosos integrantes do movimento inconfidente de Minas Gerais, merecedor da eterna veneração de seus compatriotas da raça montanhês, que têm a liberdade como valor basilar e imperecível.

Segundo Tânia Macedo¹⁹:

“o jovem mineralogista é, dentre todos os degredados brasileiros enviados para terras angolanas, o único a ter seu nome batizando uma rua. Trata-se de uma via que liga a Avenida Marginal ao palácio da Justiça, no centro velho de Luanda. E o mais curioso é que, após o 11 de novembro de 1975, a maioria dos nomes antigos das ruas foram modificados, indicando os novos tempos distantes do colonialismo português, preservou-se a rua José Álvares Maciel com sua denominação original. E assim, vemos a pequena placa onde se indica ser a figura que nomeia o logradouro, um “Naturalista”.

5. Considerações finais

Os documentos localizados e divulgados pelo Padre Manuel Ruela Pombo sobre o destino do brasileiro José Álvares Maciel no degredo angolano, onde conseguiu fundir o ferro em escala industrial, realizando um antigo sonho dos integrantes da Inconfidência Mineira, trazem a comprovação de conexões históricas importantíssimas entre Minas Gerais e Angola.

A figura do Padre Manuel Ruela Pombo deve ser lembrada como a do protagonista na investigação e generosa divulgação dos resultados sobre as conexões entre a Inconfidência Mineira e a história de Angola.

A perspectiva da possibilidade de se encontrar em novos suportes documentais tratando do tema deve alimentar o interesse por novas investigações sobre o assunto.

¹⁹ Angola e Brasil. Estudos comparados. p. 35-36.

6. Referências bibliográficas

FIGUEIREDO, Luiz Antônio de. *Índice do Boletim oficial da provincia d'Angola: comprehendendo os annos que decorrem desde 13 de setembro de 1845, em que foi publicado o 1. nº, até 1862 inclusive*. Luanda. Imprensa do Governo. 1864

GOMES FILHO, José Clei. *José Álvares Maciel. Conjurado e maçom. Sua época, legado e exemplo*. Londrina: A trolha. 2011

JARDIM, Márcio. *A Inconfidência Mineira. Uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1989

LOPES, Francisco Antônio. *Álvares Maciel no degredo de Angola*. MEC. Rio de Janeiro. 1958

MACEDO, Tânia. *Angola e Brasil. Estudos Comparados*. São Paulo: Arte e Ciência. 2002.

MAXWELL, Keneth. *A devassa da devassa. A inconfidência mineira – Brasil e Portugal [1750-1808]*. 7. Ed. Ampl. Ilust. São Paulo: Paz e Terra. 2009

POMBO, Manuel Ruela. *Inconfidência-mineira: 1789 – os conspiradores que vieram deportados para os presídios de Angola, em 1792*. Luanda : Revista Diogo-Cão, 1932-1933

_____. *Inconfidência Mineira*. Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. n. 18-19. 1936. p. 202—208.

_____. *A sorte dos revolucionários no degredo. Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Luso-Brasileiro de História (VII Congresso)*. Comissão Executiva dos Centenários. – Lisboa : Secção de Congressos, 1940. Tomo 3º, II Seção. 1940. p. 37-44

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000

VIEIRA, José Crux Rodrigues. *Tiradentes: a inconfidência diante da história*. Belo Horizonte: 2º Clichê. 3 vol. 1993



ESQUINA DOS TRÊS POETAS

*Haroldo Lívio de Oliveira**

Fica na Rua Artur Lobo, que liga a Praça Dr. Chaves à Rua Gonçalves Figueira, bem próximo ao Centro Cultural Hermes de Paula, a esquina onde se dá o encontro de três notáveis poetas do passado. Esta rua, em tempos idos, foi chamada de Beco de Santa Bárbara, que nos protege de raios e trovões, e era usada como via de acesso às aguadas do Rio Vieira, na época navegado por canoas e povoado por curimatãs, surubins e outras delícias. Muito tempo depois, nossa vereação decidiu prestar homenagem a um dos primeiros vates de nossa cidade, Artur Lobo, de grande prestígio e montes-clarense nascido no então distrito do Sacratíssimo Coração de Jesus. Ele foi um dos primeiros jornalistas de Belo Horizonte, tendo participado das festas de inauguração, em 1897, da nova Capital de Minas Gerais, em cuja elite intelectual figurava com invejável distinção, tanto que os vereadores belo-horizontinos deram seu nome a uma artéria muito conhecida. Esta rua fica no Colégio Batista, um dos bairros mais tradicionais daquela metrópole, outrora coroada Cidade Jardim.

Entra em cena o segundo poeta, quando a Rua Artur Lobo, antes de desembocar na antiga Rua do Pedregulho, hoje Gonçalves Figueira, atravessa a Rua Hermenegildo Chaves, cujo patrono é uma das glórias literárias da Montes Claros de antanho, da quadra distante das serenatas e dos saraus familiares. Seu nome e seu apelido carinhoso, Monzeca, estão inscritos na galeria das personalidades mais elevadas do jornalismo brasileiro. Nas redações por onde passou, na Capital que adorava, ainda repercute a admiração pelo texto exemplar que era a marca registrada de sua arte de fino labor, quer seja prosando, quer seja versejando.

A soprano Maria Lúcia Godoy, profunda conhecedora e intérprete consagrada da modinha, relaciona na contracapa de uma gravação os nomes dos quatro maiores modinheiros do Brasil e de Portugal. Apontou o português Gonçalves Crespo, Castro Alves, o bardo João Chaves e seu irmão Monzeca. Isto basta para dar uma ideia da dimensão do encontro de Artur Lobo e Monzeca, dois gigantes

*Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros e da Academia Montesclarensense de Letras

de nossas letras. Monzeca vinha pouco à nossa cidade, embora a amasse a distância. Na última vez que por aqui esteve, parece que pela festa do Centenário, foi recepcionado em uma tertúlia no palacete do também menestrel Luiz de Paula, que alcançou o auge com a voz encantadora do seresteiro Telé Prates interpretando modinhas imperiais, valsas e outras cantigas de amor.

Completando o trio de poetas da esquina, entra em cena Geraldo Freire, o grande trovador de apenas um livro publicado, *Fonte dos Suspiros*. Ele, que me honrava com sua amizade, sempre foi considerado um eleito das musas e morava na casa da Rua Hermenegildo Chaves com lateral na Rua Artur Lobo. Dessa convergência de celebridades desta Cidade da Arte e da Cultura surgiu o encontro de três cabeças fulgurantes, de três épocas distintas, que enobreceram esta terra. Montes Claros tem umas coisas que as outras terras não têm...

Haroldo Lívio de Oliveira faleceu no último dia de 2014. Perdeu o norte de Minas, o estado, uma das suas maiores inteligências, “bom em tudo” na expressão do jornalista e empresário Paulo Narciso. Jamais se ouviu dos seus lábios um lamento, uma queixa, palavra desprimorosa, deselegante, e ele continuará a crescer perto de seus amigos, que lhe seguem ouvindo a voz, como se manifestou um dos numerosos amigos que fez na vida. Escrevia bem, como poucos, conhecia toda a população da cidade em que nasceu: Brasília de Minas – antiga Contendas; Porteirinha; Montes Claros, em que se fez e em que deixou seu corpo e uma saudade imensa. Exímio nos cronológicos, como Hermenegildo Chaves, o querido Monzeca do “Estado de Minas”, irmão de João Chaves, o modinheiro-mor, legou páginas de louvor e carinho aos que partiam. Também ao ir-se, Haroldo Lívio recebeu pela mídia as mais carinhosas e doloridas mensagens de recordação e antecipada saudade. Conhecia a vida das famílias, os nomes de seus componentes, procedência, a genealogia. Consagrou-se pela finura no trato, por seus elevados méritos como escritor, historiador, pesquisador, serventário da Justiça, advogado, partícipe de todas as grandes iniciativas da cidade adotada. Foi seu fundador e membro do IHGMC – Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros, com Luiz Ribeiro, Wanderlino Arruda, Dário Cotrin e Petrônio Braz.

Com êxito cristalino, embora escrevesse incessantemente, publicou apenas um livro – “Nélson Viana, o personagem”, homenageando no título um curvelano, que saiu de sua cidade e se instalou de vez como engenheiro em Montes Claros. Considerava a Academia Mineira de Letras a segunda mais importante do Brasil; a primeira, a Academia Brasileira.

O prefeito de Grão Mogol, Jeferson Augusto de Figueiredo, lembrou que a expressão “Grão Mogol, Cidade Presépio”, foi cunhada por Haroldo, tão apaixonado que ali comprou uma casa, no Centro Histórico, para residir; mas o tempo não lhe atendeu à vontade. Narciso o descreveu “de gravatinha borboleta preta e o rosto sereno de sempre”, assim se despediu o mais completo

intelectual da cidade, humanista Haroldo Lívio, aplicado, devotado, talentoso, sempre jovem e cordial. Paira sobre sua região como o homem dos voos mais altos, embora encerrados numa disciplina de modéstia e humildade que durou 76 anos, durante os quais registrou os acontecimentos mais importantes da cidade. Maria Luiza Silveira Teles, sua confreira na Academia Montes-Clarense de Letras, como todos os autores locais e regionais, lamentou a perda de quem teve o mais rico acervo cultural e foi exemplo de integridade, honestidade, bondade, cavalheirismo.



DA VIDA E DAS LEIS

Isaías Caldeira*

Gastei quase toda a vida inutilmente. Tantas oportunidades perdidas nesses hiatos entre as obrigações cotidianas, debruçado nas janelas, na inútil contemplação do mundo em movimento, do espetáculo encenado que convidava para o palco, enquanto fui quase um tímido espectador dos acontecimentos. Nenhum sábio me procurou nas montanhas em que me isolava, prisioneiro dos meus medos, para mostrar a ponte que conduziria ao homem novo, a um lugar para as expansões dos meus desejos.

Poderia ter sido tantas coisas, porque tempo há em demasia, como testemunham nossos domingos vazios, os jogos de cartas e as mesas dos bares. Agora que, em meu caso, o futuro é menos que o passado e que se tem a verdadeira dimensão da vida, nem infinita e nem curta, mas suficiente a incontáveis jardins, corro a semear apressado as sementes que colhi e guardei, plantando árvores que não verei florescer, na esperança de sombras e flores nas manhãs dos que virão.

Certamente teria amado mais, se pudesse, porque nada há de mais extraordinário que o amor, rosa sempiterna, com textura e cor iguais a todas as rosas, mas única para alguém que a colhe, no mesmo gesto repetido por todas as gerações. Chego a sentir os corações adolescentes pulsando no primeiro assombro amoroso, seus rostos rubros na timidez da descoberta do outro como parte de suas vidas, renovando-se nas demais fases da existência, afinal não se ama uma única vez, em regra. Sei que isso tem um nome: vida. É ela, que acontece enquanto fazemos planos, tão nossa parceira que não se incomoda com nossa gratidão, nesse seu hábito de se fazer minimalista nas coisas cotidianas.

Na verdade, só precisamos do ar que respiramos, porque o resto a vida nos oferta, nesse imenso mercado exposto aos nossos sentidos, onde tudo é escolher e apaixonar-se, como dizia um filósofo do século passado. Mas também teria brigado mais com os hipócritas, nas assembleias públicas que promovem para venderem suas verdades fabricadas, encilhando suas mentiras com arreios dourados, para que o brilho cegue a verdade e o julgamento se dê escravizado pelas aparências, que se fazem de provas ao édito condenatório. Hoje, ando farto dessa

* Pianista, doutor em Letras, professor de História da Música na UEMG, autor dos livros *Músico, doce músico* e *O grão perfumado – Mário de Andrade e a arte do inacabado*. Semanalmente apresenta o programa Recitais Brasileiros, pela Rádio Inconfidência de Minas Gerais.

gente e já os rifei das minhas preocupações rotineiras. Deixei ao Eterno, que tudo sabe e perscruta os corações dos homens, o julgamento de suas maldades, pois está dito que como julgamos seremos julgados. A mim me basta saber que, assim como o profeta Daniel, que admoestou os juízes de seu tempo para a injustiça contra a mulher conduzida ao apedrejamento, não fui responsável pelo sangue de inocentes, deixando contaminar-me por sentimentos subalternos ou prevariando no exercício de meu ofício, com meu cargo a serviço de facções políticas ou contra quem quer que seja, no campo pessoal. Só o sentimento de justiça me anima e move, desde a epigênese de minha existência, pois o homem conduz o Magistrado em todas as circunstâncias.

Só um psicopata pode ter prazer em condenar alguém à prisão, esta modalidade de castigo terrível, já que os presídios em nada diferem das jaulas onde animais são recolhidos, para tranquilidade de um público que se contenta em subjugar quem o ameaça. Entretanto, reconheço que o Estado ainda não criou nada melhor que substitua o castigo que atua sobre a liberdade de ir e vir. Ele já teve na tortura física, com chicotadas e apedrejamentos, a punição aos acusados. Infelizmente tais práticas são legitimadas até nossos dias em países onde o direito é regido pela ortodoxia religiosa. Falo de mim e do que acredito, neste opúsculo, não por vaidade, mas esperando ser útil, mesmo contrariando os bem intencionados, mas desprovidos daquela racionalidade singela, que prescinde de maiores argumentações ou provas, assentada tão somente no bom senso, que anda em falta no mercado de ideias.

Refiro-me, aqui, especificamente, à redução da maioria penal, a que sou favorável. Não porque, como querem pautar o assunto, vá reduzir a criminalidade, mas porque ela conduz à Justiça concebida pelos homens, de reparar à vítima ou seus familiares do mal imposto pelo ofensor. Uma criança cruelmente assassinada por um adolescente, já consciente este de seu ato, merece uma resposta condizente com a gravidade do crime pelo Estado. Se este nada faz ou faz pouco, é legítima a indignação dos vitimados, o que pode ser um caminho para a justiça privada.

Não se trata de reduzir a maioria em todos atos infracionais, mas tão somente naqueles crimes graves, que causam clamor público, como latrocínio, estupro, sequestro e outros similares, que não representam quase nada no universo dos delitos menoristas atuais. Uma lei penal que não considera a vítima, reproduz o mesmo crime contra ela, pois legitima o mal imposto, afastando-se do imperativo ético essencial à paz social. Pautada apenas em critério cronológico, sistematiza injustiças, e o momento exige reparos que instrumentalizem uma resposta pelo Estado ao mal imposto pelo agente, seja ele menor ou maior de 18 anos. Que o Congresso Nacional não se esqueça de seu compromisso com a sociedade, que na quase totalidade exige mudanças na legislação menorista, encerrando esse ciclo de impunidade.

SOBRE AS SINFONIAS DE BEETHOVEN

*Paulo Sérgio Malheiros dos Santos**

As Sinfonias de Beethoven figuram hoje entre as obras mais consagradas pelo público de concertos. Entretanto, a maioria dos ouvintes contemporâneos do compositor reagiu com assombro e incompreensão às suas inovações — as primeiras críticas julgaram-nas intermináveis e fatigantes! De fato, essas sinfonias, desenvolvidas em grande escala, exigiam do público uma concentração sem precedentes. As Nove Sinfonias só se impuseram no repertório a partir de meados do século XIX, até ocuparem definitivamente um espaço ímpar no cânone da música sinfônica. Elas iluminaram as anteriores realizações de Haydn e Mozart como limites da perfeição clássica e, transcendendo corajosamente tais modelos, criaram nova referência musical, com novos padrões formais e inusitado poder emocional.

Entretanto, de maneira geral, Beethoven não alterou substancialmente a forma básica do gênero; apenas a Sexta Sinfonia (com seus títulos descritivos) e a Nona (com elementos de uma verdadeira cantata) diferem significativamente do modelo de Haydn. Planejadas para o grande público, as sinfonias eram menos adequadas à experimentação formal que caracterizaria a produção beethoveniana nos gêneros mais intimistas das sonatas para piano e dos quartetos de cordas. Quanto à orquestra, por exemplo, ele manteve o formato estabelecido pelas últimas sinfonias de Haydn. Excepcionalmente, Beethoven usa trombones, como nas Sinfonias V, VI e VII; na *Eroica*, acrescentou uma trompa; no final da Quinta emprega o flautim e o contrafagote; na Nona, eleva para quatro o número de trompas e amplia a percussão com o uso da então chamada “música turca” — triângulo, pratos e bumbo, somados aos dois tímpanos habituais. O pensamento orquestral de Beethoven excedeu os recursos dos instrumentos da época e sofreu desvantagens, por exemplo, no emprego das trompas e dos trompetes. Ao contrário, seu uso original do fagote e dos tímpanos mostrou-se particularmente satisfatório. O tratamento beethoveniano dos sopros, considerado excessivo à época, causou espanto — alguns críticos o condenavam pela inclusão de uma banda no domínio orquestral.

* Professor de História e Piano na UEMG; doutor em Literatura pela PUC-MINAS, roteirista e apresentador do programa radiofônico *Recitais Brasileiros da Rádio Inconfidência* de Minas Gerais
psergiomalheiros@gmail.com

A grande novidade orquestral de Beethoven, sobretudo a partir da Terceira Sinfonia, refere-se ao uso de maciços blocos sonoros, realizados através da separação dos timbres. Movimentando-os, o compositor manipula com precisão seus ataques, a densidade, a potência, os contrastes entre eles, ciente de sua eficácia sobre os ouvintes.

Foi na busca da expansão do conteúdo espiritual e emocional de suas obras que Beethoven ampliou a arquitetura formal da sinfonia. A própria natureza de seu pensamento composicional tornou quase inevitável sua excelência no gênero, permitindo-lhe explorar ao máximo as possibilidades expressivas da música puramente instrumental. E é interessante observar que, sob esse aspecto, o talento beethoveniano diferia-se radicalmente do de seu ídolo Mozart, autor eminentemente teatral pelo caráter vocal de suas melodias. O músico de Bonn, em pleno século XVIII, imbuído de um conceito já romântico, empenhou-se em demonstrar que as formas puramente instrumentais seriam capazes de exprimir ideais e sentimentos profundos.

Quanto ao número de movimentos, Beethoven seguiu o modelo das sinfonias londrinas de Haydn (apenas a Pastoral tem cinco movimentos, com os últimos três encadeados sem interrupção). Outra herança haydniana são os prelúdios lentos, que anteriormente incluídos em sonatas para piano do próprio Beethoven, iniciam as Sinfonias I, II, IV e VII. A Terceira usa apenas dois acordes introdutórios. As Sinfonias V e VI não têm introdução e a IX apresenta uma breve passagem de dezesseis compassos.

Os primeiros movimentos das sinfonias de Beethoven estão escritos na forma de sonata clássica (com exceção da Nona que apresenta um discurso onde a exposição dos temas e o desenvolvimento se apresentam em conjunto). Nesses primeiros movimentos, o pensamento instrumental do compositor interfere principalmente na articulação dos dois temas constituintes da forma. Haydn freqüentemente os relacionava, derivando o segundo do primeiro. Beethoven, ao contrário, valorizou a diferenciação entre o caráter dos dois temas principais pelo contraste rítmico, instrumental e pela distância das relações tonais entre eles. Explorando o conflito das ideias antagônicas contidas em dois temas opostos, o músico transforma seus desenvolvimentos em um processo dialético de grande tensão. Os movimentos tornam-se assim necessariamente longos — a *Eroica* era muito mais longa e mais complexa do que qualquer sinfonia composta antes, com o imenso primeiro movimento repleto de material temático e extraordinária amplitude tonal. No final dos movimentos, a Coda beethoveniana ganha proporções de um segundo desenvolvimento, ressaltando a última aparição do tema vitorioso com insistentes afirmações tonais (a Quinta, por exemplo, apresenta uma série bombástica de redundantes acordes de tônica).

Na sequência das várias seções dos outros andamentos, há uma lógica motriz que continuamente impulsiona a música, construindo a totalidade da obra como expressão completa e única. Essa coerência interna, perceptível em cada

uma das sinfonias, desde a Primeira até a Nona, acentua-se ainda mais pela ligação direta entre alguns movimentos (os dois últimos da Sinfonia V e os três últimos da VI).

O movimento lento mantém nas sinfonias de Beethoven o caráter essencialmente melódico, mas se adapta formalmente a uma função bem determinada pelo contexto da obra — daí, portanto, serem tão diferenciados (ou mesmo suprimidos). A visionária e trágica Marcha fúnebre, *Adagio assai* da Terceira talvez seja o movimento lento mais célebre de todas as sinfonias. Na Quinta, o *Andante con moto* é um conjunto de variações ligadas por misteriosas e modulantes passagens. A “Cena às margens do riacho”, *Andante molto mosso* da Pastoral, abre espaço a algumas intenções descritivas e intervenções puramente imitativas (o próprio Beethoven menciona na partitura o canto dos pássaros: a flauta se faz de rouxinol, o oboé imita a codorniz e a clarineta o cuco). As duas sinfonias seguintes não possuem movimentos lentos: o *Allegretto* da Sétima, com caráter de marcha, mantém em primeiro plano o interesse rítmico que domina toda a sinfonia. O *Allegretto scherzando* da Oitava, deliciosamente divertido, traz um acompanhamento mecânico para a saltitante melodia, provável homenagem a Mälzel, inventor do metrônomo. Finalmente, o *Adagio molto e cantabile*, terceiro movimento da Nona, tem uma forma comum aos últimos quartetos do compositor — consiste em um *Lied* de profundidade e intensidade inigualáveis, formado pela alternância de dois temas, suas variações e interlúdios.

O movimento de dança sofre uma sensível modificação em Beethoven. O inevitável Minueto das antigas sinfonias lhe parecia socialmente obsoleto e bem acanhado musicalmente. O compositor o substitui então pelo *Scherzo*, mantendo a mesma estrutura, ou seja, com o Trio intermediário e o retorno *Da capo*, mas com conteúdo diferente — agitado, fantástico, impetuoso, livre — e dimensões maiores. Beethoven usou pouco o termo *scherzo*, mesmo para definir movimentos que claramente são *scherzi*. Nas sinfonias usou-o apenas na Segunda e na Terceira, normalmente limitando-se à indicação do tempo.

O último movimento das sinfonias de Beethoven adquire notável importância, como ponto culminante da construção musical. Com exceção dos finais da 1ª e 4ª Sinfonias (que se inscrevem na tradição vienense) e o da Sexta (com seus títulos descritivos), os restantes possuem uma tensão e um clímax incontestáveis.

Comentaremos a seguir, um pouco mais detalhadamente, os movimentos das sinfonias nºs 1, 4 e 7.

Beethoven regeu a estreia de sua primeira sinfonia no Teatro Imperial de Viena, a 2 de abril de 1800. Tinha então trinta anos e mesmo reconhecendo sua dívida enorme para com Haydn e Mozart, não se via apenas como um talentoso imitador. A Sinfonia nº1 revela um artista inquieto, em busca de seus próprios ideais.

Uma introdução, *Adagio molto*, abre a partitura com inesperado acorde “dissonante” (sétima da dominante de Fá maior). Esse começo em “tonalidade incorreta” foi considerado muito audacioso e reprovado pela crítica da época. A indecisão tonal dos acordes iniciais persiste por quatro compassos, mascarando a tonalidade principal, até que uma escala descendente das cordas conduz ao primeiro tema do *Allegro con brio*. Apresentado pelos primeiros violinos no registro grave, esse tema, com seu ritmo enérgico, lembra o começo da Sinfonia Júpiter de Mozart. O segundo tema (Sol maior) tem caráter melódico e é formado por um diálogo do oboé com a flauta, sobre arpejos das cordas. Há um momento mais reflexivo, quando o fagote desce à tonalidade menor, servindo de base para um contraponto triste desenhado pelo oboé. Mas a alegria do primeiro tema reaparece e empresta seus elementos para as passagens imitativas que constroem o desenvolvimento. Uma vigorosa *Coda* de 38 compassos conclui o movimento com vigorosa e insistente afirmação tonal.

O *Andante cantabile con moto* também tem forma sonata, com dois temas principais. O primeiro recebe um tratamento quase *fugato* — apresentado pelos segundos-violinos é imitado primeiramente pelas violas e violoncelo, depois pelos fagotes e contrabaixos. O segundo tema caracteriza-se pelas notas repetidas e pontuadas, intercaladas com pausas. Durante todo o movimento é dado um papel de destaque para os tímpanos.

O *Menuetto: allegro molto e vivace*, certamente o movimento mais original da sinfonia, é, de fato, o primeiro dos característicos scherzi sinfônicos beethovenianos. O tempo é bem mais rápido que o de um minueto tradicional e seu tema possui um formidável impulso ascendente, cujo dinamismo contamina todo o andamento. O Trio central é igualmente original, com belos blocos de acordes nas madeiras e passagens de notas rápidas nos violinos.

O Finale inicia-se de maneira engenhosa: o *Adagio* de seis compassos apresenta uma série de partidas em falso dos primeiros violinos — trata-se de uma escala de Dó maior, retomada cinco vezes, a cada vez ganhando um grau — até formar a escala completa. Essa dá acesso ao primeiro tema do *Allegro molto e vivace*, de contagiante alegria, com suas notas em *staccato*. O segundo tema, em Sol maior, tem um caráter mais dançante. O desenvolvimento fundamenta-se, sobretudo, em fragmentos do primeiro tema. A coda, com um ritmo de marcha, destaca as trompas e as clarinetas e conduz a um final luminoso.

No ano de 1806, Beethoven compôs a Sinfonia nº4 que tem um clima otimista, completamente diverso do espírito dramático da *Eroica* e da Quinta. Ela reflete sentimentos intimistas, com um aparato discreto. Entretanto, suas inovações e maestria desmentem qualquer afirmativa de uma sinfonia menor.

A longa introdução, *Adagio*, começa com flauta, clarinetes, fagotes e trompas sustentando, em oitavas, a nota tônica Si bemol, enquanto as cordas desenvolvem figurações tateantes, como que inseguras da tonalidade. Os primeiros

violinos prosseguem em *pizzicato* e toda a passagem produz um efeito curioso, entrecortado, ofegante, até chegar ao *tutti* de um acorde de sétima da dominante. Só então a orquestra liberta o *Allegro vivace*, cujos principais motivos são constituídos de fragmentos retirados da própria introdução. O primeiro tema é uma melodia saltitante exposta no *staccato* dos primeiros-violinos. O segundo tema é apresentado pela flauta, oboé e fagote com um desenho de terças descendentes que logo se reafirma em delicioso diálogo canônico entre a clarineta e o fagote. Antes da reexposição do tema principal, há uma notável passagem de transição — inacreditáveis e longínquos rufos do tímpano mantêm, durante vários compassos, um longo trêmulo, sempre em *pianissimo*.

O belíssimo *Adagio* possui o caráter de um longo *Lied*, com melodias amplas e flexíveis. A figura rítmica apresentada no primeiro compasso pelos segundos violinos servirá de fundo para todo o movimento. Reaparecerá em diversos instrumentos, tratada em *ostinato* por todas as estantes. Sobre ela, o primeiro tema é exposto em *cantabile* pelos primeiros-violinos. O segundo tema será apresentado pelo clarinete. A Coda recorda o tema principal na suavidade das madeiras. Após um fortíssimo orquestral sucede um repentino silêncio... E os tímpanos em *pianissimo* fazem ouvir, pela última vez, a mesma figuração inicial das violas. Um crescendo conduz ao *tutti* de dois acordes conclusivos.

O *Allegro vivace* é um duplo *Scherzo* (A) em que o Trio (B) também se repete, seguindo a forma A, B, A, B, A. O tema do *scherzo* constrói-se sobre acordes quebrados e cria uma interessante ambiguidade rítmica, pois o habitual compasso ternário é aqui frequentemente deslocado por um acento binário. O tema do trio, *Un poco meno allegro*, evoca uma dança campestre.

O *Allegro ma non troppo* mostra um bom humor irresistível desde o torvelinho sinuoso do arabesco inicial. O primeiro tema, enunciado pelos violinos, é retomado pelas madeiras. O oboé apresenta em Fá maior o segundo tema, *dolce*, bastante haydniano. Mas todos os engenhosos pormenores do desenvolvimento são puro Beethoven. Na *Coda*, o tema inicial é retomado pelos primeiros violinos; entregue ao fagote; depois aos segundos violinos e às violas. Essas mudanças instrumentais da linha melódica são retidas por fermatas que seguram sua marcha, tornando-a cada vez mais lenta. Subitamente, o tema retoma sua vivacidade habitual e as vigorosas cadências em *tutti* fecham a sinfonia.

No dia 8 de dezembro de 1813, Beethoven apresentou na Universidade de Viena a primeira audição da Sétima Sinfonia. Atendendo ao pedido do público, o segundo movimento foi bisado. Tal sucesso teve um significado especial para o compositor, pois ao eleger o ritmo como elemento dominante da sinfonia, Beethoven o idealizou como fator socializante, capaz de moldar os sentimentos coletivos (coincidentemente, a estreia ocorreu por ocasião de um concerto benéfico para os inválidos das guerras napoleônicas).

Sob o aspecto da predominância do elemento rítmico, a Sétima Sinfonia se assemelha à Quinta. Entretanto, há entre elas uma diferença estrutural. Na Sinfonia nº5, a força e a unidade advêm da recorrência da mesma célula rítmica em todos os movimentos; na Sétima, ao contrário, cada andamento é modelado e diferenciado por um padrão rítmico próprio. A estratificação de uma figura rítmica persistente, facilmente perceptível em cada parte, define o perfil da sinfonia como um todo.

A Sinfonia op 92 inicia-se com importante introdução de 62 compassos, *Poco sostenuto*. O acorde da tônica Lá maior ressoa em forte e curto *tutti* orquestral, contrastando com a entrada do oboé solo. O processo se repetirá com os ataques da orquestra no terceiro, no quinto e no sétimo compassos e, entre cada acorde, o canto será confiado a um novo timbre (primeiro uma trompa à qual se junta uma flauta, depois os violinos. A modulação para Dó maior traz um novo motivo, *dolce*, exposto pelo oboé, com caráter de rústico cortejo pastoril. A introdução termina com a nota pedal Mi que, hesitando em valores cada vez mais longos – semicolcheias, colcheias, semínimas – recebe o novo ritmo do *Vivace*. Este é apresentado pelas madeiras e só toma uma forma melódica no quinto compasso, com as flautas. O desenvolvimento, com mudanças incessantes de tonalidade, apresenta uma espécie de luta, entre as cordas e as madeiras, sobre a simples célula rítmica inicial. A seguir, há uma bela passagem com uma variante do primeiro tema, em *fugato*. Na reexposição, compassos de silêncio quebram a continuidade rítmica. Na *Coda*, surpreendente pedal das violas e cordas graves move-se por 22 compassos sobre um mesmo desenho. (Carl Maria von Weber, referindo-se a esta extraordinária passagem, sugeriu que Beethoven fosse internado no manicômio municipal). Com um lento *crescendo*, o ritmo invencível do movimento se reanima até o resplandecente Lá maior final.

O *Allegretto*, com seu ritmo de caminhada lenta (dátilo: uma semínima, duas colcheias – espondáico: duas semínimas) é o movimento mais célebre da sinfonia. Quanto à forma, explora a oposição de dois temas, em lá menor e em Lá maior. O melancólico primeiro tema aparece nos violinos e se enriquece com um contrasujeito dos violoncelos. O segundo é apresentado na clarineta e no fagote. Possui um duplo acompanhamento – a suave ondulação em tercinas dos violinos e o *pissicato* das cordas graves, que repetem a primeira metade (dátilo) da célula rítmica fundamental.

O Presto é, de fato, um scherzo duplo. Começa com vigoroso *tutti* e seu tema contém dois motivos: o primeiro é afirmativo, com acentos nos tempos fortes. O segundo é leve e *staccato*. O solene tema do Trio, *Assai meno presto*, lembra um canto de peregrinos da Baixa Áustria.

O final, *Allegro con brio*, anuncia sua violência rítmica com dois explosivos acordes em fortissimo – dois trovões, separados por um breve silêncio. Os primeiros-violinos lançam o tema rápido em semicolcheias, acentuadas pela

orquestra no tempo fraco do compasso. O segundo tema, também apresentado pelos violinos, contém a indicação de *piano*; mas logo a orquestra lhe responde com um violento acorde dissonante. Com esses dois temas, o *Allegro con brio* se constrói dentro da forma sonata. A quadratura rigidamente simétrica dos períodos e das frases dá ao movimento uma solidez incomparável e serve de suporte para a sensação de irresistível ímpeto tão característica dos finais de Beethoven.

Em 1824, em Viena, com a estreia da Nona Sinfonia, Beethoven assinalava para o grande público mais uma mudança em sua obra, após um solitário e prolongado silêncio de quase uma década – comentava-se que, surdo e mergulhado em problemas pessoais, ele se tornara incapaz de compor. Durante o concerto, realizado no dia 7 de maio, o compositor sentou-se no palco, seguindo a partitura. Ao final da sinfonia, Beethoven permaneceu imóvel; uma cantora tomou-o pelo braço, virou-o e mostrou-lhe o público, para que ele pudesse ver com que entusiasmo era aplaudido.

Musicar o poema de Schiller era um antigo sonho do compositor. A leitura das *Cartas sobre a educação estética do homem* fora decisiva em sua reflexão sobre a função pública e o poder instrutivo da Arte para a sociedade e os indivíduos, conduzindo-os a níveis mais elevados de comportamento e convivência.

Depois do sucesso da estreia da Nona Sinfonia – com sua declaração urgente e circunstancial de que todos os homens devem ser irmãos – o compositor, do alto de sua glória, dispôs-se ainda a mudar seus códigos. Retorna às técnicas contrapontísticas bachianas, estuda a música renascentista e a harmonia modal. Serenamente, desvencilhava-se da tendência ao retórico, libertava-se dos efeitos fáceis e buscava sua voz mais íntima e atemporal. As últimas obras primas de Beethoven, os últimos quartetos e sonatas para piano, permaneceram incompreendidas por seus contemporâneos.

A posteridade encontrou em suas obras um legado inesgotável; e os compositores um desafio. Após Beethoven, a sinfonia romântica trilhou dois caminhos principais: em uma direção, Mendelssohn, Schumann e Brahms adaptaram-na à expressão mais intimista do Romantismo — reduzindo as proporções dos movimentos intermediários, tomaram como modelo principalmente a Quarta e a Oitava sinfonias. Em outra vertente, Berlioz e Liszt, muito influenciados pela Sexta, adotaram os programas extramusicais para os poemas sinfônicos. A última grande sinfonia de Schubert, escrita sob o impacto da Nona de Beethoven, aponta para o futuro e possui atributos comuns às obras posteriores de César Franck (1822-1890), Anton Bruckner (1824-1896) e Gustav Mahler (1860-1911), valorizando a tendência para a unidade cíclica e disposição formal em amplos espaços harmônicos. Mesmo para os compositores contemporâneos, que adotam processos diametralmente opostos aos seus, as Nove Sinfonias permanecem imprescindíveis.

Referências

COOPER, Barry (org.). *Beethoven – Um compêndio*. Trad. Mauro Gama e Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996

LOCKWOOD, Lewis. *Beethoven, a música e a vida*. São Paulo: Códex, 2004

MAGNANI, Sergio. *Expressão e comunicação na linguagem da Música*. Belo Horizonte: Ufmg, 1989

SCHILLER, Friedrich. *A educação estética do homem*. São Paulo: Iluminuras, 1995



FLÁVIO DE CARVALHO

*Carlos Perktold**

É possível que todos os dias nasça uma criança com talento e potencial para ser um grande artista. Quase nunca ouvimos falar delas porque as dificuldades das suas vidas começam quando despertam seus interesses artísticos e a esmagadora maioria desses potenciais pintores, cantores, pianistas, poetas ou atores são castrados emocionalmente pelos próprios pais, que não compreendem o filho que têm ou não podem sustentar seu desejo, ou por professores que os impedem de seguir com suas próprias pernas, obrigando-os a trilhar caminhos já percorridos por outros. Aí os rebentos se perdem ou se cansam dessa trajetória, deixando de cumprir o destino que os deuses lhes traçaram. Há ainda os professores que castram por consciente inveja da juventude, beleza e talento do seu aluno. Ouvimos falar desses ex-futuros artistas quando, já adultos e impossibilitados de recuperar o tempo perdido, lamentam não terem insistido no seu próprio desejo.

Mas há exceções nessas assertivas. Uma delas chama-se Flávio de Carvalho (1899-1973), um paulista nascido na cidade de Amparo da Barra Mansa (RJ) onde sua família ficou apenas por um ano. Assim, nosso herói é carioca por acaso, residindo sempre em São Paulo. Este articulista já comentou em texto anterior que talvez alguém descubra num longínquo futuro uma glândula ainda incógnita da medicina com a qual algumas pessoas nasçam e outros não. A glândula pode se chamar *sorte*. Com ela a vida fica mais fácil. Pois a sorte de Flávio de Carvalho começa com a riqueza dos pais que, podendo financeiramente e compreendendo o talento do filho, o enviam para estudar em Paris aos doze anos de idade. Sua sorte continua quando, passando férias na Inglaterra, estoura a Primeira Grande Guerra e ele não consegue sair da Ilha. Por isso, ali permanece e aos dezenove anos inicia seus estudos de engenharia na Universidade de Durham e no curso de Belas Artes da Edward VII School. Volta ao Brasil em 1922, com vinte e três anos de idade e com o título de engenheiro, sem tempo para participar da célebre Semana. Talento para isso não lhe faltava. Matemático, na engenharia fazia cálculos estruturais profissionalmente, mas sua paixão era a arquitetura e a pintura.

* Pscanalista. Membro da ABCA - Associação Brasileira de Críticos de Arte e da AICA - Associação Internacional de críticos de Arte
perktold@terra.com.br

Como arquiteto participou de vários concursos públicos com projetos para construção de grandes obras desde, o Viaduto do Chá na capital paulista, prédios da Universidade de Minas Gerais, hoje UFMG, até conjuntos de casas modernistas.

Flávio de Carvalho era um homem à frente do seu tempo, com a vantagem de, aparentemente, estar sempre de bom humor. Não ser contemporâneo de si mesmo é sempre trágico para o artista, que não é compreendido e nem aceito, sentindo sua vida azeda em vários sentidos. Apesar de pouco compreendido nas suas pinturas iniciais, em todas as suas fotos, registradas em livros sobre sua vida ou ao lado de algum colega de paleta, Flávio está sorrindo, sempre com cara de *bon vivant*, certo de que a vida lhe reservara o melhor do seu tempo, mesmo que incompreendido. Por isso mesmo, “aprontou” demais, produzindo, sempre que podia, o que ficou registrado em sua biografia como escândalos. Alguns inimigos achavam que ele queria “aparecer”, ser notícia, o que não é verdade. Nem ele precisava disso. Era pura gozação de um sujeito de bem com a vida. O primeiro e mais notório escândalo foi em 1931 quando ele realiza o que chamamos nos dias de hoje como *performance* e ele chamou de Experiência n. 2. Sua “experiência” consistiu em desrespeitar uma procissão de Corpus Christi. O que ele fez era algo quase infantil visto com os olhos de hoje. Na década de 1930 a igreja católica tinha prestígio infinito, se comparado aos dias de hoje, e, durante a procissão, ele usou um boné verde e andou na contramão dos fieis, despertando a ira dos participantes pelo desrespeitoso desafio do boné e pela forma agressiva como andava entre o público. Na mesma hora, Flávio foi ameaçado de linchamento e preso pela polícia paulistana. Para contrariar e ainda chocar ainda mais o público, no mesmo ano publica um livro sobre o acontecimento. Sua trajetória de *enfant terrible* continua quando cria o Teatro Experiência com o espetáculo *Bailado do deus morto*, fechado pela polícia. Era uma tentativa de expor nova forma de teatro desde o cenário, a dramatização, a dicção e a mímica até a observação dos sentimentos despertados no público pela nova experiência. Também não deu certo. Mais tarde, no dia 12 de julho de 1934, expõe sua bela pintura, mas a mostra também é fechada pela polícia, que apreende cinco quadros. Sua pintura expressionista com paleta cheia de cores e alguns nus sobre telas eram demais para o público paulista da época. Se ele fosse menos corajoso e mais atento, teria aprendido com os fracassos de Segall e Anita Malfatti em anos anteriores e saberia que o modernismo não havia sido aceito no país e estava longe do que ele vira e aprendera do cubismo, do surrealismo, do expressionismo e do futurismo na Europa. Antonio Bento nos assegura em texto e como testemunha pessoal que o modernismo só seria aceito no Rio de Janeiro a partir de 1950.

Por ordem judicial, Flávio conseguiu reabrir a exposição alguns dias depois, mas o estrago já estava feito e não há registro de que tenha vendido algum quadro. Pessoalmente, tinha hábitos pouco ortodoxos para sua época. Em sua

casa havia uma piscina e, uma vez por semana, ele erguia uma bandeira no alto do telhado. Seus amigos sabiam que ele passaria o dia nadando pelado e assim seria recebido quem viesse visitá-lo. Aliás, ele nadou pelado em público em uma fonte na Praça Júlio Mesquita, em 1939, outra de suas gozações. Em 1956, tentou convencer os brasileiros que o Brasil é país tropical e que deveríamos usar roupas apropriadas para esse clima. Criou uma saia masculina, uma camisa solta no corpo, chamou o conjunto de *New Look*, desfilou com ele pelas ruas de São Paulo e foi notícia no Brasil inteiro, mas sua ideia não vingou.

O nosso fabuloso provocador era, sobretudo, um brilhante artista universal com suas pinturas, aquarelas e desenhos com aplicação das cores complementares de que ele mais gostava: verde com vermelho, azul com laranja e assim produziu centenas de obras célebres, retratos expressionistas de seus amigos contemporâneos, vários autorretratos e muitas paisagens, que hoje estão espalhados por museus de São Paulo e do Rio de Janeiro, além de importantes coleções particulares. Mas essas não eram as únicas cores de sua preferência. Como todo pintor brilhante, as suas obras são reconhecíveis à distância pelo estilo, as pinceladas grandes e seguras e pelas personalíssimas cores criadas por ele. Toda sua carreira de pintor é coerente e carregada de obras imortais desde a década de 1930, mas é naquela de 1950 que seu brilhantismo jorra sobre as camadas de tinta nas telas ou em desenhos a carvão, deixando rastros indelévels do quanto uma criança talentosa e de sorte pode se tornar um adulto imortal pelo que faz e exemplo a todos de seu país. O expressionismo de suas pinturas, em especial, as figuras humanas, transmite o seu sentimento de que, afinal nos anos 1950, ele havia sido aceito e compreendido.

Seu brilho era também nos desenhos a nanquim, expondo seus mesmos traços inigualáveis, bem equilibrados por outros que faziam a composição atrair pela segurança de quem conhece seu ofício. Suas aquarelas não eram menos importantes e nem menores do ponto de vista artístico. Aliás, tudo que traçava ou tocava, virava arte, desde seus projetos arquitetônicos à tentativa de criar uma roupa tropical, tentando modificar nossa forma europeia de nos vestir. Flávio de Carvalho foi um artista de muitos ofícios durante seus setenta e quatro anos de vida, menos costureiro, mas, por certo, sabia lidar com as linhas.



VALE DE LÁGRIMAS: MULHERES RECOLHIDAS NO SERTÃO DE MINAS GERAIS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII*

Ana Cristina Pereira Lage**

Introdução:

Conhecida inicialmente como Casa de Oração do Vale de Lágrimas, a instituição aqui analisada surgiu por volta de 1750, próxima à Vila de Minas Novas, na região norte de Minas Gerais. Posteriormente, em 1780, quando a instituição foi transferida para o Arraial de Santa Cruz da Chapada, foi denominada como Recolhimento de São João da Chapada e ainda é possível encontrar documentação que se refere à mesma instituição como Recolhimento de Sant'Anna da Chapada.

A Vila de Minas Novas, fundada em 1730 como Arraial de Nossa Senhora de Bom Sucesso do Fanado, foi desanexada politicamente da Capitania da Bahia em 1757, quando passou para a subscrição da Comarca do Serro Frio na Capitania de Minas Gerais. Eclesiasticamente continuou vinculada ao Arcebispado da Bahia até 1853. Esta particularidade da região acarreta a busca de documentos em arquivos diversos, tanto mineiros, quanto baianos.

Segundo José Joaquim da Rocha, em 1788 a Vila de Minas Novas vivia da exploração de ouro e de diamantes. Nos anos de pouca chuva, a população sofria pela falta de alimentos e do baixo abastecimento da região. O clima era quente e seco e toda a água provinha do Rio Araçuaí. A margem deste rio foi escolhida para a instalação do Recolhimento do Vale de Lágrimas por volta de 1750.²⁰

A instituição foi fundada pelo padre Manoel dos Santos que, após ser atingido por um raio e sobrevivido, prometeu angariar esmolas e estabelecer um recolhimento feminino no sertão da capitania mineira. Sua fundação esteve ligada a

* Artigo publicado anteriormente na Revista de História Regional (Universidade Estadual de Ponta Grossa): LAGE, Ana Cristina Pereira. *Vale de Lágrimas: mulheres recolhidas no sertão de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII*. Rev. Cit., v.19, p.312-326, 2014

Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/7093/4334>

** Professora dos cursos de Licenciatura em História e Bacharelado em Humanidades, Professora do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas da Faculdade Interdisciplinar de Humanidades, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

²⁰ ROCHA, José Joaquim da. Memória histórica da Capitania de Minas Geraes. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto, Imprensa oficial de Minas Gerais. 1897, Ano 2, vol.3.

uma visão sobrenatural de um eclesiástico, muito comum nos relatos de fundação de outras instituições do mesmo tipo. Após a sua salvação, o padre então “[...] applicou os seus bens todos á construcção d’esse edificio”²¹

A Casa de Oração do Vale de Lágrimas, nome que remete às desgraças humanas após o pecado capital, além dos sofrimentos que seriam pagos por meio de orações no plano terreno, estabeleceu-se enquanto Recolhimento, instituição vista inicialmente como espaço de devoção e vida contemplativa, diferenciando-se dos conventos da época pela ausência dos votos por parte das recolhidas. No dicionário de Rafael Bluteau, a palavra *recolhimento* aparece caracterizada como: “Casa de religião ou retiro do mundo, sem votos religiosos.”²² A fundação deste tipo de instituição era mais facilitada pelo fato de ser exigida somente uma licença episcopal para o seu funcionamento, enquanto os conventos necessitavam de uma ordem papal e a aceitação da instalação por parte de uma determinada ordem religiosa. Assim, as recolhidas necessitaram apenas da autorização de D. Jozé Botelho de Mattos, arcebispo da Bahia na época da fundação.

Salienta-se que esta pesquisa considera que a Casa de Oração do Vale de Lágrimas era uma instituição educativa, uma vez que propiciava educação devocional das mulheres recolhidas. Segundo Dermeval Saviani, são encontradas acepções diferentes para o significado da palavra *instituição*: pode compreender a ideia de ordenar, de articular o que está disperso; pode significar instrução e educação; pode formar ou criar algo; e, finalmente, pode aglutinar determinados procedimentos, ideias, crenças e rituais comuns. Entre diversos significados, compreende-se que “(...) a palavra “instituição” guarda a ideia comum de algo que não estava dado e que é criado, posto, organizado, construído pelo homem.”²³

Como as instituições são criadas para satisfazer a determinadas necessidades humanas, elas tornam-se unidades que estão sempre em construção e transformação. Constituem-se como um sistema de práticas, com agentes e instrumentos que atinjam as finalidades esperadas. Quando pensa-se em instituições educativas, trabalha-se com um emaranhado de instituições que existem em determinado espaço e tempo para a construção e ordenamento da educação de um determinado grupo social.

²¹ PIZARRO e ARAÚJO, José de Souza Azevedo. *Memorias historicas do Rio de Janeiro e das provincias annexas à jurisdicção do Vice-Rei do Estado do Brasil*. Parte II, Tomo VIII. Rio de Janeiro, Typographia de Silva Porto. 1822, p.191

²² BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das artes da Companhia de Jesu, 1712.v.4, p.297. Disponível em: www.brasiliana.usp.br. Acesso em 15 de junho de 2013.

²³ SAVIANI, Dermeval. *Instituições escolares: conceitos, história, historiografia e práticas*. In: Cadernos de História da Educação, no. 4, jan-dez. 2005, p28. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382>. Acesso em 2 de janeiro de 2014

Pesquisar as instituições educativas é então desenvolver categorias de análise que dialoguem com o jogo de escalas proposto por Jacques Revel e, segundo este autor, deve ocorrer uma mudança de escala de análise, ao se partir de interpretações, mais amplas e dialogar com conjuntos mais circunscritos, de tamanho reduzido do objeto de análise.²⁴ Como trabalhar com uma instituição específica, exemplo, um recolhimento no sertão da Capitania de Minas Gerais, mas a sua ligação direta com uma instituição mais ampla, a Igreja ou o império português no qual vincula-se.

Mulheres recolhidas no Sertão:

Alguns documentos analisados apontam para o fato de que o Recolhimento funcionou por um longo período sem autorização e também pelo desconhecimento de sua existência pelas autoridades baianas. Porém, já em um documento datado de 1754, o Arcebispo da Bahia, D. Jozé Botelho de Mattos, faz referências à autorização da instituição e, ainda, informa o recebimento de diversos outros documentos de autoridades da região e até da regente da Casa de Oração, os quais indicavam a situação de funcionamento da casa mantida pelas “mulheres recolhidas no sertão”. O Arcebispo também apresenta as suas preocupações pessoais com o local da instalação e o encaminhamento de subsídios para a sua manutenção.²⁵

No século XVIII, o sertão caracteriza-se como “(...) o interior, o coração das terras. Opõe-se a marítimo e costa.”²⁶ O termo definia então a fronteira entre o conhecido e habitado (o litoral) e o desconhecido e pouco habitado (interior). No espaço desconhecido do interior, estabelecia-se a Casa de Oração do Vale de Lágrimas, que era assim descrita por D. Jozé Botelho de Mattos: “Está sito este Recolhimento na parte mais remota deste Arcebispado, apartado 4 léguas da mais vizinha povoação, e em lugar solitário, montuoso e tanto que me seguram causa horror.”²⁷

No espaço solitário descrito acima, estabelecia-se um grupo de mulheres sem votos religiosos e de várias origens, as quais poderiam solicitar a saída quando desejassem. Verifica-se que havia uma complexidade e diversidade dos tipos de reclusas devido à ausência de estabelecimentos específicos para suprir as necessidades das mulheres da região norte das Minas setecentistas. Assim,

²⁴ REVEL, Jacques. *Da microanálise e construção do social*. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. pp.15-38

²⁵ D. Jozé Botelho de Mattos. Offício do Arcebispo da Bahia, para Diogo de Mendonça Corte Real, referindo-se a um Recolhimento de mulheres, fundado no sertão por uma filha do Mestre de Campo da Conquista João da Silva Guimarães e pedindo instruções a este respeito. 1754. In: SILVA, Cel. Ignacio Accioli de Cerqueira. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Vol. V. Bahia: Imprensa Oficial, 1937, p.335

²⁶ BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Collegio das artes da Companhia de Jesu, 1712.v.4, p.395. Disponível em: www.brasiliana.usp.br. Acesso em 15 de junho de 2013

²⁷ D. Jozé Botelho de Mattos. Offício do Arcebispo da Bahia, para Diogo de Mendonça Corte Real, referindo-se a um Recolhimento de mulheres, fundado no sertão por uma filha do Mestre de Campo da Conquista João da Silva Guimarães e pedindo instruções a este respeito. 1754. In: SILVA, Cel. Ignacio Accioli de Cerqueira. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Vol. V. Bahia: Imprensa Oficial, 1937, p.336

o recolhimento aqui analisado recebia meninas e mulheres adultas, órfãs, pensionistas, devotas, algumas que se estabeleciam temporariamente para guardar a honra enquanto os maridos e pais estavam ausentes da Colônia ou embrenhados no sertão em busca de ouro, e ainda como esconderijo daquelas consideradas como desonradas pela sociedade da época. Recebeu diversas mulheres, solteiras, casadas ou viúvas para que se dedicassem à Oração e à instrução necessária para uma determinada formação religiosa.²⁸

Para a compreensão da abertura do Recolhimento, deve-se considerar as especificidades das proibições para a abertura de conventos nas terras mineiras, uma vez que não poderia haver clero regular no território.²⁹ Além disso, a dificuldade em alcançar a regulação oficial do poder político pelas instituições femininas passava por outras questões. É possível identificar a necessidade de canalizar a população feminina na Capitania de Minas Gerais para o casamento e o povoamento do território, tornando o incentivo ou a proibição da abertura dos conventos e recolhimentos assuntos centrais das preocupações demográficas da Colônia portuguesa na América.³⁰ Segundo Ida Lewkowicz, era muito difícil casar nas Minas setecentistas, uma vez que os brancos livres tinham dificuldade em encontrar mulheres que pudessem desposar devido à sua escassez e o Estado português via nas uniões legítimas uma forma de controlar a população desordeira. Por outro lado, deve-se atentar que alguns pais preferiam encaminhar as suas filhas para conventos portugueses ou de outras capitanias em vez de casá-las com homens que eram categorizados como abaixo de sua condição social, o que acarretaria também dotá-las de algum conhecimento devocional e alcançar dádivas celestes.³¹

Junia Furtado aponta que a proibição da instalação de conventos e recolhimentos no território foi o coroamento da política de fixação das mulheres na Colônia e o estímulo para a ampliação aos casamentos legais.³² Era necessário

²⁸ ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia – condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. 2a. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1999

²⁹ Segundo Thaís Nívia de Lima e Fonseca (2010), a proibição de entrada do clero regular e de seculares sem paróquia em Minas Gerais foi determinada pela Carta Régia de 9 de junho de 1711. FONSECA, Thaís Nívia de Lima. “Segundo a qualidade de suas pessoas e fazenda”: estratégias educativas na sociedade mineira colonial. *Revista Vária História*. Belo Horizonte, vol.22, no. 35, jan/jun 2006

³⁰ “...considerando-se que os povos das minas por não estarem suficientemente civilizados e estabelecidos em forma de repúblicas regulares, facilmente rompem em alterações e desobediências e se lhes devem aplicar todos os meios que os possam reduzir a melhor forma: me pareceu encarregar-vos, como por esta o faço/procureis com toda a diligência possível para que as pessoas principais e ainda quaisquer outras tomem o estado de casados e se estabeleçam com suas famílias reguladas na parte que elegerem para a sua povoação, porque por este modo ficarão tendo mais amor à terra e maior conveniência do sossego dela e conseqüentemente ficarão mais obedientes (...)” (D. João V. Sobre fazer casar os moradores das minas e outras partes. Registro de alvarás, cartas, ordens régias e cartas do governador ao rei - 1721 - 1731 In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. V. 30, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979, p. 26)

³¹ LEWKOWICZ, Ida. *Concubinato e casamento nas Minas setecentistas*. In: RESENDE, Maria Efígenia; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Vol.2. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. pp.531-547

³² FURTADO, Junia. As mulheres nas Minas de ouro e diamantes. In: RESENDE, Maria Efígenia; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Vol.2. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. pp. 481-504

haver mulheres disponíveis para os casamentos, ou seja, em uma ordem inversa, a reclusão de mulheres, particularmente das brancas portuguesas, não poderia ser permitida. Os quadros administrativos da colônia portuguesa até propunham soluções para os problemas matrimoniais do território minerador, como indicava em 1721 o governador de Minas Gerais D. Lourenço de Almeida.³³

Considerando que, no século XVIII, ao governo português não era conveniente a existência de mulheres celibatárias no território mineiro, deve-se então entender as características principais das instalações dos recolhimentos possíveis no território.³⁴ Os dois recolhimentos setecentistas de Minas Gerais surgiram principalmente da devoção popular e depois solicitaram a permissão de funcionamento aos bispados e à administração local. Constituíam-se como um lugar misto de devoção, educação e ainda recebiam meninas e mulheres tanto por motivos práticos, quanto religiosos. Para o caso mineiro, salienta-se a ruralidade inicial das instituições, as dificuldades ou até o pouco interesse em serem reconhecidas pelo sistema administrativo colonial, como ainda a necessidade de demonstrar uma religiosidade e vinculação aos seguidores de ermitões.³⁵ Verifica-se que, somente em 1780, quando o Recolhimento do Vale de Lágrimas transferiu-se para o Arraial de Santa Cruz da Chapada, foi que este passou a estabelecer-se em ambiente urbano e teve uma movimentação das autoridades políticas para a aprovação de sua transferência.

A Casa de Oração, como era considerada inicialmente a instituição aqui analisada, ainda tinha a particularidade de receber mulheres que circulavam no sertão. Toda a documentação analisada até este momento aponta para as irregularidades e dificuldades da vida no sertão por parte das recolhidas, o que possibilita uma reflexão acerca das necessidades específicas para a reclusão das mulheres no Vale de Lágrimas, que se protegiam ao formar um grupo, especialmente enquanto

³³ “Me parece que um dos meios mais fáceis que há para que venham mulheres a casar nestas Minas é proibir Vossa Majestade que nenhuma mulher do Brasil possa ir para Portugal nem ilhas a serem freiras. Porque é grande o número que todos os anos vão (...) se Vossa Majestade lhe não puser toda a proibição, supponho que toda mulher do Brasil será freira, porque me dizem que novamente se faz um convento no Rio de Janeiro, e me parece que não é justo que se despovoie o Brasil por falta de mulheres.” (Carta de D. Lourenço de Almeida a D. João V. 1721, Apud. ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia – condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. 2a. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1999 p. 66)

³⁴ Além da Casa de Oração do Vale de Lágrimas, havia também o Recolhimento de Macaúbas, localizado próximo a Santa Luzia, região central de Minas Gerais. Surgiu em 1715, tornou-se Colégio em 1846 e, em 1926, foi então transformado em mosteiro e passou a abrigar irmãs da ordem Concepcionista

³⁵ “Os recolhimentos criados na região das Minas corresponderam a desejos e necessidades certamente diferentes daqueles que condicionaram o nascimento dos recolhimentos e mosteiros nas cidades importantes da Colônia. Situavam-se no meio rural, em lugares muito afastados dos centros da administração colonial e eclesiástica, e talvez por isso não dependeram e nem sequer buscaram o reconhecimento formal da sua existência por parte do sistema dominante. Também não tiveram a intenção de transformar-se em conventos professos e correspondiam muito à tradição eremítica que se desenvolveu nas Minas, com características que contestavam o sistema colonial, e não à necessidade de criar instituições que fortalecessem esse mesmo sistema.” (AZZI, Riolando e REZENDE, Maria Valéria. *A vida religiosa feminina no Brasil colonial*. In: AZZI, Riolando (org.). *A vida religiosa no Brasil. Enfoques históricos*. São Paulo, Edições Paulinas, 1983 p.43)

os seus pais ou maridos viajavam para Portugal ou embrenhavam-se pelo sertão em busca de ouro, instituindo-se então um local onde as mulheres exerciam os seus instintos devocionais. Pode-se apontar que este é o caso da primeira regente da instituição, D. Isabel Maria e sua irmã Quitéria, mulheres recolhidas enquanto o pai se embrenhava pelos sertões:

“Bastantes annos há, que de palavra e por letra tenho recebido e tomado varias informações sobre hum recolhimento de mulheres de que he fundadora e governante huma D. Isabel Maria, filha do Mestre de Campo da Conquista João da Sylva Guimarães, que há muitos annos, que ajuízo por mais de vinte, que com alguns homens brancos e escravos vive entranhada naquelles sertões, sem commercio de outras creaturas nacionaes, mantendo-se do que trabalha e de algumas porções de ouro, que os Governadores deste Estado lhe tem mandado dar para descobrimento que lhes representa e segura muito capaz para o que tem dom especial.”³⁶

Em uma região inóspita, com tantas dificuldades para o estabelecimento regular de pessoas, um grupo de mulheres agrupava-se para orar e guardar-se dos problemas externos à instituição. Assim foi o caso das primeiras recolhidas. Alguns documentos apontam para a pobreza do recolhimento: “[...] É de maneira destituído de rendas, que as recolhidas vivem de esmolas.”³⁷ A sobrevivência da instituição por meio de esmolas está presente em quase toda a documentação consultada, inclusive nos relatos de Saint-Hilaire, quando visitou a região em 1817.³⁸ Esta também era uma prática comum neste tipo de instituição, uma vez que o hábito de dotar de esmolas os espaços de oração ajudava aos doadores comprar as suas salvaçãoes e, assim, doavam não só dinheiro, mas também alimentos, terras e escravos para a obra das recolhidas.

A Casa de Oração pertencia às mulheres que lá habitavam, sem muita opulência e com cômodos suficientes para abrigá-las. Havia também uma capela anexa, com dois coros para a celebração do Ofício Divino. Viviam de esmolas, além de alguns trabalhos manuais feitos pelas recolhidas e do trabalho de escravos que eram doados para a instituição. Embora já aceitas pelo poder eclesiástico desde 1754, foi somente em 1779 que as recolhidas solicitaram a confirmação real para o funcionamento da instituição.³⁹

A transferência para o Arraial de Santa Cruz da Chapada:

Segundo documento de 1780, as Recolhidas foram transferidas do Vale de

³⁶ D. Jozé Botelho de Mattos. Officio do Arcebispo da Bahia, para Diogo de Mendonça Corte Real, referindo-se a um Recolhimento de mulheres, fundado no sertão por uma filha do Mestre de Campo da Conquista João da Silva Guimarães e pedindo instruções a este respeito. 1754. In: SILVA, Cel. Ignacio Accioli de Cerqueira. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Vol. V. Bahia: Imprensa Oficial, 1937, p.335.

³⁷ VASCONCELLOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descripção geographica, physica e politica da Capitania de Minas Geraes*. Revista do Arquivo Público Mineiro. 1901, p. 853

³⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes*. Tomo 2. Paris, Grimbert et Dorez, 1830

³⁹ ROCHA, José Joaquim da. *Memoria historica da Capitania de Minas Geraes*. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto, Imprensa oficial de Minas Gerais. 1897, Ano 2, vol.3. p.183.

Lágrimas para um território próximo, o Arraial de Santa Cruz da Chapada, por causa das diversas inundações do rio Araçuaí no primeiro terreno.⁴⁰ Outro documento relata a saída das recolhidas da Casa próxima de Minas Novas e indica que este processo não foi fácil, uma vez que o sertão ermo e os problemas de acesso aparecem para justificar a transferência. A Casa ficava entre dois rios (Araçuaí e Fanado), aos pés de um morro e tornava-se inabitável nos momentos de cheias dos rios:

“Dizem a Regente e mais Recolhidas em outro tempo na Caza chamada o Valle de Lagrimas, erecta pelo Padre Manoel dos Santos e hoje assistentas no Arrayal da Chapada, que na referida Casa do Valle de Lagrimas por ficar entre o rio Arassuahy e o Fanado fabricada sobre as próprias ripas daquelle em campo ermo a muy fúnebre, e debaixo de hum monte experimentarão as Supplicas gravíssimas necessidades, tanto corporaes, como espirituas, por que no tempo das águas, exedente dos referidos dous rios ficava impedida a conducta dos mantimentos, e dos Padres que as confessassem, e alem disso por conta da habitação naquele lugar adquirirão as Supplicas muitas e graves molestias, que hoje padecem sem remedio, como tudo se mostra dos documentos juntos; ate que as Supplicas vendo-se assim consternadas afflictas, e doentes e o que mais he flagelladas do dito Padre erector, e director das Supplicas”. por motivos que por prudencia casão, ainda que bem notorios; evacuarão a referida Casa do Valle de Lagrimas, com corpo unido buscarão o Arrayal da Chapada, e nelle se achão congregadas e recolhidas na Caza particular de hum bemfeitor, que movido de piedade lhes largou, conservando as Suppes. aquelle bom nome e reputação que sempre tiverao”.⁴¹

Devido às enchentes e por estarem estabelecidas em uma região de difícil acesso, as recolhidas passavam por necessidades espirituais, devido à falta de confessores e, ainda, necessidades físicas, uma vez que o alimento não chegava às suas terras. Assim, várias mulheres ficaram doentes. Transferiram-se então para Santa Cruz da Chapada, uma vila próxima, onde conseguiram habitação temporária. O requerimento acima citado consiste em um apanhado de diversos depoimentos de homens notórios da região e da Comarca do Serro Frio que atestam a seriedade da obra das recolhidas, além de solicitar a abertura de uma nova casa em uma região mais habitável: o Arraial de Santa Cruz da Chapada.

O médico Antônio Xavier Ribeiro diagnosticou que todas as recolhidas possuíam doenças crônicas incuráveis, pois estavam raquíticas, asmáticas e com “fluxos de sangue pela boca”. Eram doenças “(...) todas adequadas na sua mo-

⁴⁰ ABRANCHEZ, Joaquim Manoel de Seixas. *Informações sobre o Recolhimento do Arrayal da Chapada, Termo de Minas Novas (1780)*. In: Revista do Arquivo Público Mineiro, 1897

⁴¹ REQUERIMENTO da regente e mais irmãs do Recolhimento do arraial da Chapada no termo de Minas Novas, solicitando confirmação no sentido de erigirem capela dedicada a Santa Ana. 1780. Arquivo Histórico Ultramarino. Caixa 116. Doc. 9194

rada chamada Valle de Lagrimas, por ser esta cituação mto humida entre matos sem aquelle refrigerio mexeu com que se salubriram os corpos, incomunicavel, pesimo e inhabitavel.”⁴² Segundo o médico, a mudança para o Arraial de Santa Cruz tornava-se imprescindível para as curas necessárias às recolhidas, tanto espirituais quanto temporais. O mesmo documento atesta as virtudes dessas mulheres, além dos direcionamentos educativos esperados na Casa, como indica Antonio José de Araújo:

“O viver das sobreditas recolhidas, he com muita virtude, e costumes exemplarissimos, causando pelas suas virtudes, não so admiração, mas também grande contentamento, como he publico e notorio; não so nesta Comarca, como em toda a Capitania e lugares mais distantes; e por essa cauza sempre forao estimadas por todos os Excelentissimos Senhores Governadores; e o mesmo pelos senhores Corregedores desta Comarca, e ultimamente por mim. He huma Casa de Oração Seccullar, sem votto algum, utillissima aos pouso deste paiz; por que ali mandão alguns Pays de famílias ensinar suas filhas; tendo as Recolhidas por alguns annos. E dali costumao sahir, não so provectas em Artes Liberaes; mas também no Santo amor, eterno de Deus: também parece útil o dito Recolhimento para em casos semelhantes aos supra referidos, aliviar algum danno de desordem mayor. He o que posso informar a V. Merce com pura verdade; segundo o que me informarão, feitas as indagaçoens, que semelhante matéria pedia. Villa do Bom Sucesso de Minas Novas de 23 junho de 1780”.⁴³

Pelo documento acima pode-se detectar que eram mulheres consideradas estimadas pela sociedade mineira, especialmente pelas autoridades. Verifica-se que, após alguns anos de recolhimento, adquiriam uma determinada educação adequada para as mulheres da época: o conhecimento das Artes Liberais e também de práticas devocionais.

Ainda não foi possível encontrar a documentação que autoriza a instalação no Arraial de Santa Cruz da Chapada, mas sabe-se que as recolhidas conseguiram o seu intento, pois uma documentação do mesmo ano de 1780, já aponta a presença das mulheres em sua nova morada. Pode-se considerar que, neste momento, ocorreu uma melhoria econômica da instituição, pois então já possuíam 36 escravos de ambos os sexos, que plantavam milho, feijão e arroz em três fazendas, provavelmente adquiridas por meio de doações. Em outras duas fazendas criavam ainda gado, embora as suas terras não fossem consideradas propícias para a mineração. Havia ainda o pagamento de anuidades pelos pais que recolhiam as suas filhas e diversas doações, o que garantia a autossuficiência do local. O

⁴² REQUERIMENTO da regente e mais irmãs do Recolhimento do arraial da Chapada no termo de Minas Novas, solicitando confirmação no sentido de erigirem capela dedicada a Santa Ana. 1780. Arquivo Histórico Ultramarino. Caixa 116. Doc. 9194

⁴³ REQUERIMENTO da regente e mais irmãs do Recolhimento do arraial da Chapada no termo de Minas Novas, solicitando confirmação no sentido de erigirem capela dedicada a Santa Ana. 1780. Arquivo Histórico Ultramarino. Caixa 116. Doc. 9194

Recolhimento possuía então no seu interior 12 escravas donzelas para assistir as recolhidas. Contava com 35 Recolhidas, sendo 33 donzelas e 2 casadas. Estas últimas foram encaminhadas para evitar maiores danos e prejuízos para a honra familiar.⁴⁴ Pelo perfil do público que abrigava no recolhimento neste período, pode-se inferir sobre a necessidade de aceitar ainda uma diversificação em seu interior, não só de moças, mas também mulheres casadas para guardar a honra. Além disso, possuíam um número considerável de escravas para assistir às necessidades das recolhidas e terras que podiam produzir alimentos suficientes para a casa.

Com a mudança para o Arraial de Santa Cruz da Chapada, passaram a utilizar a denominação de *recolhimento* e substituíram a identificação do Vale de Lágrimas pela proteção de Santa Ana, passando assim a chamar a instituição de Recolhimento de Sant'Anna da Chapada ou, ainda, Recolhimento de São João da Chapada. D. Jozé Botelho de Mattos já fazia menção aos indícios de culto a Sant'Anna, uma vez que as recolhidas no Vale de Lágrimas portavam um hábito como a mãe de Nossa Senhora e até construíram uma capela anexa em devoção a esta santa no terreno inicial.⁴⁵ A capela erguida na nova casa também recebeu o mesmo nome. A devoção à mãe de Nossa Senhora estava muito presente nas Minas setecentistas, especialmente em terras mineradoras, uma vez que esta é considerada a padroeira dos mineradores.⁴⁶

Em uma região de sertão, onde as mulheres recolhidas possuíam laços com mineradores, as suas orações eram direcionadas à Santa protetora também de seus parentes. Torna-se ainda importante salientar o papel fundamental da Santa na educação de sua filha Maria, o que se destaca nas obras barrocas, especialmente nas suas retratações enquanto Sant'Ana Mestra. Esta última, a santa representada com um livro aberto e com uma menina atenta ao seu lado, demonstra o papel das mães enquanto educadoras de suas filhas. A santa torna-se “[...] onipresente no catolicismo setecentista das Minas. Mais do que um instrumento do saber, o livro é um canal de comunicação, destinado a Maria e aberto também ao fiel que contempla a imagem.”⁴⁷ Entende-se que a relação de sant'Anna com a educação

⁴⁴ ABRANCHEZ, Joaquim Manoel de Seixas. Informações sobre o Recolhimento do Arrayal da Chapada, Termo de Minas Novas (1780). In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Op. Cit., 1897

⁴⁵ D. Jozé Botelho de Mattos. Offício do Arcebispo da Bahia, para Diogo de Mendonça Corte Real, referindo-se a um Recolhimento de mulheres, fundado no sertão por uma filha do Mestre de Campo da Conquista João da Silva Guimarães e pedindo instruções a este respeito. 1754. In: SILVA, Cel. Ignacio Accioli de Cerqueira. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Vol. V. Bahia: Imprensa Oficial, 1937. p.335

⁴⁶ Sant'Anna tornou-se padroeira de mineradores – tradição já corrente na Espanha – e de “moedeiros”. Assim como as minas, Anna escondia ouro em seu ventre: Maria Imaculada. A analogia teve ressonância no mundo rural das Minas Gerais, alvo das esperanças que colonizadores nutriam há séculos. (MELLO e SOUZA, Maria Beatriz de. *Mãe, mestra e guia: uma análise da iconografia de Santa'Anna*. In: Topoi, Rio de Janeiro, 2002, pp.223-250)

⁴⁷ MELLO e SOUZA, Maria Beatriz de. *Mãe, mestra e guia: uma análise da iconografia de Santa'Anna*. In: Topoi, Rio de Janeiro, 2002, pp.223-250. p. 243

reflete no estabelecimento de recolhimento feminino que se coloca sob a sua proteção e institui-se enquanto espaço de educação no sertão de Minas Gerais.

Na visão católica, a educação inclui todas as experiências pelas quais se desenvolve a inteligência, se adquire o conhecimento e se forma o caráter. Em um sentido mais estreito, é o trabalho feito por certas agências e instituições. Considerando as especificidades espaciais e temporais, as famílias, escolas, conventos e recolhimentos tornam-se então ambientes propícios para desenvolver a inteligência, o conhecimento e a formação do caráter. Nesse sentido, o caráter que se pretende no ambiente educativo católico compreende principalmente a devoção a Deus.

O letramento religioso na instituição:

A documentação consultada nesta pesquisa aponta algumas pistas para se analisar a instrução das recolhidas e ainda a capacidade de letramento que era exigido das mesmas. Pretende-se trabalhar com o conceito de letramento religioso, aqui compreendido por meio dos usos sociais da leitura e da escrita para a formação de uma cultura entre as mulheres que habitaram as instituições religiosas femininas. Na educação de mulheres reclusas, acreditava-se que, quanto maior o letramento voltado para o conhecimento religioso, maior seria a aproximação com Deus.

As práticas de letramento podem acontecer em ambientes diversos. Assim, verifica-se a possibilidade de se considerar o letramento religioso, quando as práticas de leitura e de escrita desenvolvem-se em um meio social, com a intencionalidade do desenvolvimento e fortalecimento de uma determinada vertente religiosa. Os múltiplos letramentos variam de acordo com o tempo, o espaço e estão articulados com as relações de poder. Para analisar o letramento como prática social, deve-se levar em consideração que as práticas são eventos mediados por textos escritos. Além disso, existem letramentos associados com diferentes domínios de vida e são padronizados pelas instituições sociais, têm propósitos e se encaixam em metas e práticas sociais mais amplas e devem ser historicamente situados.

Para as mulheres reclusas, quanto maior o letramento voltado para o conhecimento religioso, maior seria a aproximação destas com Deus. Devem-se levar em consideração as diferenças entre os grupos sociais quanto ao material escrito disponível, quanto aos valores atribuídos à escrita e quanto aos usos que são feitos da escrita e da leitura. No caso do letramento religioso, compreende-se uma indicação de determinados livros e comportamentos necessários para o fortalecimento das práticas devocionais.

Além disso, o letramento religioso acontecia especialmente em situações de poliglosia, pois estabelecia uma relação entre duas ou mais línguas, sendo a

língua de prestígio aquela utilizada na instrução. No caso aqui analisado, o latim tornava-se a língua de prestígio, o que tornava a compreensão dos textos de forma diferenciada pelas leitoras, dependendo da compreensão desta língua por parte de cada uma e da sua interpretação na língua de origem. No século XVIII, verifica-se que algumas obras lidas, especialmente o Breviário utilizado nos momentos do Ofício Divino, era predominantemente escrito em latim. Quanto às demais obras escritas neste período e possíveis no interior de instituições educativas femininas, aquelas consideradas como edificantes e exemplares, verifica-se que seguiam os padrões do vernáculo e eram lidas na língua local.

Alem de pensar nas práticas de leitura, torna-se também necessário dialogar com as práticas da escrita dessas mulheres. Segundo Lígia Bellini, a existência de capacitações desiguais ao saber letrado no interior dos conventos e recolhimentos femininos pode ser estendida à escrita.⁴⁸ É necessário considerar que a cultura escrita é uma construção complexa, sendo ler e escrever ações que se conseguem mediante formas diversas e heterogêneas. Nem todas as religiosas sabiam ler e/ou escrever. Ler significava entrar em contato com a letra dos textos impressos ou manuscritos, em que a escrita pressupunha a decifração e reprodução da grafia e, portanto, as mulheres enclausuradas desenvolviam essas habilidades de forma diferenciada.

No interior de conventos e recolhimentos, destacavam-se três tipos de escrita: uma doméstica ou institucional, que levava em consideração a administração da casa; uma de foro privado, como as correspondências; e ainda as autobiografias ou biografias de companheiras de claustro, de vidas dos santos ou textos morais edificantes (exemplares). Este último tipo poderia ser doméstico e privado, mas em alguns casos poderia circular para outras casas religiosas femininas. Algumas vezes os manuscritos tornavam-se impressos e ganhavam popularidade entre as mulheres dos espaços institucionalizados. Os livros tinham um caráter devocional, mas também propunham uma formação moral, além de contribuir para o desenvolvimento de habilidades de leitura.⁴⁹

Com relação ao Recolhimento de Sant'Anna da Chapada, não foi possível ainda encontrar indicações das leituras específicas feitas pelas mulheres recolhidas, mas alguns documentos dão pistas para o letramento religioso, especialmente por intermédio de uma educação escrita, pois "(...) dali costumão sahir não só provectas em artes liberaes, mas tambem no Santo amor, e temor a Deos."⁵⁰ Segundo Bluteau, as artes liberais compreendiam gramática, retórica, lógica, aritmética, música,

⁴⁸ BELLINI, Lígia. Vida monástica e práticas da escrita entre mulheres em Portugal no Antigo Regime. In: *Revista Campus Social*, 2006/2007, 3/ 4, pp.209-218

⁴⁹ ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura. Ensaio de história do Livro e da leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: HUCITEC, 2004

⁵⁰ ABRANCHEZ, Joaquim Manoel de Seixas. Informações sobre o Recolhimento do Arrayal da Chapada, Termo de Minas Novas (1780). In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, V. 2, 1897, p.357

arquitetura e astrologia.⁵¹ Provavelmente a formação das recolhidas na Chapada não abrangia todas as propostas das artes liberais, mas na opinião do autor das informações acerca da instituição, a formação compreendia, além das artes liberais, uma formação devocional.

Na instituição aqui analisada, encontram-se ainda indícios documentais de letramento para a celebração do Ofício Divino, o dever de rezar dado aos religiosos, que aponta para a observância e leitura de determinadas orações em horários específicos, sendo que, geralmente, os textos vinham em latim e estavam contidos nos livros designados como breviários.

Um documento aponta ainda o domínio da escrita pela Regente e das demais recolhidas na Chapada, uma vez que apresenta a assinatura destas mulheres. O atestado de boa conduta do Sr. Bernardo José de Almeida, datado de 1781 e escrito pela Regente do recolhimento, Catarina Escolástica do Lado, foi assinado por esta e por trinta e uma recolhidas.⁵² Todas as assinaturas apresentam grafia diferenciada e bem elaborada, o que demonstra que foram várias pessoas que assinaram o documento e que possuíam um grau de escrita mais aprofundado. Também não apresenta nenhuma marca de analfabetismo ou de que uma assinava por outra. Os nomes em homenagem aos santos das recolhidas, especialmente a Sant'Anna, apontam para uma tendência comum nos recolhimentos e conventos, cuja proteção sagrada ou o apadrinhamento eram necessários para a habitação em um local tão distante dos grandes centros.

A data do fechamento da instituição é imprecisa, mas encontram-se vestígios do seu funcionamento em 1817, como aponta o viajante Auguste de Saint-Hilaire, quando passou por Santa Cruz da Chapada. Segundo este, as poucas mulheres da comunidade eram já idosas e não aparecia ninguém para substituí-las. As suas impressões sobre a economia local apontam para um decréscimo na produção do ouro e o investimento em plantações de algodão, arroz e hortaliças. A população local não passava de 600 pessoas, sendo na maioria mulatos. Pelo visto, o decréscimo da economia do local refletia-se na manutenção da instituição aqui analisada. No breve relato sobre o recolhimento, indica transformações

⁵¹ BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário portuguez e latino*. V.1. Coimbra, Collegio das artes da Companhia de Jesu, 1712, v.1, p.573. Disponível em: www.brasiliana.usp.br Acesso em 15 de junho de 2013

⁵² Regente Catharina Escolastica do Lado; Quiteria Felicyana; Gertrudes Anna da Conceição; Joaquina Maria dos Anjos; Leonora Anna da Trindade; Rita de S. Thereza; Bernarda de Jesus Maria; Escolastica Maria de Xpto; Anna Perpetua de Sto. Antonio ; Tereza de Jesus; Anna da Gloria; Ricarda do Espirito Santo ; Rita do Paraizo; Maria da Purificação; Maria da Cruz de Jesus; Quiteria de Sta Anna; Maria Querubina de S. Jose; Francisca Xavier de Jesus Maria; Anna Lourenza das Chagas; Maria do Rozario; Jacinta Maria de S. Jose; Joanna do Amor de Deos; Antonia da Conceição; Rita de Deos; Ignacia de Jesus Maria; Joanna de S. Lucas; Laurianna da Exaltação; Anna Maria do Carmo; Joanna do Espirito Santo; Anna das Mercez; Clara Maria Baptista; Maria Serafim dos Anjos. (Atestado passado pelas Irmãs da Casa de Oração e Recolhimento de Santa Ana a Bernardo José de Almeida sobre os serviços prestados gratuitamente à casa. Secretaria do Governo da Capitania. Seção Colonial. SG. CX.11. Doc.21. 16/8/1781. APM)

em seu cotidiano, especialmente quanto ao estabelecimento de uma regra para o direcionamento das ações das recolhidas. Naquele momento, as recolhidas eram consideradas freiras pela comunidade local, portavam o hábito das carmelitas e agora seguiam a regra de Santa Teresa.⁵³

Conclusão:

Este trabalho pretendeu discutir alguns indícios acerca da História da Casa de Oração do Vale de Lágrimas ou do Recolhimento de Sant'Ana da Chapada no período do seu funcionamento. As fontes encontradas até o presente momento mostram a presença de algumas práticas de letramento na instituição, mas também propiciam um olhar para as transformações ocorridas no seu interior, tanto no momento da sua mudança de localidade, quanto nas suas orientações. As mulheres recolhidas no sertão mineiro modificaram não só o nome da instituição, mas também as orientações praticadas em seu cotidiano. Nos relatos do seu último visitante que registrou a passagem na casa, este nem sequer cita Sant'Anna, embora as seguidoras de Santa Teresa também cultuassem aquela santa. Salienta muito mais o lado de aproximação das mulheres recolhidas com uma regra instituída e a aceitação dessas mulheres/como freiras pela sociedade local. De que modo ocorreu esta transformação e o estabelecimento da regra das carmelitas na instituição, ou ainda quais obras eram lidas pelas recolhidas, são questionamentos que só serão elucidados com a busca de novas fontes que poderão preencher as lacunas ainda existentes nesta pesquisa.



⁵³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes*. Tomo 2. Paris, Grimbart et Dorez, 1830

Caixa de sonhos

*Petrônio Souza Gonçalves**

Ela prendeu a tempestade na caixinha de música quando a chuva se formava depois do horizonte. Quando trovejava, as notas da cantiga desafinavam e a meninazinha saía com a caixinha correndo pelos cantos da casa, mostrando a todos. Ia para lá, para cá, e a cada novo trovão a caixinha em sua mão balançava... e ela ria, pulava junto com nova trovoadas que dentro da caixinha fazia. E trovejava, e repetia. E a menina se deliciava nos dias sem chuva. Às vezes, levantava-se alta madrugada, quando sobre a penteadeira a caixa estremecia. Acordava a casa inteira enquanto relampejava e ela gritava, fazendo da pequena noite chuvosa uma imensa sinfonia. E foi crescendo, crescendo, e a caixinha emudecendo. Um dia, já mocinha, quando os raios do tempo pintaram-lhe o corpo, ela quis abrir a caixinha musical que estava esquecida em um canto da estante. Tocou, recuou, estendeu novamente as pontas dos dedos até que levantou a tampa empoeirada da velha caixa calada... ela se assustou, se virou de lado, quando da caixinha brotou um lindo arco-íris que riscou o quarto inteiro com as cores que ali não se viam mais. Quando se voltou para a velha caixinha, dançava a bela bailarina para os patinhos que bailavam felizes em um lindo lago com as cores do arco-íris.

* Jornalista e escritor, reside em Belo Horizonte.

EPÍGRAFES

*José Raimundo Gomes da Cruz**

*“In nuce, ‘Numa noz’, isto é, ‘Em resumo’.
‘São inscrições que encerram o tema,
compendiando-o in nuce’.” (Franklin de Oliveira,
“Guimarães Rosa”, Viola D’Amore. Paulo Rónai.
Não perca o seu latim. 3. ed. Rio de Janeiro :
Nova Fronteira, 1984. p. 91)*

Comecei, não sei bem quando, apreciando e imitando os autores que colocam inscrições, em geral, citações de outros autores, em destaque, logo após os títulos das suas obras e seus próprios nomes. Exemplo: neste artigo, a epígrafe acima, retirada da obra de referência ali citada de Paulo Rónai.

Elas pertencem ao gênero das inscrições, em lápides e fachadas de edifícios de certo vulto. Exemplos destas: 1) Langdell Hall – Harvard Law School: “Non sub homine sed sub Deo et lege” (Gray Ames Thayer Smith); 2) Na fachada da Hollywood High School, no Sunset Boulevard: “Equality breeds no war”. 3) Na Calçada da Fama, do Chinese Theater, Hollywood Boulevard, em frente ao Roosevelt Hotel, no local das mãos de Humphrey Bogart, frase deste, referindo-se ao organizador das marcas das mãos dos astros do cinema no cimento, empresário Sid Chauman: “Sid, may you never die, till I kill you”. (Minhas tentativas de tradução: 1) “Não sob o homem, mas sob Deus e a lei”; 2) “Igualdade não gera a guerra”; 3) “Sid, que você não morra até que eu o mate”).

Dos meus livros, *Espinosa, anos 40 – Depoimento de um Menino Curioso* (São Paulo: 1997) é o mais carregado de epígrafes, genéricas (do próprio livro) e específicas de cada capítulo, várias daquelas disfarçadas de dedicatórias.

Paulo Rónai elaborou dois livros de citações: aquele citado traz três epígrafes de todo o livro: de Molière, antigo provérbio português e de Josué Guimarães. Mas seu outro livro – *Dicionário Universal Nova Fronteira de Citações* (Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985) – não inclui epígrafes. No seu conjunto de

* Procurador de Justiça de São Paulo
jrgcruz@uol.com.br

artigos literários Pois é, o grande húngaro naturalizado como brasileiro só inclui uma epígrafe (“Rachel de Queiroz”. *Pois é*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 81). O livro de citações *Dicionário Antiloroiteiro* de Pitigrilli traz citação em epígrafe sobre cada letra do alfabeto com que começam as diversas citações: por exemplo, “A – A letra A é o frontão com travessa: ou o abraço de dois amigos que se beijam e trocam um aperto de mão.” (Trad. Marina Guaspari. Rio de Janeiro : Ed. Vecchi, 1956, p. 11).

Por falar em tal livro de Pitigrilli, convém destacar que as epígrafes só ficam no começo do livro ou do capítulo citado. No caso de Stendhal, com epígrafes em todos os capítulos de *O Vermelho e o Negro* (Trad. Paulo Nevcs. Porto Alegre: LPM, 2007), surge a novidade: após o FIM do romance, em maiúsculas, segue-se trecho que vale por epígrafe no final. Pitigrilli tem pré-postfácio (ob. cit., pp. 5/8, cont. nas pp. 175/215). A moderna técnica gráfica inclui destaques editoriais, com a essência do texto divulgado.

Em matéria de epígrafes, nenhum descuido de Harold Bloom em seu *The Western Canon* (N. York : Riverhead Books, 1995). Mas, antes mesmo da página de rosto, doze citações de críticas ocupam as três páginas inaugurais do volume, com inegável função de epígrafes.

Não convém ignorar, de Martin Seymour-Smith, o livro *Os 100 livros que mais influenciaram a história do pensamento* (3. ed. Rio de Janeiro : Difel, 2002 – 678 páginas).

À p. 6, acha-se epígrafe de Emily Dickinson: “Este mundo não é final.” E à p. 18: “Não há nada como ser um especialista em algum assunto para se esconder que se ignora a sua essência. Basta observar os políticos.” Cap. 63, p. 433, “Reivindicações dos direitos da mulher”. Mary Wollstonecraft (1792), epígrafe: “A mulher deve forçar sua mente no sentido de alargá-la e será o fim da obediência cega. Uma vez que a obediência cega é o que busca o poder, tiranos e sensualistas estão certos quando se empenham em manter a mulher na escuridão, pois o primeiro só quer escravas e o segundo bonecas de carne.” Cap. 86 – O processo. Franz Kafka, 1925. Epígrafe: “- Mas eu não sou culpado. Foi um erro. Como uma pessoa pode ser culpada, afinal? Certamente, aqui somos todos seres humanos, um igual ao outro. – Correto, mas é isso que os culpados dizem.” (p. 579).

Algumas coincidências: comecei este comentário com epígrafe de Franklin de Oliveira, citado por Paulo Rónai, em livro de expressões latinas e termino com trecho do mesmo autor, citado em outro livro de referência: *Dicionário Universal Nova Fronteira de Citações*, do mesmo Paulo Rónai (Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985. p. 302): “Em geral, a epígrafe é um artifício inócua, ou porque represente simples excrescência, reles enfeite, ou porque revele exibição vaidosa, ou ainda porque mostre desejo de apadrinhamento, vontade de amparo de um nome ilustre. Algumas vezes equivale a honrada confissão de influência – indicação de fonte. Com os românticos converteu-se em verdadeiro tic. ...Em Sagara-

na... elas são uma espécie de formulação algébrica das histórias. ...Acusam o que vai vir; condensam a dimensão metafísica. São inscrições que encerram o tema, compendiando-o *in nuce*.”

Verdadeira ironia: esta última frase, usada na epígrafe deste texto, termina desfazendo toda a visão negativa que a antecede. Retorna a frase de Chesterton, tão repetida por Alceu Amoroso Lima: os pecados e os crimes são as virtudes enlouquecidas. O poder, o dinheiro, o sexo, o vinho contêm sua virtude, podendo desvirtuar-se em abusos e desvios de sua finalidade natural. A epígrafe bem pode ver-se incluída entre os exemplos citados.

Note-se que o temido intuito de apadrinhamento ficaria totalmente afastado nas citações de autores distantes no tempo e no espaço, principalmente: Aristóteles, Cícero, Virgílio, no primeiro caso; Umberto Eco, Herta Mueller e Vargas Llosa, quanto à distância no espaço (nos dois últimos casos, o prêmio Nobel contribuiria para o distanciamento espacial...).



VIAGEM

*Emanuel Medeiros Vieira**
(Para Célia – que foi comigo)

No túmulo de Kafka, em Praga, eu pedi: “Orai, por nós”!
Foi súplica, imprecação.
Antes, agora. Sempre.
No cemitério “Père Lachaise”, em Paris, escrevi no (túmulo) de Proust: “Merci, Marcel”.
(Não, não fui apenas a cemitérios).
E bati perna por Paris, fique contemplando o movimento nas escadarias da “Opera”.
Ir e vir de gentes.
(No metrô – contemplando a mocinha com boina e meias grandes – ela lia, não mexia em celular – pensei: não verei nunca mais esse rosto, nem os outros, pessoas que vão e que vêm.
Andar – e andar mais ainda – é um dos prazeres maiores que sinto em Paris.)
Mas em relação às viagens da década de 70 – na época, com escasso dinheiro e fugindo da ditadura brasileira – havia agora turista demais – chineses, japoneses, brasileiros etc., todo mundo querendo comprar e não VER. Os lugares cheios de gente.
Registrar: não ver. O viajante vê – o turista registra.
E fugia dos locais mais turísticos – por exemplo, andando e andando pela beira do Sena.
Não, desta vez nada do Louvre, Palácio de Versalhes (só andei pela cidade e pelo seu mercado).
No Portão de Brandemburgo, em Berlim, “ouvia” o som de paradas – vi pedaços do Muro.
E revi, numa longa e iluminada conversa, o meu velho amigo Flávio Aguiar.
E lembrei que – num inverno europeu há tantos anos (1971) – eu o atravessara, e passara um dia em Berlim Oriental, com o meu saudoso amigo Alberto Albuquerque e, à noite, Luiz Travassos nos esperava para tomar um vinho.
Lembrança de tanto sangue derramado: mas havia também Beethoven e Goethe.
Violência e beleza.

* Jornalista e escritor residente em Brasília

Um concerto: era Mozart em Viena.

Em Bruges, senti mais beleza. Era uma cidade revisitada.

(Na primeira viagem à Europa, década de 70, senti as pessoas menos estressadas e mais simpáticas. Em alguns países – estavam mais irritadas e antipáticas, como percebi na Espanha e na Itália).

Tantos outros lugares não citados: como Santiago de Compostela. O que dizer? Já disseram tanto. Restam-me qualificativos que são lugares-comuns: linda, impactante. Mais que isso: cheia de uma energia que não sei definir.

E revistei o Porto – cidade que muito amei, e fiquei na casa de um querido casal amigo, revendo a queria Manaíra, conhecendo o André – ambos tão sensíveis e cultos, além de dialogar de novo com o combativo e humanista Carlos Mota.

Como Lisboa – conhecendo o cotidiano da cidade, as pessoas, a vida real parando no apartamento alugado pelo querido Fábio, sobrinho sensível, preparado, tão amigo e generoso que lá estudava. Ele já está de volta a Porto Alegre

Queria “segurar” a vida. Um instante. Uma eternidade. O rio que flui.

Driblamos a morte, “esquecendo” que – sem prorrogação, sem recursos, sem embargos – ela, inelutavelmente, nos alcançará na soleira da morte.

(Eu sei: só capto fragmentos, andando às pressas, numa narrativa quebrada – sempre em busca intensa de uma verdade humana. Consigo captar algo, não a totalidade. É da humana lida).

Viajamos para o esquecimento. Mas “precisamos” viajar.

Em Dresden, sentei num banco à beira do rio – e parecia inacreditável que a bela cidade barroca alemã tivesse sido completamente destruída na Segunda Guerra.

É preciso escutar um fado, e contemplo o Tejo.

Ah, Lisboa revisitada de Pessoa!

Viajamos para encontrar o que já sabemos?

Chovia muito em Veneza, e fazia frio.

Em Londres, caminhei por parques.

E “enxergar”, ir além é fundamental (navegar é preciso: ver e aprender é sempre necessário – se você está sempre preocupado em ensinar, nunca vai aprender.

Na Piccadilly Circus (junção de estrada e de espaço público da Londres’s West na cidade de Westminster), num sábado à noite (acho que nunca vi tanta gente junta e de tantas nacionalidades), um casal indagou-me se sabia o endereço de certa rua.

Em Amsterdã andei por canais, contemplando tantas pessoas andando de bicicleta, e (re)visitei o Museu Van Gogh.

Em Pompeia, pensei novamente na História (será ela sempre um pesadelo?), na vida e em todos os impérios que sempre passarão – apesar de considerarem-se eternos.

Onde estou? No quintal da minha casa? Atravesso mares para descobrir o que um menino, lá atrás, já sabia – encanto, finitude, sangue, esperança. A vida como um breve sopro que precisa ser vivido, a cada dia, sempre. Até.

AO ACASO

*Yeda Prates Bernis**

Minha voz sopra no tempo
sinfonia de palavras:

pássaro	nuvem
tarde	pedra
árvore	dor
água	silêncio

Voam aos ventos do acaso
entidades imponderáveis
e pousam em lume e nuvem
nos ermos da poesia.

* Poetisa, 2ª vice-presidente da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira nº 6.
yedabh@yahoo.com.br

SAUDADE

*Milton Reis**

Saudade, nome sagrado,
Na alma de quem a sente:
É a presença do passado
Sobre a ausência do presente.

AMOR DE MÃE
O amor de mãe, paira acima
de qualquer comparação:
pois para mãe não há rima,
a não ser no coração...

CONSELHO
Ouça, meu filho, anota
a lição que vem da história:
tira sempre da derrota
o que faltou p'ra vitória.

AMOR DEMAIS
Tantas vezes nós brigamos
que chegamos, afinal,
a não saber como estamos:
se de bem ou se de mal...

HOTEL AVENIDA
Nos hotéis de minha vida
encontrei um sem igual:
que além de ser avenida
tem um menu especial...

* Ex-deputado federal, escritor, ocupa a cadeira 8 da Academia Mineira de Letras
miltonreispa@oi.com.br

SAUDADE

A saudade verdadeira,
a que a nossa alma alcança
é aquela derradeira
quando se perde a esperança...

DESENCONTRO

Nem sei mais se te quero e se me queres,
É inevitável que termine assim:

Tu és igual a todas as mulheres, todos os homens são iguais a mim. Príncipes louros, sem que mesmo esperes, povoarão seus castelos de marfim, princesas meigas como os malmequeres hão de dar-me a impressão de amor sem fim.

Deste romance, nada resta em suma: esperança, ilusão, saudade alguma; sigamos, cada qual, rumos diversos;

Fique, apenas da página volvida:

o poeta que passou por tua vida e a mulher que inspirou estes meus versos.

HOJE EM DIA

*Gérson Cunha**

Por vezes me distraio e, de repente,
Me vejo qual na gaia juventude;
O capricho, então, do nada-se-mude,
Já se desfaz no espelho, que não mente.

É o mundo de Deus incontente:
Gentes e coisas transfigura amiúde,
E a volta ao passado me desilude:
Tudo, a cada passo, é presença ausente!

E aqueles que povoaram meu passado,
Oh! que bom se acaso ainda os visse!
Mas... não valia tê-los encontrado

(Apesar dos nossos mútuos desvelos),
Por quebrantados de sua velhice,
Por meus flocos de neve nos cabelos! ...

Abril/9/2015

* Professor, escritor, tem vários livros publicados.

CANÇÕES FLUVIAIS

*Zanoni Neves **

Venha, amiga
e cantarei canções fluviais
de melodia cristalina
e versos correntes

Canções como o sussurrar
das corredeiras
do rio
de São Francisco
brincante
em seu repente

Canções como as águas plácidas
do meu rio
suave e manso
a correr solidário
a saciar os povos
à margem
em busca de pão
e vida.

Venha!
E então juntos
cantaremos...

* Associado efetivo do IHG-MG; mestre em Antropologia Social.
zanonineves@ig.com.br

ANDARILHO

*João Gimenez**

Algo há que fica
Atrás da lua cheia.

Busco... E encontro
O meu desassossego.

Sigo a trilha
De aldeia em aldeia

Mas, detrás da lua
Eu nunca chego...

* Gerente Regional de Pessoas do Banco do Brasil em Minas Gerais.
jgimenez@bb.com.br

TERNURA INFINDA

*Ubirajara Franco**

No quadro, a boca da minha mãe

já não sorri!...

Silente, tampouco me chama.

De mistério se vestiu

toda a sua expressão.

Mas o seu olhar,

de ternura e de paixão,

me contempla penetrante,

como se eu fosse de cristal,

como se eu fosse transparente...

— E eu fico pensando,

nesta noite tardia,

que o seu retrato não mente:

ela sempre me olhou assim,

EU É QUE NÃO PERCEBIA.

* Escritor. Reside em Uberaba.
ubirajarafranco@hotmail.com

PROFETA EM DECOMPOSIÇÃO

*Bruno Terra Dias**

O que desce o norte
Aquele que sobe o rio
Não lê a boa sorte
Traz lampejos de morte
Faz vida em profecias
Tem ar o mais sombrio
Pretensão: ser Messias
Da maldade consorte

De palavras artesão
Loquaz, sujo, beberrão
Fez carreira, profissão
Arte de vigarista
Paz, fé e oração
Das virtudes negação
Todos recebem sua bênção
Corvo e arrivista

Em discursos soberbos
Falatório sem razão
Afiando o verbo
Afanando crédulos
Agrada desesperados
Cegos alucinados
Conselheiro acerbo
Todos são do seu filão

* Juiz de direito e escritor.

De pobre família
Da lama originária
Com trabalho arguto
Face dupla, canalha
Ascendeu a Letícia
Subiu a escadaria
Sofreu por duro luto
Logro, Justiça falha

Fundou templo de amor
Criou negócios mil
Edificou na rocha
Nas cartas ludibriou
Aliviou pelo Senhor
Roubou água de cantil
Lenitivo de ensancha
Infame se arrojou

Às viúvas consolou
Aos incautos agastou
Seu dinheiro aplicou
As fortunas que perdeu
Em causas nobres, pias
Jogos de notas frias
Aos de despensas vazias
Mágico e suas crias

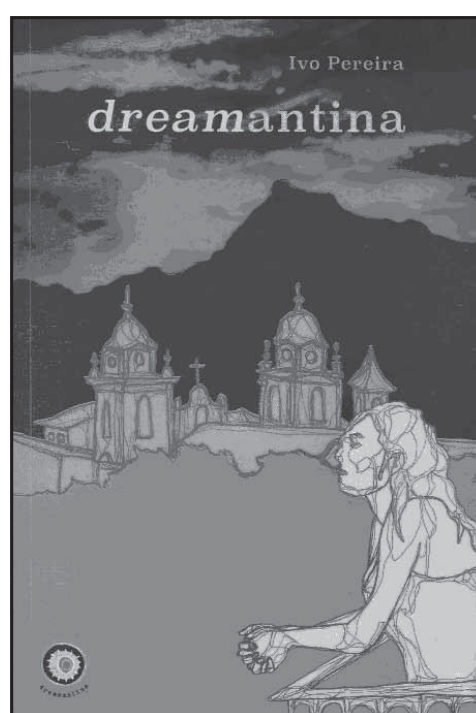
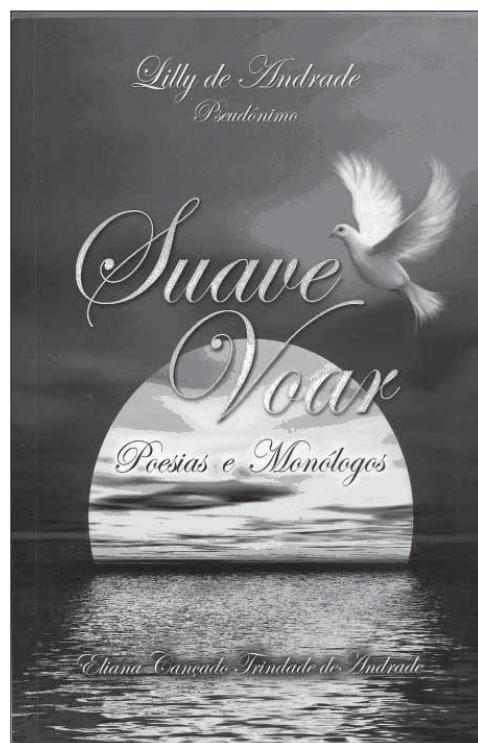
Outras obras iniciou
Novos golpes encetou
Dinheiro vindo do céu
Recursos de caixa dois
Com critério aplicou
Proveito seu alcançou
Sempre sem escarcéu
Deu para reaver depois

Grande fama de santo
Honra própria de labéu
Angariou com zelo
Mérito sórdido, réu
Vestiu, puro, o manto
Seguiu nefasto empenho
Inocente acalanto
Nunca franziu o cenho

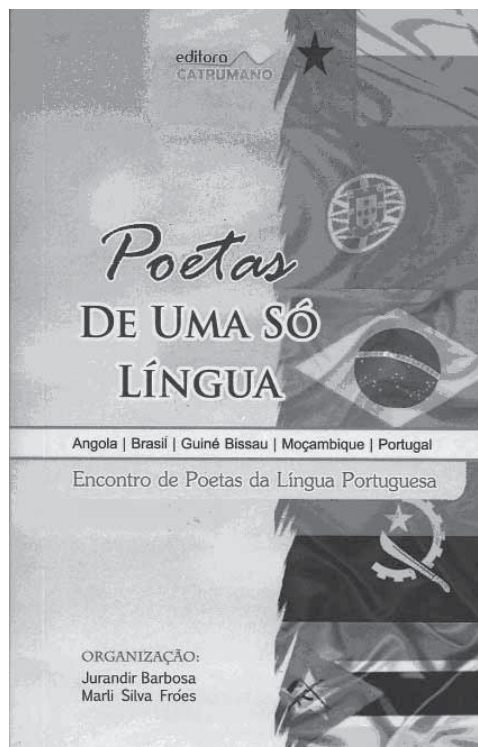
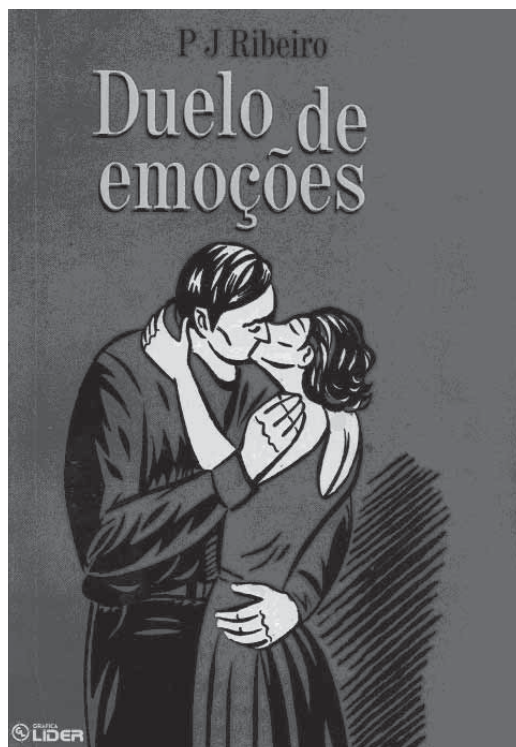
Sofreu assaz injustiça
Seu séquito o condenou
Por injúria maciça
Procusto de fancaria
O dorido espírito
Praticou e ordenou
Resistiu só, contrito
De tudo que queria

No paraíso se fixou
Tártaro, seu destino
Entre bons e escolhidos
Custo de desatino
Da Terra, os remidos
Entre pecadores caídos
Aos braços divinos tornou
Pelos pares acolhidos

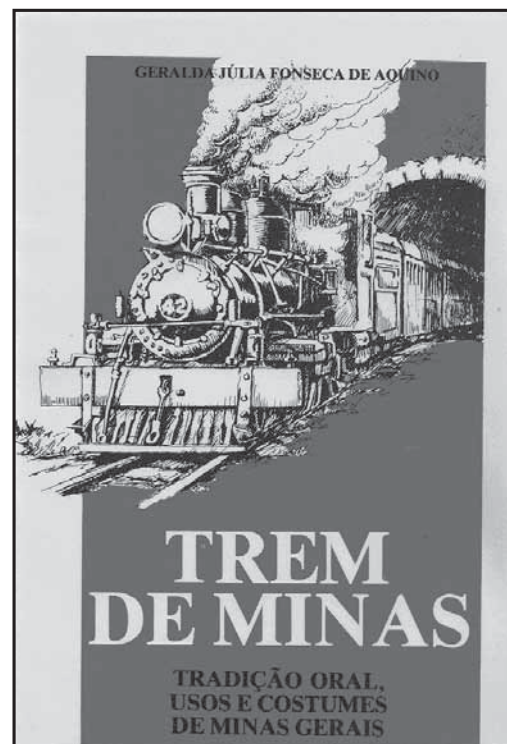
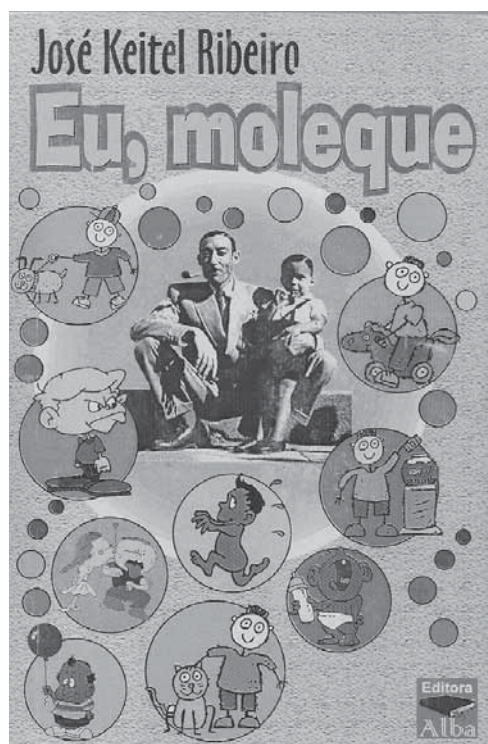
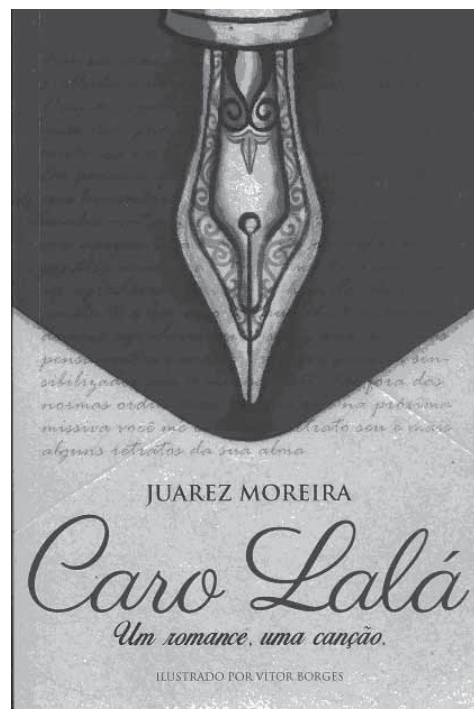
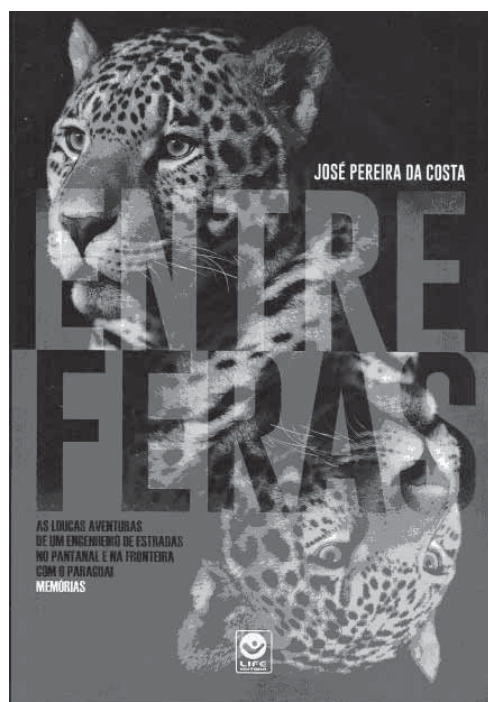
OBRAS RECEBIDAS



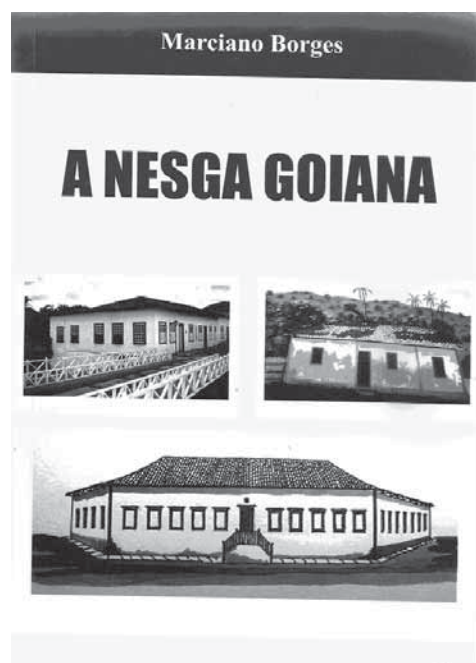
OBRAS RECEBIDAS



OBRAS RECEBIDAS



OBRAS RECEBIDAS



Impresso em 2015 nas oficinas da
IMPrensa Oficial do Estado de Minas Gerais



Av. Augusto de Lima, 270 – Centro – BH – Fone: (31) 3237-3400
www.imprensaoficial.mg.gov.br

Revisão de texto, projeto gráfico e diagramação de responsabilidade do encomendante

